
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO e
GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



138

2003 – PORTO ALEGRE – RS - BRASIL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Instituto Histórico e Geográfico RS. Vol 1, (jan./mar. 1921) – Porto Alegre: IHGRGS, 1921 –

Periodicidade anual

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDU 981.65
918.65

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317
90010-271. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil

Horário: 13h as 19h
Telefone/ Fax (0xx51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@ via-rs.net
http://www.geocities.com/paris/jardin/5965/
ou
http://www.paginadogaucho.com.br/ihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente
Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente
Luis Alberto Cibils

2º Vice-Presidente
Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral
Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro
Heinrich Hasenack

Secretário-Geral
Sérgio Alves Teixeira

Secretário
Flávio Loureiro Chaves

Coordenador do Patrimônio Cultural
Raphael Copstein

Coordenador de comunicação
Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal
Margaret Marchiori Bakos
Paulo J.P. Xavier
Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista
Miguel Frederico do Espírito Santo
Sérgio Alves Teixeira
Sérgio da Costa Franco

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern – Arthur Rabuske – Blau Fabricio de Souza - Braz Augusto Aquino Brancato – Celso Jaloto Ávila Junior – Coralio Bragança Pardo Cabeda – Earle Diniz Macarthy Moreira – Elvo Clemente – Fernando O'Donnell – Flávio Loureiro Chaves- Francisco Riopardense de Macedo- Gervásio Rodrigo Neves – Heinrich Haesnack – Lothar Francisco Hessel – Luis Alberto Cibils – Margaret Marchiori Bakos – Miguel Frederico do Espírito Santo – Moacyr Flores – Mozart Pereira Soares – Paulo J.P.Xavier – Raphael Copstein – Sérgio da Costa Franco – Sérgio Alves Teixeira – Telmo Lauro Müller – Vera Lucia Maciel Barroso

MEMBROS CORRESPONDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL QUADRO GERAL – 1925/2003

ACHIM SCHRADER
ADILSON CEZAR
AGUSTIN VENTURINO
ALFONSO FERNANDEZ CABRELLI
ALFREDO MANUEL SÀNCHEZ MUÑOZ
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
ANGIONE COSTA
ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVIS RIBEIRO DE SENA
ELISEO POPOLIZIO
ENÉLIO LIMA PETROVICH
EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA
EURÍPEDES FALCÃO VIEIRA
FERNANDO O. ASSUNÇÃO
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
GENUINO ANTÔNIO FERRI
HÉLIO LEÔNCIO MARTINS
HILGARD O'REILLY STERNBERG
JALI MEIRINHO
JEAN ROCHE
JOÃO AFONSO CORTE REAL
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS
JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELO
MÁRIO GARDELIN
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
PEDRO GASTÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROSELYS VELLOSO RODERJAN
SALVATORE CANDIDO
SETEMBRINO A. PEREDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
WALTER FERNANDO PIAZZA
ZOSYMO LOPES DOS SANTOS

SUMÁRIO

ARTIGOS

9 **1932: PONTO CRÍTICO DA POLÍTICA GAÚCHA**
Blau Fabrício de Souza

23 **A FUGA DE BENTO GONÇALVES DO FORTE DO MAR, AUXILIADO PELA MAÇONARIA E POR REPUBLICANOS BAIANOS, E SUAS REPERCUSSÕES.**
Celso Jaloto Ávila Junior

57 **O NARRADOR DA TRANSIÇÃO**
Flávio Loureiro Chaves

61 **PLÁCIDO DE CASTRO**
Francisco Riopardense de Macedo

69 **O MUNDO DA MEMÓRIA**
Gervásio Rodrigo Neves

81 **REGIÃO DO CAMAQUÃ, NA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA POR ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS**
Luis Alberto Cibils

103 **A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA CORRESPONDÊNCIA DE LUIZ ROSSETTI A JOÃO BATISTA CÚNEO**
Mário Gardelin

127 **OS MISTÉRIOS DA SIMULADA CONVENÇÃO DE PONCHE VERDE**
Moacyr Flores

137 **RECONHECIMENTO DA CIDADANIA DO ÍNDIO**
Paulo Xavier

143 **FRONTEIRAS E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DO BRASIL MERIDIONAL**
Raymond Pebayle

153 **OS PRIMÓRDIOS DA MEDICINA NO RIO GRANDE DO SUL**
Sérgio da Costa Franco

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

165 **CONTRIBUIÇÃO PARA UMA BIBLIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA**
Corálio Bragança Pardo Cabeda

ARQUIVO DO IHGRGS
193 Fundo Borges de Medeiros

204 **MAPA DA ELEIÇÃO DE 1922 – VOTAÇÃO DE J.F. ASSIS BRASIL**

MEMÓRIA

207 **ATA DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

209 **EFEMÉRIDES A SEREM ASSINALADAS PELO INSTITUTO EM 2003**

210 **UM CENTENÁRIO MEMORÁVEL**
Sérgio da Costa Franco

NOTICIÁRIO

213 **NOTAS DIVERSAS**

ARTIGOS

1932: PONTO CRÍTICO NA POLÍTICA GAÚCHA *

Blau Souza

Conheci o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul cedo na minha infância. Lembro de meu pai às voltas com exemplares da revista do Instituto e discutindo aspectos do cerco do Forte de Santa Tecla por Rafael Pinto Bandeira. Hoje, num dia festivo de posse, seja essa lembrança a primeira homenagem. Já crescido em anos, conheci Carlos Reverbel, que colocou o Instituto em minha vida. Sérgio da Costa Franco, Luís Alberto Cibils, Paulo Xavier, Mozart Pereira Soares, Francisco Riopardense de Macedo, Gervásio Rodrigo Neves, Hélio Moro Mariante, Corálio Cabeda, Elvo Clemente, Miguel do Espírito Santo, Moacyr Flores, Flávio Loureiro Chaves e o incansável Miguel Duarte fizeram crescer meus vínculos com o I.H.G.R.G.S. Escolhi para a palestra inaugural um tema que antecedeu em pouco tempo o meu nascimento e permitiu a convivência com pessoas que dele participaram: a Revolução de 1932. Dentro da história da revolução, reservei linhas em itálico para um registro de micro-história e memorialismo. Nele, há ocorrências de Lavras do Sul e da Estância do Sobrado no ano de 1932 e relacionadas com o movimento armado que Carlos Reverbel denominou *A revolução da Palavra Empenhada*[1]. Vivências posteriores valorizam 1932 como ponto de convergência e de dispersão de políticos gaúchos.

A participação dos rio-grandenses na revolução dita constitucionalista e centralizada em São Paulo foi decisiva pelas operações bélicas fora das fronteiras do Rio Grande do Sul. E no território rio-grandense houve um movimento, que logo se tornou inviável pelas armas, mas riquíssimo em ideais e símbolos, dividindo os gaúchos entre o apoio ao governo provisório do conterrâneo Getúlio Vargas e os anseios de constitucionalização e de respeito aos compromissos assumidos junto aos líderes revolucionários de São Paulo. Aumentava o descontentamento no Rio Grande diante de indícios de que Vargas pretendia continuar governando sem convocar uma constituinte e se utilizando mais dos *tenentes* do que dos gaúchos fiéis aos partidos tradicionais do Estado e reunidos na vitoriosa Frente Única de 1930. Crescia a divisão entre os que desejavam uma pronta redemocratização passando pela constituinte e por eleições e os que aspiravam maior tempo de governo revolucionário para impor modificações sobre uma estrutura que diziam reacionária e que atenderia, sobretudo, aos interesses de São Paulo. Se no Rio Grande do Sul surgiu o grande esquema ditatorial para a nação é forçoso que se reconheça o surgimento com igual força da crítica e da oposição às idéias totalitárias. Reagiam os gaúchos à fanfarronice e excessos praticados por coestaduanos, que se tinham aproveitado da Revolução de Trinta para assumir cargos públicos e cartórios pelo Brasil afora. Nos círculos governamentais, o *tenentismo*, o Clube Três de Outubro e Oswaldo Aranha estimulavam a inércia, postergando a normalização democrática para um futuro ainda distante. O chefe libertador Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro da agricultura do governo provisório, fora encarregado de redigir uma nova legis-

* Palestra proferida quando da posse como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em sessão solene de 4 de junho de 2003.

[1] REVERBEL, Carlos. Borges de Medeiros tenente coronel. Correio do Povo de 19.3.1978

lação eleitoral ao mesmo tempo em que recebia pesadas incumbências diplomáticas junto a Buenos Aires. Mas seu substituto na chefia dos libertadores gaúchos, o professor Raul Pilla, estava fortemente engajado na redemocratização do país e usava a imprensa para propagar suas idéias sem se importar com a repercussão que teriam nos governos federal e estadual, que compartilhava como integrante da Frente Única. Pilla não teve a unanimidade dos libertadores no congresso do partido realizado em Porto Alegre, mas dele saiu documento de substancial apoio aos paulistas na sua luta pela constituinte e pela realização de eleições. Borges de Medeiros interrompeu um período de silêncio em julho de 1931 e aconselhou a volta da democracia como o único caminho a ser seguido pelo seu antigo pupilo e agora chefe do Governo Provisório da República.

Diante de uma crise financeira internacional, o Governo Provisório da República tomava medidas restritivas e o Rio Grande do Sul não gozava de privilégios e até se dizia discriminado. Cedo, em 1931, o próprio Flores da Cunha fora dos primeiros a falar dessa insatisfação. O Tesouro do Estado não tinha recursos para o pagamento dos funcionários, o Banco Pelotense agonizava e o do Estado do Rio Grande do Sul, recém fundado, lutava com muitas dificuldades. Uma rede de transportes inadequada, a decadência do mercado do charque, o baixo preço pago aos fazendeiros pelos frigoríficos alienígenas, o empobrecimento da zona colonial e o convívio com requisições bélicas não resgatadas da Revolução de 1930 faziam crescer o descontentamento com o governo federal. Gaúchos ocupavam altos cargos na administração, mas o ministro da fazenda era paulista e o presidente do Banco do Brasil era mineiro. Apesar desse sentimento, havia uma polarização do Estado em torno do interventor, cujas ações administrativas eram festejadas. Sem contar com grandes recursos federais, Flores da Cunha instituíra um ambicioso plano de recuperação do Estado e de suas finanças. Rejeitando a política conservadora de outros interventores, que buscaram solução no simples aumento de impostos, Flores estimulou o comércio, reduzindo taxas de exportação e oferecendo subsídios para produtos agrícolas, criou um instituto de previdência para os funcionários estaduais e emitiu dinheiro para financiar gastos públicos.

O Partido Democrático Nacional de São Paulo já se entendia com os líderes do Partido Republicano Paulista, que ressurgia após 1930, e se identificava com a Frente Única dos gaúchos, que aglutinava sob uma mesma bandeira os libertadores de Raul Pilla e os republicanos de Borges de Medeiros. Reuniões de lideranças da Frente Única com o interventor passaram a ocorrer com freqüência e representaram um marco histórico, ao juntar homens que tinham sido adversários em tempos de paz e de refregas desde a Proclamação da República, em 1889. A primeira dessas reuniões foi em novembro de 1931, na casa de João Neves da Fontoura, em Cachoeira e, além do anfitrião, contou com a presença de Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Raul Pilla. Ela aconteceu durante a crise provocada pelas substituições do *tenentista* coronel João Alberto Lins de Barros como interventor em São Paulo. Deste encontro, saiu documento a Vargas propugnando pelo registro eleitoral e por um interventor civil para os paulistas. Várias reuniões aconteceram em Cachoeira, na Estância do Irapuazinho de Borges de Medeiros, na Ilha da Pintada e em Porto Alegre e delas participaram, além dos já citados, Lindolfo Collor, Batista Luzardo, Maurício Cardoso, Sinval Saldanha, Ptolomeu de Assis Brasil, Urbano Garcia e João Carlos Machado; toda a Frente Única gaúcha, no dizer de Paulo Brossard [2]. Havia esforços no sentido de compro-

[2] Introdução à 2ª edição de O poder moderador na república presidencial de Borges de Medeiros, página 43.

meter Getúlio Vargas com a convocação de uma assembléia constituinte, estabelecimento de data para eleições e atendimento a pleitos dos paulistas que desejavam um interventor civil e nascido em São Paulo. Contando com uma brigada militar poderosa, Flores acenava até com um protesto armado, diante do crescente descontentamento dos democratas, sobretudo dos paulistas, e dizia-se temeroso diante do presumido *pacifismo* de Borges de Medeiros[3]. A instalação de variantes nas vias férreas e o reforço significativo de unidades da Brigada Militar comprovavam os preparativos bélicos alardeados pelo interventor. Entrementes, Flores da Cunha buscava projeção nacional que se assemelhasse à alcançada por Pinheiro Machado na República Velha e sua participação para que Getúlio assinasse a legislação eleitoral, elaborada por Assis Brasil, o credenciava como político hábil e influente. Oswaldo Aranha passou a ser o ministro da fazenda, o frentista Maurício Cardoso assumiu o ministério da justiça e a presidência do Banco do Brasil foi entregue ao banqueiro gaúcho Arthur de Souza Costa. O atendimento a pleitos gaúchos possibilitou medidas administrativas do interventor e foram ampliadas as vias férreas e estabelecidas novas linhas telegráficas, após encampação da *Brazil Great Southern Railroad*, cujos serviços passaram a ser da alçada do Governo do Estado. Foram pagos cinqüenta por cento das requisições assumidas pelo Rio Grande na Revolução de Trinta e houve redução semelhante nas dívidas dos fazendeiros perante os bancos. Maurício Cardoso andou muito rápido na redação do código eleitoral e Getúlio passou a ser pressionado pela Frente Única para que o assinasse. Isso aconteceu em 24 de fevereiro de 1932, ocasionando festejos dos democratas, contrariedade dos *tenentes* e o empastelamento do jornal Diário Carioca, que defendia, na capital federal, a causa constitucionalista. As investigações do chefe de polícia do Rio de Janeiro, João Batista Luzardo, relacionaram o empastelamento do jornal à ação de militares diretamente ligados ao governo e representaram a gota d'água para que gaúchos ocupantes de altos cargos no governo de Getúlio Vargas pedissem demissão. Para tanto, havia um acerto que teria partido do próprio Flores da Cunha: quando se afastasse o ministro da justiça Maurício Cardoso, todos renunciariam, atendendo a uma decisão de grupo. Abandonaram seus cargos em fevereiro de 1932: Maurício Cardoso, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Barros Cassal e outros. Os renunciantes foram recepcionados festivamente em Porto Alegre pelo interventor, pelas lideranças políticas e por populares. Logo, reuniram-se os líderes da Frente Única na capital gaúcha, com a presença de Borges de Medeiros, que se abalara de sua estância, e de representantes paulistas. Oswaldo Aranha recusara o convite de Flores para participar da reunião e Getúlio Vargas se fez representar por Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro da agricultura e que voltava de Buenos Aires. Do encontro, surgiu um ultimato a Getúlio e que Assis Brasil procurou amenizar. A *shrapnel* incluía investigação pelo Supremo Tribunal dos acontecimentos relacionados ao empastelamento do Diário Carioca, imediata restauração dos direitos constitucionais assegurados em 1891, liberdade de imprensa, convocação de assembléia constituinte, registro de eleitores, marcação do pleito ainda para o ano de 1932 e que o governo federal assumisse os débitos dos Estados no exterior[4]. Era o famoso Heptálogo, redigido por Borges de Medeiros. Getúlio Vargas não se comprometeu com o atendimento das reivindicações e procurou tergiversar, aventando possibilidades, como a da volta de Maurício Cardoso ao ministério da justiça. Borges e Pilla não

[3] Accuso! de João Neves da Fontoura, página 80

[4] Cortés, Carlos E. Gaúcho politics in Brazil.University of New México Press. Albuquerque, USA, 1974, página 36

cederam e o ultimato foi mantido na forma original e tornado público. Com a ruptura da Frente Única com o governo central cresceram os esforços de Getúlio Vargas para contentar o interventor do Rio Grande do Sul. Houve dinheiro para os fazendeiros, repasse de verbas retidas e medidas complementares à encampação da viação férrea pelo Estado.

Após os paulistas alterarem o secretariado do interventor Pedro Toledo, afastando *tenentes* sem passar pelo crivo do Governo Federal, fez a Frente Única uma última tentativa de obter mudanças ministeriais com aproveitamento de constitucionalistas gaúchos, mineiros, paulistas e estabelecendo um verdadeiro *gabinete de concentração nacional.* João Neves da Fontoura foi o encarregado das negociações, que ficaram documentadas através de muitas cartas. Getúlio, agindo à sua maneira, substituiu o ministro da guerra, muito ligado ao Clube Três de Outubro, mas o novo ministro não foi dos desejados pela Frente Única e seguiu indicação do coronel João Alberto. Desgostoso, João Neves encerrou seus esforços conciliatórios, mas houve a ida do interventor ao Rio de Janeiro, de onde escreveu cartas a Borges e a Pilla, dizendo das intenções conciliatórias do presidente. Flores da Cunha vivia uma condição *esquizofrênica* [5], desafiado a apoiar os amigos Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, correspondendo à confiança deles como interventor; ou a ficar ao lado dos partidos que o ajudavam a governar o Estado, em consonância com seu chefe Borges de Medeiros e com o discurso democrático que o seduzia. Enviado por Getúlio, Oswaldo Aranha foi recebido com animosidade em São Paulo. Houve agitação popular, mortes e falta de apoio ao emissário de Vargas tanto por parte das forças armadas federais como por parte da força pública estadual. A revolução estava preparada e os conspiradores, comandados pelo coronel Euclides Figueiredo, agiam com desenvoltura. Pilla, Collor, Luzardo e outros percorriam o Rio Grande conspirando e a Frente Única gaúcha solicitou aos paulistas um prazo para a deflagração do movimento. Flores da Cunha solicitara tempo para demitir-se do cargo de interventor e assumir o comando das forças revolucionárias do sul, se eclodisse a revolução, estabelecendo quatro situações que deflagrariam sua condição como revolucionário, os chamados *casi belli.* Bastaria uma das quatro situações seguintes para jogar Flores da Cunha na revolução: deposição do interventor gaúcho, modificação do secretariado paulista, substituição do general Andrade Neves no comando da Terceira Região Militar ou a troca do general Bertoldo Klinger no comando do Exército em Mato Grosso. Crescia a desconfiança dos líderes da Frente Única gaúcha em relação à participação de Flores da Cunha, que deixou de ser convocado para algumas reuniões, mas toda a trama revolucionária repousava na participação do interventor e da Brigada Militar reforçada por corpos provisórios. Os republicanos não tinham tradição de lutar contra governos e se entre os mais velhos havia fidelidade a Borges de Medeiros, entre os jovens o entusiasmo pendia para o lado de Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas. A vitória recente na Revolução de Trinta e a lentidão na tomada de posições do *revolucionário* Borges de Medeiros dificultavam a arregimentação de jovens republicanos. Já os libertadores estavam acostumados à oposição na paz e na guerra e forneceram a maior parte dos revolucionários que acompanharam Borges de Medeiros até o fim da revolução. No dia 27 de junho, o interventor foi interpelado por Getúlio Vargas sobre qual atitude tomaria o Rio Grande, se irrompesse um movimento pretensamente constitucionalista. A resposta por telegrama espelha a angústia do interventor:

[5] CORTÉS, Carlos E. Obra citada, p.37

"Em resposta telegrama V. Excia., cabe-me informar assegurarei manutenção ordem neste Estado, especialmente se, conforme declara, está disposto constitucionalizar país. Pondero há maior conveniência governo provisório pratique já atos nesse sentido, como nomeação comissão encarregada projeto constituição, remessa títulos nomeação membros Tribunal Eleitoral, determinação vinda imediata funcionários e remessa material eleitoral, etc. Essas providências viriam atenuar, em parte, sérias conseqüências aqui ocorrerão virtude rompimento negociações. Abraços cordiais. (a.) Flores da Cunha".

A demissão do general Klinger, após carta desrespeitosa ao novo ministro da guerra, precipitou o início da revolução em São Paulo, no dia nove de julho de 1932 e, com isso, chegou a hora da verdade para Flores da Cunha. O envio de recursos federais significativos para as combalidas finanças estaduais; o posicionamento favorável ao governo provisório assumido pelo comandante da Terceira Região, general Francisco Ramos de Andrade Neves; e as recomendações do amigo Oswaldo Aranha para que não fizesse *burrada* pesaram muito no posicionamento final de Flores da Cunha a favor do governo provisório da república[6]. Borges de Medeiros, em Cachoeira, não tivera tempo para influir sobre o interventor da maneira desejada pela Frente Única e recorreu a telegrama dramático no mesmo dia 9 de julho:

"Evocando nossos compromissos honra, vosso incomparável civismo, edificante fidelidade republicana, consenti que vosso velho e dedicado amigo vos pondere, nesta hora grave, que entre a ditadura e a sorte da república e do Rio Grande não é lícito hesitar. Se a paciência fatigada e irritada dos brasileiros alçar-se em protesto armado para reivindicar as liberdades confiscadas, tenho fé não hesitareis assumir única atitude compatível vosso passado e vossa glória. Ficai com o Rio Grande e sede o seu galhardo condutor na nova cruzada redentora. Esse é o meu voto ardente e o meu solene apelo, que breve ratificarei de viva voz. Abraços. (a.) Borges de Medeiros".

Frente ao telegrama de Borges de Medeiros, Flores da Cunha considerou-se traído pelos antigos companheiros da Frente Única, que o procuraram com a revolução já iniciada, após ato provocativo do coronel Klinger, sabedor de que sua demissão do comando de Mato Grosso serviria como senha para o desencadeamento da revolução. Flores da Cunha, após instantes derradeiros de dúvida, decidiu-se pelo governo central e comunicou a Borges e a Getúlio o seu pedido de renúncia ao governo. O general Franco Ferreira, comandante interino do Terceiro Exército, testemunhou a irritação do interventor diante do telegrama do antigo chefe[7]. Ainda na presença do militar, Flores enviou telegramas a Borges e a Getúlio, com os seguintes textos:

"Borges de Medeiros – Urgentíssimo - Cachoeira. Renuncio à glória para ficar com a consciência. Neste momento ponho meu cargo mãos chefe governo provisório. Aguardarei meu substituto. A ordem pública, enquanto eu for o interventor, não será perturbada. Só depois de me matarem. No entanto, não irei contra o Rio Grande do Sul, que amo sobre todas as coisas. (a.) Flores da Cunha.

"Dr. Getúlio Vargas – Urgentíssimo - Rio. Ante situação tormentosa acaba me ser criada e para manter intactos meus deveres de honra, deponho nas suas mãos cargo interventor

[6] CARNEIRO, Glauco. Luzardo o último caudilho. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1978, 2 volumes, p. 151-157 do 2° vol.

[7] Bento, Cláudio Moreira. Material incluindo relatório do Gen. Franco Ferreira, comandante interino da 3ª Região Militar em 1932. Comunicação feita em 1995

federal neste Estado. Manter-me-ei no meu posto até empossar meu substituto, pedindo suas prontas providências no sentido nomeação deste. Cordial abraço. (a.) Flores da Cunha.

Diante dos fatos, Getúlio Vargas avaliou o quanto seria mais arriscado enfrentar a Frente Única gaúcha sem a presença de Flores da Cunha e apelou ao amigo pela necessidade de manutenção da ordem e dos princípios revolucionários de Trinta:

"Tenho sua palavra que manterá ordem. Não posso aceitar renúncia. Ninguém melhor que meu caro amigo será fiador honra do Rio Grande, momento vítima traição. Pretendem nos apunhalar pelas costas, num movimento nitidamente reacionário. Não me entregarei. Tenho elementos para resistir e estou pronto para fazê-lo até sucumbir como um soldado da revolução em defesa dos ideais que nos levaram a ela. Abraços".

A resposta de Flores a Getúlio Vargas, decidida e lacônica, sepultou qualquer esperança de posicionamento favorável aos constitucionalistas:

"Manterei a ordem ou morrerei".

Em 11 de julho, Borges de Medeiros encontrou-se com Flores, que confirmou sua posição. Não foi aceita a idéia de fazer voltarem as forças gaúchas ao Rio Grande, com o Estado assumindo uma posição de neutralidade e de busca de armistício que interrompesse o derramamento de sangue entre irmãos. Restou a Borges e a Pilla um manifesto de difícil distribuição, tendo em vista as rígidas medidas de censura e controle de informações instituídas pelo interventor.

Flores da Cunha fez muito mais do que manter a ordem e a participação dos gaúchos passou a ser decisiva para a vitória do governo central. O exército mandou, das suas unidades do Rio Grande do Sul para os campos de batalha ao norte do Rio Pelotas, 7.753 soldados e 376 oficiais. Foram enviados, sobretudo, para a Frente Sul de operações, militares de regimentos sediados em Santa Maria, Cruz Alta, Rio Grande, São Leopoldo, Pelotas, Rosário do Sul, São Gabriel, Bagé, Dom Pedrito, Santiago, Cachoeira do Sul, Porto Alegre, Santo Ângelo, São Luís Gonzaga e Uruguaiana. O comando da Terceira Região Militar fazia questão de participar dos esforços coordenados pelo interventor.

A campanha da Brigada Militar gaúcha nos campos de luta de São Paulo ou de acesso a eles foi intensa e de valor decisivo. Partiram do Estado 169 oficiais e 2.393 soldados regulares da Brigada, além de corpos auxiliares e corpos de reserva. Alguns batalhões seguiram por trem para São Paulo e outros por mar até o Rio de Janeiro. É interessante saber que uma unidade do Terceiro Regimento de Cavalaria chegou a Marcelino Ramos em sete de julho, antes de estourar a revolução em São Paulo e antes da definição de Flores da Cunha em favor do governo central. Na verdade, os homens da Brigada Militar partiram sem saber contra quem lutariam e muitos acreditavam estar do mesmo lado que Borges de Medeiros, a quem tinham servido por vinte e cinco anos. Não foram poucos os brigadianos que relutaram em lutar contra o antigo chefe. O comandante da Brigada Militar, coronel Claudino Nunes Pereira, foi o primeiro a licenciar-se e alguns oficiais voltaram das frentes de batalha em São Paulo quando souberam que Borges estava em campo oposto. Alguns comandantes de corpos provisórios usaram os recursos enviados pelo interventor para desenvolver ações revolucionárias. Mas, no seu todo, os brigadianos gaúchos enviados para as frentes de batalha passaram a agir sob o comando de oficiais do exército como Valdomiro Lima, Argemiro Dornelles (Exército do Sul), Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (Exército do Leste). Participaram de forma decisiva em ações de vanguarda e nos ataques a baioneta contra forças entrincheiradas. O Terceiro

Corpo Auxiliar, mais conhecido como *pé no chão*, de Palmeira das Missões, ficou célebre pelo uso de facões nas lutas corpo a corpo contra revolucionários abrigados em trincheiras. Houve muitas baixas e alguns oficiais da Brigada Militar, mortos em combate ou logo após, viraram nomes de ruas em Porto Alegre: Foi o caso do coronel Aparício Borges e dos tenentes Ary Tarragô e Arisoly Fagundes.

Não pretendo, no momento, examinar a fundo as ações bélicas de 1932 em território gaúcho. Fá-lo-ei no futuro, em associação com o amigo Zeno Dias Chaves. Havia políticos e corpos provisórios permeáveis à conspiração e um plano envolvendo jovens revolucionários e a guarda do Palácio Piratini para depor Flores. Mas Borges o vetou por saber que Flores da Cunha, seu antigo campeão da legalidade nas campanhas dos anos vinte, resistiria até a morte[8]. As indecisões e os adiamentos minaram as possibilidades de vitória da Frente Única. Flores da Cunha, com o assentimento dos frentistas, enviou Maurício Cardoso para tentar um armistício que cessasse o derramamento de sangue em São Paulo. O interventor ganhava tempo e tomava providências, conhecedor que era dos planos revolucionários. Não esperando pelos resultados da missão Cardoso, Luzardo agiu em Vacaria, onde o ex-intendente Otacílio Fernandes, aproveitando recursos enviados por Flores, organizou uma força de oitocentos homens. Este contingente foi logo cercado por 4.000 soldados do governo. Antes que houvesse um confronto decisivo, no quinto dia do levante, enviados de Flores, Borges e Pilla conseguiram um armistício. Luzardo, também agindo em Uruguaiana, foi proibido de afastar-se de Porto Alegre. Os ambiciosos planos de enviar forças para se unirem às paulistas e tomarem o poder no Rio de Janeiro cederam lugar a plano de levantes em diferentes pontos do Estado. As forças insurgentes se deslocariam para Santa Maria, onde a situação estaria sob controle das forças rebeladas. As ferrovias interrompidas confirmariam a evolução do plano e se instalaria na cidade ferroviária um governo revolucionário chefiado por Borges de Medeiros, ou, pelo menos, cessariam os embarques de tropas contra São Paulo. Mas, à medida que os levantes em múltiplos pontos do Estado iam sendo debelados, Flores da Cunha não permitia aos amotinados a união com Borges nem que se aproximassem de Santa Maria. Nesta cidade, após muitas protelações na deflagração, foi desarticulado o levante com muitas prisões e transferências. Apenas os capitães Martim Cavalcanti e Armando Borges, o tenente Raul Mesquita, os doutores Valter Jobim, Glicério Alves e mais alguns homens conseguiram fugir da cidade ferroviária e se unirem às forças de Borges e Luzardo. Em Soledade, os comandados de Cândido Carneiro e do coronel Urbano Benigno dos Santos cessaram as hostilidades, após o Combate do Fão. Em Tupanciretã e Santiago do Boqueirão, onde conspirara Lindolfo Collor, Marcial Terra comandou mais de oitocentos homens a se deslocarem pela região em busca de adesões e contato com Borges. Bloqueados pelas forças governistas, abandonaram as armas e Toríbio Gomes, com uma pequena força, prosseguiu as hostilidades em São Pedro por mais alguns dias. Houve levantes de menor importância, como em Nonoai, e fatos inusitados, como o da opção pelos constitucionalistas do povo e das autoridades do município de Encantado. Mas o que polarizou a atenção dos gaúchos e do país foi a campanha da pequena força comandada pelo próprio Borges de Medeiros e pelo seu ex-adversário Batista Luzardo, após espetacular fuga de Porto Alegre em, 14 de agos-

[8] Cortés, Carlos E. Obra citada, p. 44. Entrevistas com Walter Peracchi de Barcellos em 13.7.1967 e com Rony Lopes de Almeida em 11.5.1967

to. Borges, utilizando-se de um sósia, e Luzardo, vestindo uma batina, conseguiram chegar ao cais de Porto Alegre e esconder-se no fundo de uma pequena embarcação para transporte de leite. A *gasolina*[9] com sua preciosa carga, foi interceptada três vezes pela guarda, mas o barqueiro foi convincente nas explicações e eles atravessaram o Guaíba. Seguiram-se dias de frio, chuva e geadas que foram enfrentados com estoicismo, sem queixas, pelo pequeno grupo a cavalo e, depois, em carros de praça ou de partidários, atravessando rios cheios e usando estradas secundárias, para evitar confrontos, até chegar às imediações de Santa Maria. Perambulando de estância em estância, pelos municípios de Caçapava, São Sepé, Lavras, São Gabriel e Santa Maria, conseguiram escassas adesões, pois tudo ficara mais difícil após o malogro do levante na cidade ferroviária. Juntaram-se à força os homens de João Vargas, ex-intendente republicano de Caçapava, e um contingente maior do coronel Coriolano de Castro, que lutara em todos os movimentos armados contra Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Sílvio Faria Correa, o acadêmico Alberto Severo e outros idealistas filiaram-se ao movimento. Houve muitas escaramuças e dois combates em que foram vitoriosas as forças revolucionárias. Um deles ocorreu na localidade de São João, em onze de setembro, e nele pereceram três revolucionários de uma mesma família, os irmãos Rosa, de Santa Maria. O outro foi o da Estância da Pedra, nas terras de Francisco Reis (Reizinho) de Macedo, em treze de setembro, e contra batalhão da Brigada Militar, que se retirou para Lavras. Pelo menos em três oportunidades, o interventor ofereceu condições para que os revolucionários depusessem as armas. Todas foram recusadas. Houve peleias, travessias do Rio Camaquã e de terras dos municípios de Bagé e de Cacimbinhas, até chegar à Estância do Serro Alegre, próxima a Piratini e pertencente ao senhor Nicanor Barbosa, prefeito da cidade. As forças governistas contavam com seiscentos e setenta homens, de corpos provisórios de São Gabriel e de Dom Pedrito, bem como do Terceiro Batalhão do Primeiro Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, acampado em Lavras. As revolucionárias eram duzentos e quatro homens, com uma maioria de caçapavanos. O Combate do Serro Alegre, o derradeiro, aconteceu em um Vinte de Setembro e próximo de Piratini, primeira capital farroupilha. Nele, Borges de Medeiros contou com seus conterrâneos de Caçapava, maragatos e chimangos, como nunca conseguira em seus longos anos de poder. Borges só se entregou após o último tiro, acompanhado por pequeno grupo e satisfeito com a liberdade de companheiros como Batista Luzardo, que romperam o cerco à casa da estância. O encontro final, com a prisão de Borges de Medeiros, emocionou a todos e, sobretudo, ao coronel Adel Bento Pereira, que prendeu seu ídolo. Ao saber da prisão do velho líder sem danos físicos, Flores da Cunha, no palácio, teria exclamado: "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!"[10] As tropas vencedoras de Serro Alegre desfilaram em Cacimbinhas, mas as ruas estavam desertas e as casas com suas janelas fechadas[11].

Apreciador da micro-história, aproveito a oportunidade para contar fatos colhidos no convívio com pessoas que, a seu modo, fizeram uma história que se misturou ao imaginário das cidades e das estâncias e tem vez nas rodas de galpão, à beira do fogo. Tudo tem a ver com a Revolução de 1932, a última de um ciclo iniciado com os Farrapos,

[9] Nome de embarcação com motor de dois tempos muito usada pelos leiteiros
[10] CORTÉS, Carlos.E. Obra citada, p.47. Entrevista com Daniel Krieger em 21.2.1967.
[11] SILVEIRA, José Luiz. O Rio Grande pelo Brasil. Machris. Santa Maria, 1989, p.288

noventa e sete anos antes. Nela, os gaúchos, dispondo do poder, apoiaram-se e dissentiram com arrebatamento. Nenhum gaúcho ficou à margem dos acontecimentos de 1932 e todas as comunidades têm algo a contar e constrangimentos a esconder.

Lavras do Sul fervilhava. A opção da maioria republicana era pelo apoio a Borges de Medeiros, da mesma forma que os libertadores. Flores da Cunha dispunha de uma minoria dos lavrenses e o posicionamento do 13° Regimento de Cavalaria Independente, sediado na cidade, era disputado pelas facções em luta. O capitão Martim Cavalcanti e o tenente Raul Mesquita iam e vinham, portando cartas de Borges de Medeiros e buscando cavalos, dinheiro e munição de boca e bélica, para a luta desigual. Tinham sido arregimentados uns duzentos homens, que obedeciam às ordens do coronel Sérvulo Souza, com a aquiescência do Dr. Gil Souza, último intendente e primeiro prefeito do município. Dos preparativos, ficaram lembranças que registrei em crônicas na imprensa interiorana e que rememoro. O coronel Sérvulo transmitia instruções aos voluntários no prédio que servira à exploração do ouro por companhias estrangeiras, no início do século. Gritava ordens, quando apontou, à entrada do galpão, o jovem Oscar Bulcão, recém casado, sem intenção de participar de briga, mas que não resistira à tentação de dar uma olhada na reunião. Demorou segundos para dar a olhadinha, tempo suficiente para que o coronel Sérvulo gritasse:

- O Oscarzinho é tenente!- Isso valeu para sempre o apelido de tenente no tratamento dispensado a Oscar pelo irmão Breno Bulcão. Crispim Souza recém perdera sua querida Anita, tendo de ser pai e mãe para seis filhos menores e Baltazar Guarany de Bem se recusara a comandar os revolucionários, optando pelo apoio aos governantes do Estado e da nação. Na falta de armas e munição, restava aos revolucionários apostar numa movimentação que impressionasse a população e o pessoal do quartel. E isso parecia ter ocorrido, pois os oficiais do Treze solicitaram que os revolucionários se apresentassem diante do quartel, para que a eles pudessem aderir. Era um ardil e não enganou o coronel Sérvulo, que impediu o comparecimento à caserna, evitando possíveis tiroteio e mortes[12]*. Anunciados reforços, na verdade se constituíram na chegada de batalhão governista da Brigada Militar, que se instalou junto do quartel das forças federais. Não havendo como oferecer combate com possibilidade de algum sucesso, os revolucionários se desmobilizaram, sem perdas de vidas. Apenas o coronel Sérvulo e o prefeito Gil Souza foram presos e mandados para Porto Alegre. Na verdade, os revolucionários tinham evitado o envio de forças federais sediadas na cidade para as frentes paulistas e ainda tinham motivado o deslocamento do 3° Batalhão do 1° Regimento de Cavalaria da Brigada Militar para a cidade. Sobravam lamentos, como o de Samuel Souza, por não ter tido oportunidade nem de servir chimarrão para o velho Borges ou histórias visando ridicularizar a resistência heróica do antigo líder republicano. Numa delas, dizia-se que Borges fugira de Pau Fincado numa égua, sem a caracterização de Pau Fincado como o nome de uma localidade próxima. Ditos de humor pobre, espalhados pelos novos situacionistas, provocavam risos amarelos ou franca animosidade*[13]*.*

[12] *Informações de Breno Luchsinger Bulcão*
[13] *Informações de Peri Antônio de Souza*

Na Estância do Sobrado, enlutada, o melhor cavalo, um zaino chamado Pente Fino, fora reservado para dar escapula a Borges de Medeiros, rumo à fronteira. Eu conheci esse cavalo, montaria de meu pai, e que morreu de velho na Invernada do Açude. A decepção mais inesquecível de Trinta e Dois, na estância, deve ter sido a do pequeno Hélio, com dez anos de idade. Chegara ao Sobrado, o primo Nascimento Freitas de Souza, vindo do Rio de Janeiro e que desejava a qualquer custo incorporar-se às forças de Borges de Medeiros. Precisava de cavalo e Crispim deu-lhe, por ser manso e de toda a confiança, o guaxo do filho mais velho. A aventura guerreira do parente deixou o guri a pé.

A Frente Única continuou forte, apesar dos esforços do interventor, que enviou o capitão Antônio de Alencar, oficial da Brigada Militar, para a prefeitura de Lavras. Na primeira eleição que houve, foi vitorioso o médico e líder da Frente Única João de Araújo Aragão Bulcão. Ao cair Flores da Cunha, em 1937, partindo para o exílio, houve mais festa do que lamentos em Lavras do Sul.

Quando me dei por ente político, aos dez anos de idade, era tempo de eleições para a presidência da república, em 1950. Concorriam como principais candidatos Getúlio Vargas, Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Fui com meu pai, parentes e amigos ao comício do brigadeiro Eduardo Gomes, em Bagé, e lembro de dois encontros no hotel em que estavam os políticos. Num deles, meu pai relembrava fatos de revoluções com Oswaldo Aranha, que falava de seu ferimento no Seival, em 1926, e repetia sobre as eleições:

"- Getúlio não tem equipe para governar o Brasil". No outro, meu tio Sérvulo abraçava-se a Flores da Cunha e ambos choravam como crianças, enquanto meu tio dizia:

"- Agora venho te abraçar porque não tens nada para me dar". Essa referência confirmei com meu irmão Hélio, confidente do coronel Sérvulo, referia-se às conseqüências de 1932. Sérvulo estava preso em quartel da Brigada Militar, mas continuava amigo pessoal de Flores da Cunha e era levado ao palácio para conversar e tomar chimarrão. Até acompanhou Flores em algumas noitadas, com a desculpa de que alguém tinha de cuidar das fichas de jogo. Essas visitas terminaram quando o interventor, sabendo das dificuldades econômicas e de doença em familiares do amigo, acenou com a possibilidade de um empréstimo no Banco do Estado, que lhe permitisse arrendar e povoar estância com uma légua de sesmaria. Eram tempos de organizar o novo partido do interventor, o Republicano Liberal, e tio Sérvulo, vexado, recusou a oferta e voltou para a prisão[14].

Ainda da campanha presidencial de 1950, lembro meu pai, antigetulista, ouvindo pelo rádio o comício de Getúlio Vargas, em Bagé. Irritava-se com os discursos que antecederam o do candidato. Falaram João Neves da Fontoura e Batista Luzardo. Sem visão do comício, ele figurava Getúlio, mãos para trás, enigmático sorriso nos lábios, a receber elogios dos antigos adversários. Vitorioso nas eleições, Getúlio enfrentou muitas dificuldades para governar e foi buscar para ministros, entre outros, Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura. Para Luzardo, reservou o cargo de embaixador junto a Perón.

Na crise de agosto de 1954, os discursos de Carlos Lacerda, Afonso Arinos e outros eram ouvidos por meu pai até nas madrugadas. Um alto-falante, no galpão, podia ser ligado e Caetano Echevarria ouvia tudo. Ele enriquecera e empobrecera duas vezes por obra de bilhetes de loteria e cuidava da horta da estância, como fizera seu pai, imigrante espanhol, nos tempos de meu avô. Caetano empolgava-se com os oradores. Diante

[14] *Informações de Hélio Francisco Fabrício de Souza*

da impossibilidade de prosseguir no governo e decepcionado com a apuração dos desmandos de sua guarda pessoal, Getúlio suicidou-se e comoveu o país. Meu pai, emocionado, buscou a presença solidária do amigo Caetano, no galpão, e revoltou-se com seus festejos. O antigetulismo do empregado nem a morte respeitava. Assim como Afonso Arinos, anos depois, lamentou não ter reconhecido a seriedade de Getúlio, meu pai lamentou o fanatismo de Caetano. Até que ponto ele teria influído sobre aquele homem? Por que tamanho ódio, sem um motivo pessoal? O senso crítico de meu pai em relação à política aumentou naquele dia 24 de agosto de 1954 e esse sentimento me contaminou. De certa maneira, as vivências familiares, em itálico, anteciparam a análise de momentos de poder e crise na política e que motivaram este trabalho. O entendimento do valor relativo das atitudes humanas, ainda que reconhecido o valor da coerência, passou a amenizar as idas e vindas de muitos políticos gaúchos no poder e fora dele.

Trocas de posição não faltaram aos políticos gaúchos, se os analisarmos em relação a Getúlio Vargas, o grande detentor do poder, e cuja habilidade para angariar apoios e reconquistar adversários nunca foi desmentida.

Oswaldo Aranha, cria do Partido Republicano Rio-Grandense (P.R.R.) e de Borges de Medeiros, foi o grande articulador da Revolução de Trinta e tornou-se ministro, do interior, das relações exteriores e da fazenda. Desgostoso por não receber apoio do chefe de Estado para chegar à presidência, foi para o exterior. Assumiu a embaixada do Brasil em Washington e foi presidente da Organização das Nações Unidas (O.N.U.) Brigou com Getúlio, participou da fundação da União Democrática Nacional (U.D.N.) e fez por duas vezes a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da república. Mas, quando Getúlio Vargas foi eleito, em 1954, e precisou dele, assumiu como ministro da fazenda, na segunda metade do governo. Nas tardes de turfe, no Rio de Janeiro, reconquistou para Getúlio o ex-exilado Flores da Cunha e foi comovente no discurso de despedida a Getúlio, junto ao túmulo do amigo.

Flores da Cunha foi advogado e intendente no interior do Estado, da mesma forma que Oswaldo Aranha. Participou decisivamente e pela legalidade de todos os movimentos revolucionários que conturbaram as administrações de Borges de Medeiros. Consagrado em 1930, foi o grande responsável pela vitória do governo de Getúlio em 1932, mas em 1937 dissentiu de Vargas e teve de afastar-se do cargo de interventor no Rio Grande do Sul, buscando exílio no Uruguai. Foi tão afetado pelas posições assumidas em 1932, que buscou justificativa para sua conduta em tribunal de honra, nomeando para compô-lo: o arcebispo Dom João Becker, o desembargador André da Rocha, o professor Heitor Annes Dias e o doutor José de Almeida Martins Costa Junior. Mais do que pela aprovação ao interventor, o livro-relatório editado pelas oficinas d'A Federação vale pela documentação e pelos depoimentos apresentados. Da mesma forma que Oswaldo Aranha voltou ao convívio de Borges de Medeiros e foi deputado federal pela U.D.N. Quando ocorreram os distúrbios pela morte de Getúlio, a sede do partido oposicionista, em Porto Alegre, foi quase destruída, mas o povo retirou da parede uma fotografia de Flores da Cunha e passou a carregá-la com muito respeito na manifestação[15]. Quando Carlos Luz assumiu a presi-

[15] CORTÉS, Carlos E. Obra citada.Entrevista com Antônio Guerra e Flores da Cunha em 24.8.1966; FERREIRA FILHO ARTHUR,... Crônica dos Tempos Presentes....

dência da república com a intenção de evitar a posse da dupla Juscelino Kubitschek – João Goulart, em 1956, o velho Flores da Cunha, lenço branco no pescoço, empolgou a Câmara que presidia e evitou a manobra. Com isso, indispôs-se com a U.D.N. e disputou sua última eleição pelo Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.).

Raul Pilla representou a própria coerência dentro da política gaúcha e brasileira. Sucedeu ao presidencialista Joaquim Francisco de Assis Brasil na direção do Partido Libertador e fez do parlamentarismo sua grande bandeira. Foi secretário de Getúlio no governo gaúcho e esteve junto com ele na campanha e na Revolução de Trinta. Depois, esteve sempre em campo contrário ao são-borjense. Mesmo quando o Estado Novo agradou aos oposicionistas gaúchos, pela queda do interventor Flores da Cunha, Raul Pilla não se convenceu das intenções futuramente democráticas de Getúlio Vargas e continuou a combatê-lo, como ficou patente em carta a Borges de Medeiros. Após ter sido adversário por décadas do borgismo, fez admirável discurso quando da morte do líder republicano. Dedicou sua vida a educar, na cátedra na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, na atividade política, no jornalismo e até no exílio, após 1932. Por ter sua imagem reproduzida em bônus destinados a arrecadar fundos para a manutenção dos exilados no exterior, teria ajuntado ao seu nome o significado de dinheiro[16]. Concordou com o movimento armado de 1964, mas dele se afastou, ao sentir que se prolongaria o período de exceção. Renunciou ao cargo de deputado federal.

Batista Luzardo foi médico, advogado, homem de imprensa, sem deixar de ser caudilho. Ainda muito moço e clinicando em Uruguaiana, desafiou o intendente Flores da Cunha para duelo. A Revolução de Trinta os uniu no apoio a Getúlio. Foi chefe de polícia no Rio de Janeiro e logo ficou contra Getúlio e Flores, em 1932, tendo sido o grande companheiro de Borges de Medeiros. Após o exílio, recaiu nas graças de Getúlio e passou a exercer cargos federais importantes. Como embaixador na Argentina, foi amigo de Juan Domingo e Evita Perón. Tornou-se grande fazendeiro e forneceu material a Glauco Carneiro para a edição de *Luzardo, o último caudilho,* em dois volumes.

João Neves da Fontoura foi outro político e advogado brilhante, forjado no P.R.R., e que, após ter sido intendente de Cachoeira e deputado, foi eleito com Getúlio Vargas para suceder a Borges de Medeiros, em 1928, no governo do Estado. Chegou ao Rio de Janeiro como revolucionário em 1930 e recusou cargos de primeiro escalão. Afastou-se do governo e coordenou esforços para evitar, seguidos de outros para preparar a Revolução de 1932. Foi para o exílio e escreveu *Accuso!*, libelo a Flores da Cunha, que não poupou Getúlio Vargas e que valorizava a coerência como a grande virtude a ser buscada nos políticos. Voltou a apoiar Getúlio e foi seu ministro de relações exteriores após a eleição de 1950. Abandonou o governo, por considerar-se desprestigiado, quando Batista Luzardo e João Goulart, à sua revelia, tramaram acordos com os presidentes da Argentina e do Chile, em importantes assuntos internacionais. Os dois tomos do seu livro *Memórias* representam o que há de melhor para o conhecimento do Rio Grande e do Brasil, antes de 1930.

Quase todas as biografias de gaúchos encerram passagens pró e contra Getúlio Vargas. Ainda que falecendo cedo, Lindolfo Collor e Maurício Cardoso voltaram a se encontrar como secretários de Estado, no esforço de pacificação do interventor Flores da Cunha. Mau-

[16] SOUZA, Blau. Memória dos pilas. SulRural de novembro de 2000, Nº 207, ano 14

rício Cardoso evoluiu para o lado de Getúlio e Collor permaneceu com o interventor, quando os dois governantes entraram em luta. Maurício chegou a governar o Estado, como substituto de Daltro Filho, e era secretário do governo de Cordeiro de Farias, quando faleceu, em acidente aviatório. Lindolfo Collor, o grande responsável pelas leis trabalhistas, voltou a exilar-se. A juventude gaúcha não ficou à margem dos fatos, em 1932. Viana Moog, por exemplo, produziu *O ciclo do ouro negro*, após embrenhar-se na Amazônia, para não ser aprisionado, e Alberto Pasqualini foi um dos presos, na mocidade da Frente Única.

Talvez restasse citar Antônio Augusto Borges de Medeiros, criador e correligionário de Getúlio até pouco depois de 1930, como um exemplo de antigetulista coerente, a partir de então. Abalou-se pelo interior, sem recursos ou esperança de vitória em 1932, foi preso, confinado em Recife e concorreu contra Getúlio em 1934. Após ganhar nos campos de batalha a admiração dos libertadores que tanto combatera, ele escreveu um projeto de constituição que se opõe a seu comportamento de todo poderoso chefe do poder executivo. Vítima de um ditador que ajudou a criar, escreveu na prisão e no confinamento *O poder moderador na república presidencial*, obra que preconiza soluções parlamentaristas, analisadas por Paulo Brossard de Souza Pinto, na apresentação da terceira edição, e que talvez pudesse suscitar resposta afirmativa num plebiscito que indagasse qual regime presidencialista seria desejável para o Brasil. Carlos Cortés, no seu *Gaúcho Politics in Brazil*, escreve, na página 58: "In exile in Pernambuco since shortly after the 1932 revolution, Borges had undergone a major ideological transformation, publishing his new ideas in a book entitled O Poder Moderador na República Presidencial (The Moderative Power in the Presidential Republic). In this Brazilian equivalent of Luther's theses, Borges rejected his lifetime of Castilhist, positivist presidencialism in favor of a modified parliamentarism".

Borges de Medeiros, após governar o Rio Grande por vinte e cinco anos, assumiu uma vida simples, grato às pessoas que o tinham ajudado nos momentos de infortúnio e reformulou crenças políticas. Getúlio Vargas governou o Brasil por quase vinte anos e, pelos delitos de seus auxiliares mais próximos, abdicou da vida para que seu credo político sobrevivesse. Depois de tanto tempo no governo, ainda tentaram deixar mensagens às futuras gerações. O poder gera solitários, cheios de responsabilidades não cessadas. Após 1932, Borges de Medeiros viveu o outro lado de uma ditadura e deixou um legado contra regimes de força. Em 1954, seu discípulo Getúlio Vargas deixou uma carta testamento e desistiu da vida, para não ser destituído da presidência que reconquistara pelo voto. Eles, como tantos outros, foram vítimas e por tempo exagerado dessa embriaguez possessiva que se chama poder.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Antonio da Rocha. Vultos da Pátria. Editora Globo. Porto Alegre. 1961-66.4 volumes.

BEM, Baltazar Guarany de. Memórias. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1958.

BENTO, Cláudio Moreira. Material incluindo relatório do Gen. Franco Ferreira, comandante interino da 3ª Região Militar em 1932. Comunicação de 1995.

BROSSARD, Paulo. Prefácio da 2ª edição: Borges de Medeiros e a evolução de seu pensamento político, in Medeiros, Borges de. O poder moderador na república presidencial. EDUCS. Caxias do Sul, 2002.

CARNEIRO, Glauco. Luzardo, o último caudilho. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro,1978, dois volumes.

CASSOL, Arnaldo Luiz, ABRÃO, Nicolau da Silveira. Coronel Coriolano Castro. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1983.

CORREA, Sílvio Faria. Serro Alegre. Porto Alegre, 1934.

CORTÉS, Carlos E. Gaúcho politics in Brazil. University of New México Press. Albuquerque (USA), 1974.

DONATO, Hernani. A Revolução de 32. Círculo do Livro. São Paulo, 1982

FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul. Editora Globo. Porto Alegre, 1978, 5ª edição.

FERREIRA FILHO, Arthur. Revoluções e caudilhos. Martins Livreiro. Porto Alegre. 1986, 3ª edição.

FERREIRA FILHO, Arthur. Crônica dos tempos presentes.

FRANCO, Sérgio da Costa. Borges de Medeiros in Grandes Vultos da nossa História. Abril. São Paulo. 1970.

FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e Sua Época. Porto Alegre, 1967

FREITAS, Décio. O homem que inventou a ditadura.

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. Perspectiva. São Paulo, 1971.

MOTTA, José do Patrocínio. República Fratricida. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1989.

MEDEIROS, Borges de. Diário da campanha revolucionária – 1932 (Cópia de Laudelino Medeiros). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Número 35, ano 2000. Porto Alegre, 2000, p 176-186.

MEDEIROS, Borges de. O poder moderador na república presidencial. Assembléia Legislativa do Estado e EDUCS. Caxias do Sul, 2002, 2ª edição.

NEVES, João. Accuso! Rio de Janeiro, 1933.

O'DONNELL, Francisco Talaia. Oswaldo Aranha. Editora Sulina. Porto Alegre, 1980.

REVERBEL, Carlos. Borges de Medeiros tenente coronel. Edição do Correio do Povo de 19.3.1978.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grade do Sul. Montepio da Brigada Militar. Porto Alegre, 1987, 3 volumes.

SCHNEIDER, Regina Portella. Flores da Cunha o último gaúcho legendário. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1981.

SILVA, Hélio. 1932, A Guerra Paulista *in* O ciclo de Vargas. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1967.

SILVEIRA, José Luiz. O Rio Grande pelo Brasil (1897-1932). Machris. Santa Maria, 1989.

SOUZA, Blau. De todo laço. Metrópole. Porto Alegre, 1992.

SOUZA, Blau. Memória dos pilas. SulRural de novembro de 2000, Nº 207,ano 14. (Reproduzido em 2001 no espaço de Antônio Augusto Fagundes, na Zero Hora).

SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. Editora Sulina. Porto Alegre, 1969.

A FUGA DE BENTO GONÇALVES DO FORTE DO MAR, AUXILIADO PELA MAÇONARIA E POR REPUBLICANOS BAIANOS, E SUAS REPERCUSSÕES.*

Celso Jaloto Ávila Junior

1. Antecedentes Históricos

Com a abdicação, ou "deposição" de D. Pedro I, em 1831, em favor de seu filho, com apenas 5 anos, tem início um período regencial de dez anos. Tivemos a Regência Trina Provisória (abril-julho de 1831), seguida pela Regência Trina Permanente (1831-1834), para depois surgir a Regência Uma, sendo eleito Diogo Feijó (1835-1837) e, com a renúncia deste, o novo eleito foi Araújo Lima (1837-1840), tendo fim com o Golpe da Maioridade, onde D. Pedro II é sagrado e coroado, em julho de 1841.

O falecimento de D. Pedro I, no começo de 1834, acaba com as esperanças dos *restauradores*. Logo, a partir de então, ocorre uma reorganização política, definindo-se assim, dois grupos:

1°) Os CONSERVADORES, que eram monarquistas, e defendiam a unidade nacional e acreditavam que as garantias individuais seriam plenamente asseguradas pela Constituição e pelo parlamento.

2°) Os LIBERAIS, que eram federalistas e republicanos, uma maior autonomia provincial. Nesse grupo estava a maioria dos maçons.

O período de 1831 a 1837 caracterizou-se pelo "avanço liberal", onde ainda repercutia o efeito da vitória do imperador deposto.

Com esse quadro político, a partir de 1833, surgem de norte a sul uma série de rebeliões populares. Essas revoltas e o permanente clima de agitação em todo o país vieram fortalecer o "ideal conservador" que, a partir de 1837, tomaria conta do país. Nesse momento, acontece a fase do "regresso conservador", que termina com o Golpe da Maioridade, em 1840.

Durante o período regencial, houve um abalo violento da ordem político-institucional do Brasil. A unidade e a integridade nacional esteve constantemente ameaçada. Não existia o Poder Moderador, nem podia ser dissolvida a Câmara, o que era indispensável para sustentação de uma Monarquia Constitucional Representativa.

Capistrano de Abreu definiu muito bem o final desse período, ao escrever: "*A tudo resistiram os Regentes. A existência, por assim dizer, simbólica do Imperador-menino comunicou-lhes força sobrenatural; o desinteresse com que se batiam colocou-os a coberto de desconfianças. Quase sem interstício batalharam durante dez anos. Por seus esforços quase todo o Brasil apaziguou-se, o vírus subversivo atenuou-se, quase todo o País volveu ao aprisco e até foi perdendo a capacidade de novas revoluções.*"

---

* Palestra proferida quando da posse como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em sessão solene de 7 de maio de 2003.

2. As Lojas Maçônicas Baianas

A maçonaria *especulativa* ou *filosófica*[1], tal como ela é hoje, teve sua origem na Inglaterra, em 1717, e de lá difundiu-se para o resto do mundo.

Nos anos setecentistas, intelectuais europeus lideraram movimentos de crítica à sociedade da época, colocando fim ao antigo regime político, econômico e social, tendo o Iluminismo se anteposto ao Absolutismo. Assim é que a maçonaria se identificou com essas novas luzes, tendo como tema principal os ideais liberais democráticos.

Apesar das evidências de que a maçonaria baiana tenha surgido em fins de 1796, conforme se pode deduzir dos relatos apresentados no processo de Devassa da Revolução dos Alfaiates de 1798, a primeira Loja Regular[2] baiana foi fundada em 1802. Trata-se da Loja **Virtude e Razão**, que seguia o Rito[3] Francês[4] (ou Moderno).

Com a consolidação da nossa Independência e posterior abdicação do trono por D. Pedro I, em 1831, o ideário liberal influenciava grande parte da elite dominante e, na esteira desse liberalismo, os movimentos maçônicos se intensificaram.

As idéias e pensamentos divergiam em torno do federalismo, do republicanismo e do monarquismo. Se os setores políticos discordavam, internamente a maçonaria também recebeu os seus reflexos. Tanto que, em 1831, no Rio de Janeiro, organizam-se duas forças maçônicas também antagônicas. Criou-se o ***Grande Oriente do Passeio*** **(GOP)**[5], onde o Senador Nicolau de Campos Vergueiro foi o seu primeiro Grão-Mestre e ocorre a reinstalação do antigo ***Grande Oriente do Brasil*** **(GOB)**, adormecido desde 1822, tendo agora José Bonifácio no Grão-mestrado.

Com o intuito de congregar as Lojas que trabalhavam no Rito Escocês[6], o maçom baiano Francisco Gê Acayaba de Montezuma[7] funda, em 12/nov/1832, no Rio de Janeiro,

---

[1] A maçonaria simbólica trabalha nos graus 1°, 2° e 3°, enquanto a maçonaria filosófica (Lojas Filosóficas, ou Capitulares, ou de Perfeição), dos graus 4° ao 33°, conforme cada Rito adotado. O Rito Escocês Antigo e Aceito se refere à Maçonaria Azul, para os graus 1° ao 3°, Maçonaria Vermelha, do 4° ao 18°, Maçonaria Negra, do 19° ao 30°, e Maçonaria Branca do 31° ao 33°.

[2] Diz-se que uma Loja é Regular quando a ela foi concedida uma Carta Constitutiva e ela pertence a uma Potência Maçônica, juntamente com outras Lojas e está sob a responsabilidade de um Grão-Mestre.

[3] É o conjunto de regras segundo as quais se praticam as cerimônias maçônicas. Cada Rito tem a sua autoridade reguladora e hierarquia própria. A maçonaria possui vários Ritos, mas os fundamentos são os mesmos em todos eles.

[4] Rito criado em Paris, em 1761, constituído em 24/dez/1772 e proclamado em 9/mar/1773 pelo Grande Oriente da França, cujo Grão-Mestre era Felipe de Orleans (Duque de Chartres). (FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de maçonaria**. 14ª ed., São Paulo, Pensamento, 1998, p. 428).

[5] Ficou assim conhecido porque tinha sua sede na Rua do Passeio, no Rio de Janeiro-RJ.

[6] Rito Escocês Antigo e Aceito, foi criado em 1758, na França, pelo Conselho de Imperadores do Oriente e do Ocidente. Também conhecido como Rito de Perfeição ou de Heredom. Somente após 1801 é que passou a ser mais difundido, seguindo a Constituição de 1786, que estabelecia os 33 graus. (FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de maçonaria**. 14ª ed., São Paulo, Pensamento, 1998, p. 422-425).

[7] Visconde de Jequitinhonha. Seu nome original era Francisco Gomes Brandão. Nascido em Salvador, em 23 de março de 1794, nos movimentos pela Independência adotou o nome de Francisco Gê Acayaba de Montezuma. Inicialmente, cursou Medicina, na Escola de Medicina da Bahia e, depois, formou-se em Direito, em 1822, pela Universidade de Coimbra. Como representante da Bahia, tomou parte da Assembléia Constituinte de 1823, na 2ª legislatura de 1831 e na 4ª legislatura, de 1838 a 1841. Foi Ministro dos Estrangeiros (de maio a setembro de 1837) e interino da pasta da Justiça, no 4° Gabinete da Regência de Diogo Feijó. Foi nomeado Conselheiro de Estado, em 1850, e Senador pela Bahia, em 1851. Visconde com grandeza em 2 de dezembro de 1854. Faleceu no Rio de Janeiro, a 15 de fevereiro de 1870.

o "***Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito***" (**SCRE**), passando a ser o seu Grande Comendador. Este Conselho funcionava como potência mista (Simbólica e Filosófica). Com isso, também tinha autonomia para criar Lojas.

Essas três grandes potências irão disputar a filiação de Lojas em todo o Brasil. É importante entender essa dissidência pois, além da divergência política, havia uma disputa pela adoção deste ou daquele Rito, visto que o mais antigo adotado no Brasil era o Rito Francês e, por último, a tentativa de impor qual potência era a que detinha o reconhecimento e autorização oficial para o seu funcionamento.

Logo, iremos encontrar em todo período maçons que comungavam os mesmos ideais no interior de suas Lojas e, no entanto se digladiavam na tribuna da Câmara ou mesmo entre forças bélicas, como foi o caso dos maçons presentes tanto nas tropas farroupilhas como tropas legalistas.

Naquele ano de 1837, havia, em Salvador, duas Lojas muito atuantes, a **Humanidade**[8] ,que foi reinstalada[9] em 1834 e que teve sua Loja *Capitular* (graus filosóficos) fundada em 1837, e a **Fidelidade e Beneficência**[10] , fundada em 1835, que foi a Loja diretamente envolvida na fuga de Bento Gonçalves. Outras duas existiram nesse período, mas pouco se sabe de suas atividades. Foram a **Amor e Virtude** ou **Virtude**[11] , fundada em data incerta, provavelmente em 1833, onde consta que Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca) teria sido seu venerável. E, por último, a **Fraternidade Universal**[12] , da qual se sabe apenas que em 1836 já estava em atividade.

A Loja **Fidelidade e Beneficência** foi fundada por Francisco Remígio Vieira[13] , negociante português lá estabelecido, sendo o seu primeiro Venerável o Padre Antônio José do Amaral. O quadro de obreiros da primeira sessão era constituído de 1 padre,

[8] Reinstalada em 19/mai/1834, sendo filiada ao **GOB** em 04/fev/1836, no Rito Moderno, sob o Nº 34, recebendo sua Carta Constitutiva em 16/nov/1836. Sua *Loja Capitular* foi fundada em 03/jun/1837.Tendo adormecido, finalmente, antes de 1861.

[9] A data de **FUNDAÇÃO** é quando ocorre a assembléia maçônica para criação de uma nova Loja e constituição do seu primeiro quadro administrativo. A data de **INSTALAÇÃO** é quando há a cerimônia de inauguração de uma nova Loja, devidamente autorizada, com a posse do novo quadro. A data de **FILIAÇÃO** é a publicação do ato oficial em que a Loja passa a pertencer a uma Grande Potência, onde já existem outras Lojas filiadas, sendo que, via de regra, é a data em que recebe a sua ***Carta Constitutiva***, que, na realidade, é a sua "certidão de nascimento". A data de **REGULARIZAÇÃO** é a publicação do ato oficial e a partir daí a Loja estará submetida a uma Constituição e Estatutos oficiais, sendo reconhecida pelas demais Lojas. A data de **REGENERAÇÃO** é quando a Loja, que estava "*adormecida*" (atividades interrompidas temporariamente), retorna oficialmente a suas atividades maçônicas, sendo *reinstalada*.

[10] Fundada em 17/out/1835, sendo regularizada em 17/nov/1836 e filiada ao **SCRE** em 13/ago/1839, no Rito Escocês. A sua *Loja Capitular* também foi filiada na mesma data de 1839. Posteriormente, ao filiar-se ao **GOB**, recebeu o registro Nº 45, quando então adotou o Rito Moderno.

[11] Filiada em 12/ago/1839, possivelmente ao **SCRE** e, posteriormente, pertenceu ao **GOB**, tendo adormecido antes de 1861.

[12] Esteve filiada ao **SCRE**, tendo possuído uma vida efêmera, pois desapareceu antes de 1842.

[13] Nascido em 01/out/1798, em Portugal. Foi iniciado na maçonaria em 03/mai/1834, ocupando, nesta Loja, os cargos de: 1º Vigilante, 2º Vigilante, Orador, Secretário, Promotor, Síndico, membro do Júri de Exames, membro do Conselho de Administração, membro da Comissão de Finanças e, em 21/mai/1850, foi elevado ao grau máximo (Gr\ 33). Faleceu em Salvador, no ano de 1865. (MIRANDA, Arlindo Bastos de. Ephemeride Gloriosa. **Revista Boletim Maçônico**, Salvador, v. 12, p. 17-18, Out/Dez. 1935).

1 médico, 1 procurador, 1 desembargador, 2 advogados, 4 funcionários públicos, 11 negociantes e 7 militares (3 Ten Cel, 1 Maj, 1 Cap, e 2 Ten).

Interessante destacar que entre seus fundadores estava o Advogado baiano José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva. Formado pela Faculdade de Olinda-PE, após exercer os cargos de Promotor em Salvador, no ano de 1838, e o de Juiz de Direito na cidade de Penedo-AL, veio para Porto Alegre e ocupou a função de Chefe de Polícia. Aqui faleceu em 25/dez/1855, vítima de sua dedicação e solidariedade para com o próximo, pois contraiu a cólera-morbus, quando ajudava humanitariamente os doentes desta cidade.

Aí está, pois, um breve resumo histórico da maçonaria baiana, bem como as características da situação política reinante naquele período. Assim, é nesse ambiente conturbado que iremos buscar retratar a fuga de Bento Gonçalves, do Forte do Mar, auxiliado pela maçonaria e por republicanos baianos, bem como as diversas repercussões ocorridas em virtude desse incidente.

3. Prisões no Rio de Janeiro

A Revolução Farroupilha seguia o seu curso, tendo já completado um ano sob a liderança do Coronel Bento Gonçalves. Como maçom, pertenceu à Loja **Filantropia e Liberdade**, fundada em Porto Alegre, em 1831, tendo sido eleito seu Venerável em dezembro daquele ano. No ano de sua prisão, ele já tinha sido elevado ao Grau 18°, Cavaleiro Rosa-Cruz.

A 4 de outubro de 1836, Bento Gonçalves é derrotado e preso no combate da Ilha do Fanfa, localizada no Rio Jacuí, próxima ao município de Triunfo. Juntamente com ele foram feitos vários prisioneiros, tendo sido levados para a embarcação **"Presiganga"**, onde permaneceram por alguns dias. Em seguida, foi transportado para o Rio de Janeiro.

Praticamente após um mês, o **Jornal do Commercio**[14] do Rio de Janeiro, de 07 de novembro de 1836, registrou a chegada do Patacho[15] de Guerra ***Venus***[16], no dia anterior, procedente do porto de Rio Grande, com 15 dias de viagem. Era seu Comandante o 1° Ten João Nepomuceno Menezes, sendo passageiros o Capitão de caçadores Pedro Eustáquio Vieira Camacho e os presos Bento Gonçalves da Silva, Cadete Onofre Pires da Silveira, Alfaiate Manoel Marques Pereira Lima, Boticário Pedro José de Almeida, e o italiano Tito Livio Zambecari.

Chegados ao Rio de Janeiro foram encarcerados na Fortaleza de Santa Cruz, onde já se encontravam presos Corte Real e outros farroupilhas.

[14] MOVIMENTO do Porto: Entradas do dia 6. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, N° 242, p. 4, 07/nov/1836.

[15] Embarcação ligeira de dois mastros, sendo que o mastro da proa possui uma *gávea*, ou seja, uma plataforma ou tabuleiro fixado a certa altura do mastro e atravessada por ele. Tem um *joanete* neste mastro, que é uma vela superior à *gávea*.

[16] Navio fabricado em Valença-BA, tinha 18,80 m de comprimento, 7,0 m de boca e 2,44 m de pontal. Sua guarnição era de 35 praças. Artilhado com uma peça de calibre 9 e quatro de calibre 12. Em 18 de agosto de 1836, fez parte da pequena esquadra que atacou o forte de Itapuã, próximo de Porto Alegre (Serviço de Documentação da Marinha).

Não havia completado um mês, o Ministro da Justiça oficia[17] ao Ministro da Guerra que tinha tomado conhecimento de um plano de fuga do Coronel Bento Gonçalves e de outros presos farroupilhas. Isso faz com que as autoridades providenciem a sua transferência, juntamente com Pedro Boticário, para a Fortaleza da Lage, também no Rio de Janeiro.

Apesar da visitação aos presos ser permitida, o controle aos visitantes era mantido sob constante vigilância pelas autoridades. Não será objeto deste artigo o período em que Bento Gonçalves esteve preso no Rio de Janeiro. Entretanto, no Arquivo Nacional, existem muitas correspondências passivas e ativas do Ministro da Justiça com autoridades da Corte, tratam das visitas recebidas por ele e que merecem um estudo aprofundado.

Fruto, portanto, dessas constantes visitações, na noite de 10 para 11 de março de 1837, fugirão, da Fortaleza de Santa Cruz, Corte Real e Onofre Pires. Embora o plano fosse também auxiliarem a fuga de Bento Gonçalves e Pedro Boticário, da Fortaleza da Lage, essa tentativa foi fracassada. Segundo relato do seu sobrinho, José Gonçalves da Silva, que foi um dos homens que arquitetou e tomou parte ativa no resgate destes prisioneiros, não foi possível concretizar a fuga de Bento Gonçalves, pois foram traídos por um soldado mineiro daquela fortaleza. Todavia, tenho lido relatos de que o motivo foi devido à obesidade de Pedro Boticário, que impossibilitou a fuga por entre as grades, e Bento Gonçalves retornou, para se solidarizar com o companheiro.

4. Prisão na Bahia

No início de agosto, o Ministro da Justiça, Francisco Gê Acayaba de Montezuma, oficia ao Chefe de Polícia da Corte, dizendo que: "..... *vosmece amanhã á quinta feira 10 do corrente faça intimar pelas seis horas da manhã ao preso Bento Gonçalves da Silva que se acha na Fortaleza da Lage, que deve partir impreterivelmente para a Bahia no Brigue de Guerra Constança que ha de largar deste Porto no dia immediato 11....* "[18].

Comandava o Brigue[19] ***Constança***[20] o Capitão Joaquim José Ignácio, mais tarde Almirante e Visconde de Inhaúma. Também maçom, iniciado em 1828 em uma Loja do Rio de Janeiro.

E assim aconteceu. O **Jornal do Commercio**[21] do Rio de Janeiro, do dia seguinte, informava o movimento do porto e dizia que aquele brigue seguia para Pernambuco,

[17] Arquivo Nacional – Fundo Justiça, IJ1-1620 – Registro do Aviso do Ministro da Justiça (Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja) para o Ministro da Guerra (João Vieira de Carvalho, Conde de Lages), 24/nov/1836.

[18] Arquivo Nacional – Fundo Justiça, IJ1-1620 – Registro do Aviso do Ministro da Justiça (Francisco Gê Acayaba de Montezuma) para o Chefe de Polícia da Corte (Euzébio de Queirós Coitinho Mattoso Câmara), 09/Ago/1837).

[19] Embarcação veleira de dois mastros, onde o maior, de *gurupés*, é inclinado para a frente e situado na extremidade da proa, com velas redondas, sendo maior a vela do mastro da proa.

[20] Este navio, comprado nos Estados Unidos, tinha 28,56 m de comprimento, 7,0 m de boca e 3,65 m de pontal. Sua guarnição era de 80 homens na paz e 100 em guerra. Artilhado com doze colubrinas de calibre 6 e oito caronadas de calibre 18. Comprado para as operações do Rio da Prata, em 1826, o então Ten Francisco Manoel Barroso, depois Almirante e Marquês de Tamandaré, foi um dos seus primeiros comandantes. Participou das lutas internas da Cabanagem no Pará e Sabinada na Bahia (Serviço de Documentação da Marinha).

[21] MOVIMENTO do Porto: Sahidas no dia 11. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, N° 177, p. 4, 12/ago/1837.

a cruzar pela Bahia. Informava, ainda, que seus passageiros eram o Arcebispo da Bahia[22], com o seu capellão e 2 criados, além de Vencesláo Antonio Ribeiro, João Carneiro da Silva Rego, João Alves Pitombo e Francisco Alves Branco.

Esse João Carneiro da Silva Rego já havia sido remetido preso para Lisboa, por envolvimento nos movimentos nacionalistas da Independência, na Bahia. Em 1835, foi eleito deputado provincial, com grande votação. E, na Sabinada, foi um dos revoltosos, tendo sido eleito vice-presidente da Província, que se tornou independente com aquela revolta. João Alves Pitombo era maçom Grau 30, e pertencia à Loja **Fidelidade e Beneficência,** que teve participação direta no auxílio à fuga de Bento Gonçalves.

Logo, nessa viagem de quinze dias entre o Rio de Janeiro e Salvador, é natural deduzir que ambos trocaram idéias com Bento Gonçalves sobre os acontecimentos políticos do Sul e da capital baiana que desde maio daquele ano, já fomentava a idéia separatista, sendo bem provável que o Irmão **Pitombo** já desembarcaria em Salvador e levaria aos membros de sua Loja uma proposta de ajuda ao Irmão gaúcho.

No dia 26 de agosto, chegou Bento Gonçalves em Salvador, sendo recolhido ao Forte de São Marcelo (Forte do Mar).

Este forte está localizado em um banco de areia, em frente ao porto de Salvador, área mais antiga da cidade, foi originalmente conhecido por "**Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo**", depois "**Forte de São Marcelo**" ou, simplesmente, "**Forte do Mar**". Construído com cantaria de arenito, até a linha de água, e o restante em alvenaria de pedra irregular, distando do atual cais cerca de 300 metros. Apesar das muitas modificações construtivas que este forte sofreu, ao longo de sua história, podemos dizer que a sua evolução está dividida em três fases. A primeira foi uma construção em formato irregular, quando, no governo de Diogo Botelho (1602 a 1608), iniciou-se a sua edificação, tendo sido concluída em 1623, atuando, portanto, na defesa contra a invasão holandesa de 1624. A segunda fase foi a de sua primeira construção em formato circular, que principiou em 1650, no tempo do Conde de Castelo Melhor, tendo sua última reedificação começado em 1728, com o Vice-Rei Conde de Sabugosa, concluída em 1772, construção iniciada pelo Engº. francês Felipe Guiton e continuada pelo seu conterrâneo, o Engº Pedro Garcin. Possuía um torreão central, envolvido por um anel de altura inferior, quase ao nível do terrapleno. Era tão bem artilhado que, em 1759, possuía 54 canhões, distribuídos ao longo do seu perímetro. Sua função era impedir a entrada no porto, cruzando fogo com os fortes de S. Francisco, S. Felipe e S. Paulo da Gamboa. A terceira e última fase foi encetada em 1812, com a remodelação estrutural, feita tanto no torreão central, quanto no anel que o envolvia, quando passou a ter a mesma altura, com cerca de 15 metros acima do nível do mar, e depois de concluída, permaneceu com a arquitetura atual.[23]

[22] Era o 17° Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo primaz do Brasil que, em 1841, presidiu a solenidade de sagração de D. Pedro II. Foi deputado pelo Pará naquela data, era deputado pela Bahia, tendo sido, mais tarde, agraciado com o título de Marquês de Santa Cruz.

[23] VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Notas por Braz do Amaral. Salvador, Itapuã, 1969. v. 1. p. 265-266; e AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de (Coord.). **Inventário de proteção do acervo cultural**: monumentos do município do Salvador, Bahia. Salvador; Secretaria da Indústria e Comércio, 1975. v. 1. p. 137-138.

Quando da chegada de Bento Gonçalves em Salvador, o **Jornal do Commercio** transcreveu um interessante relato, que o jornal baiano **Recopilador Analysta** publicou. Dele extraí este trecho:

> "..... Consta que, apenas chegado este Coronel, se lhe apresentárão alguns exploradores commissionados da Santa (mas não he muito) Causa, com grandes barretadas, rapapés, adulações e offertas, persuadidos de que era chegado o seu Messias e que a cousa pegaria; mas o desgraçado Militar, já acossado de revezes, olhando com despreso para as carêtas que o procurárão, reconheceu nelles promessas em cumprimento, e letras sem aceitante, de que resultou voltarem corridos como cães que levarão pedradas.
>
> O Coronel parece que estudou Lavater [24] depois que foi preso, e por isso refutou as offertas dos desconhecidos que forão importunar. O seu ar secco, seu aspecto melancolico e sizudo, e sobretudo a experiência, e as adversidades por que tem passado desarmárão a ousadia dos pingões ensejantes....."[25]

No dia seguinte a sua vinda, Bento Gonçalves escreveu uma carta a um amigo. Reproduzo trechos desta carta:

> "Bahia, 27 de agosto de 1837. Hontem cheguei a esta com 15 dias de viagem, sendo muito bem tratado pelo commandante do brigue, e mais officiaes. Hontem mesmo fui transportado para esse forte denominado do Mar, junto á cidade, aonde estava até o presente muito bem tratado, e **morando com o commandante que me trata com urbanidade**.....Algumas pessoas me tem visitado e se offerecido o que muito tem suavisado meus desgostos e se continuar a ser assim tratado, concorrerá para o melhoramento de minha saude já bastante deteriorada....."[26]

Como se viu, desde a sua chegada na Bahia, ou mesmo antes, Bento Gonçalves buscou contato com a maçonaria local, enviando cartas às Lojas, solicitando apoio de seus Irmãos. Em 28 de agosto de 1837, em sessão da Loja **Virtude**, era apresentada uma de

[24] Johann Kaspar **Lavater**, filósofo e teólogo suíço, pertencente à elite ilustrada de seu tempo, difundiu amplamente as idéias da *fisiognomonia*, às quais acrescentou elementos de sua visão religiosa e mística. A FISIOGNOMONIA, nome dado a leitura do interior das pessoas pelos sinais aparentes do exterior, entendia que a figura humana apresentava, na sua fisionomia, indícios denunciadores de caráter e sentimentos, assim como traços que os assemelhavam a alguns animais, portadores, não por acaso, daqueles instintos ou aptidões.

[25] BAHIA, 30 de agosto. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Nº 204, p. 2, 16/set/1837.

[26] É a quarta das seis cartas, lida pelo deputado baiano Francisco Gê Acayaba de Montezuma, na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, na sessão de 22/mai/1838 (O grifo é meu. Observem que ele gozava de plena liberdade no interior do Forte).

suas cartas. O historiador baiano Pedro Calmon foi quem a localizou e leu pela primeira vez, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Infelizmente, ele não deixou referência alguma sobre a origem desse documento, nem apresentou informações sobre essa Loja. O fato é que Calmon ou outro pesquisador extraiu uma parte da ata daquela sessão e apresentou somente o que interessava, tal como transcrevemos a seguir:

> Acta maçonica de 28 do 6º mez de 5837[27] .....O Ir\ Secretº apresentou uma pranxa[28] do Ir\ Bento Glz. da Sa. Gr\ 18 de que ficou a L\ sciente, sendo logo nomeados os IIr\ Guimarães, Manoel Joaquim e Marques para se dirigirem por parte da L\ ao Ir\ a participarem-lhe que ella ficou inteirada, e que faria o que estivesse ao seu alcance afim de melhorar a sua sorte e observando o Ir\ Paulo José Max.do que visto o seu Gr\ se nomearem IIr\ do Gr\ correspondente, e não havendo nesta Aug\ L\ fossem os de maior, sendo então substituidos os dous ultimos pelos IIr\ Or\ e Sec\.[29]

Com a mesma finalidade, em 30 de agosto lia-se em uma sessão da Loja **Fidelidade e Beneficência** outra carta de Bento Gonçalves. Tal como se vê do extrato da Ata da 132ª Sessão:

> Aos trinta dias do sexto mez Maçon\ do anno da Verd\ L\ 5.837, reunidos os IIr\ constantes do reg\ de pres\ foi aberta a Loj\ em Sess\ Econ\ no gr\ de Ap\ pelo Ir\ Ven\ Padre Antônio José do Amaral sendo lido e approvado etc. (deixo de transcrever os demais assumptos por não interessar no momento) – Teve logar igualmente a leitura de uma outra prch\ dirigida pelo Ir\ R\ C\ Bento Gonçalves da Silva, prezo no Forte do Mar por effeito de política, fazendo vêr o estado em que se achava, e pedia o único recurso de lhe serem ministrados meios de ser mudado para uma outra prisão commoda, onde fosse lícito falar aos seus amigos; do que sendo a Loj\ inteirada foram nomeados pelo Ir\ Ven\ para visitarem ao dito Ir\, e lhe oferecerem os soccorros de que precisasse e estivesse ao alcance da Loj\, os IIr\ Thes\, Orad\ e Mest\ de Cerem\.[30]

---

[27] Os calendários maçônicos, via de regra, no Rito Francês ou Moderno, iniciam o ano em 1º de março e acrescentam o número 4.000 ao ano da era cristã, para obter o *Ano Lucis*, ou Ano da Verdadeira Luz. Entretanto, os outros Ritos seguem o calendário hebraico, que inicia em 21 de março. Neste caso, 28º dia do 6º mês de 5.837, ou seja, 28/ago/1837.

[28] Ofício ou carta, em linguagem maçônica.

[29] VIANNA FILHO, Luiz. **A Sabinada:** a república bahiana de 1837. Rio de Janeiro; José Olympio, 1938, p. 201-202.

[30] Este documento foi apresentado em 1935, por ocasião do centenário de fundação dessa Loja, onde o Venerável da época publicou um alusivo ao evento. (MIRANDA, Arlindo Bastos de. Ephemeride Gloriosa. **Revista Boletim Maçônico**, Salvador, v. 12, p. 22-23, out/dez. 1935).

Da ata de fundação dessa Loja, bem como revendo a primeira diretoria, conclui-se que o Venerável era o Padre Antônio José do Amaral, o Tesoureiro João Lourenço de Seixas e o Orador Antônio Joaquim de Sousa Gomes. Entretanto, não foi possível levantar o nome do Mestre de Cerimônias, por não constar da referida ata.

No sentido de ajudá-lo em tudo o que fosse possível, várias foram as visitas realizadas a ele, uma vez que os obreiros da Loja **Fidelidade e Beneficência** estavam à frente dessa empreitada. Inclusive o Comandante do Forte do Mar, Capitão Manoel Vieira Machado, também era maçom e um dos fundadores dessa Loja.

Não pude consultar os livros de atas desse período, por não existirem mais. O livro mais antigo dessa Loja, ainda existente, é de 1839. Ele está em posse da atual Loja **Liberdade Nº 1**, filiada à ***Grande Loja do Estado da Bahia***. Entretanto, é dos graus filosóficos, ou seja, "*Livro de Ouro do Soberano Capítulo Rosa-Cruz* ***VIRTUDE*** *da Respeitável Loja* ***Fidelidade e Beneficência***"[31], sob o auspício do "*Poderoso Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito para o Império do Brasil*". Nesse livro, encontramos que seu templo funcionava em prédio a fuga do, situado no Canto de João de Freitas[32], tendo essa Loja pertencido ao Supremo Conselho, da qual Francisco Gê Acayaba de Montezuma foi seu Soberano e Grande Comendador.

Este fato mostra, conforme veremos mais adiante, o porque Montezuma foi duramente atacado na imprensa e na Câmara dos Deputados, onde todos o acusavam de ter enviado Bento Gonçalves para a Bahia, pois sabia quem, na realidade, poderia contribuir para sua fuga, na cidade de Salvador.

Mais uma vez, Bento Gonçalves tornava a escrever para o seu amigo, informando a sua acolhida e como estava sendo bem tratado:

> "Bahia, 1° de setembro de 1837. Pelo brigue Constança e por outro vos escrevi, participando-vos minha chegada a esta, creio que com data de 27 e 28 do próximo passado. N'ellas vos communiquei que aqui fui recebido com muita urbanidade, e agora vos repito o mesmo que vos disse n'aquellas, etc..., etc..."[33]

A solidariedade maçônica não tardou. Na manhã do domingo, 10 de setembro, Bento Gonçalves fugia, auxiliado por seus irmãos baianos. Ele ficou exatamente quinze dias preso no Forte do Mar e, praticamente, um mês escondido, após sua fuga, aguardando o oportunidade de retorno.

---

[31] Livro contendo 100 folhas, com altura de 38 cm e largura de 24 cm, numeradas e rubricadas por Francisco Remígio Vieira. Na folha nº 1, contém o termo de abertura; a folha nº 1verso está em branco, tendo sido escrituradas as atas da folha nº 2 (ano de 1839) até a folha nº 94 (ano de 1876). Eram realizadas, em média, cerca de duas sessões por ano.

[32] Esse "Canto" ficava localizado na Freguesia da Sé, e assim era chamado porque, em 1621, ali morou o Tabelião João de Freitas. (MORAIS, Mello. **Praças, ruas e ladeiras da cidade de Salvador**. Salvador; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1959. p. 11). Não conseguimos identificar a localização exata deste logradouro, bem como a denominação atual. Entretanto, Marieta Alves, ao referenciar um terreno naquela região, diz: ".....Travessa da Rua Direita do Colégio para o Canto de João de Freitas.....", o que nos aproxima mais da identificação (ALVES, Marieta. **Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia**. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Nº 81, 1957, pág. 223).

[33] É a quinta das seis cartas, lida pelo deputado baiano Francisco Gê Acayaba de Montezuma, na Câmara do Deputados, no Rio de Janeiro, na sessão de 22/mai/1838.

5. Envolvidos na Fuga

As três principais autoridades baianas que tiveram ligação com o caso foram:

Francisco de Souza Paraíso (Presidente da Província) – Nasceu em Salvador-BA, no final do séc. XVIII e formou-se em Direito, chegando a Desembargador, na Bahia. Em 1824, como Ouvidor da Comarca de Vila do Conde-PB, foi simpático à causa dos revolucionários da Confederação do Equador. Foi Presidente da Província da Bahia nos anos de 1836 e 1837. Faleceu na Bahia, em 1843.

Ten-Cel Luiz da França Pinto Garcez (Comandante das Armas da Província) – Nasceu em Lisboa, em 1799, e sentou praça na Legião de Caçadores da Bahia. Como Major, participou da Batalha do Passo do Rosário, em 1827. Já como Tenente-Coronel, foi nomeado, em 1835, como Comandante das Armas da Província da Bahia e lá permaneceu até 1838. Faleceu na Bahia, em 1863, no posto de Tenente-General.

Francisco Gonçalves Martins (Juiz de Direito e Chefe de Polícia de Salvador) – Nasceu em Santo Amaro-BA, em 1807. Estudou Direito em Coimbra, em 1827, e foi nomeado Chefe de Polícia em Salvador-BA, em 1834. Representou a Bahia na Assembléia Geral, nas 3ª e 8ª legislaturas, desde 1834 a 1851, quando foi nomeado Senador pela mesma Província. Presidiu a Bahia duas vezes, de 1848 a 1852 e já como Visconde de São Lourenço, de 1868 a 1871. Foi, também, Desembargador e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, tendo falecido na Bahia, em 1872.

Podemos citar seis pessoas envolvidas diretamente na elaboração e na execução do plano de fuga:

MANOEL GOMES PEREIRA – (republicano, de profissão ourives). Tinha casa no Largo da Piedade, onde ocorreram as reuniões preparatórias para a revolta de 07/nov/1837, a Sabinada. Também assinou a ata da Sessão da Câmara Municipal, no dia da revolta. Estando em Montevidéu, quando a Sabinada foi sufocada, dali veio para o Rio Grande do Sul. Como coronel, participou da Revolução Farroupilha até maio de 1840, quando foi para o Rio de Janeiro e lá estabeleceu-se como banqueiro. Faleceu em 1870, no Porto de Salvador, quando viajava do Rio para a Europa, em companhia do filho menor, Eduardo Gomes Pereira.

FRANCISCO JOSÉ DA ROCHA – (Ten-Cel de 1ª Linha). Pertencia ao Batalhão de Caçadores de Salvador. Esteve envolvido na Sabinada, tendo assinado a ata da Sessão da Câmara Municipal, no dia da revolta (07/nov/1837). Fugindo do julgamento dos revoltosos, em 06/nov/1838 já estava no Rio Grande do Sul e fazia parte da tropa farroupilha. Pelo Decreto de 25/jun/1839, Bento Gonçalves concedeu a ele, em Caçapava-RS, o posto de Tenente-Coronel, no Comando do 2° Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, cujas funções exercia desde 6 de novembro. Nesse decreto é descrito que, apesar da "espionagem inquisitorial do Governo", ele havia se mostrado solidário aos rio-grandenses presos na Bahia e havia cooperado para sua liberdade. Entre 1841 e 1843, ocupou a função de Chefe Geral de Polícia na cidade de Canguçu. Maçom que, por possuir o Grau 30, através de diploma assinado em 1843, elevou ao Grau 18 o seu irmão maçom David Canabarro.

MANOEL JOAQUIM TUPINAMBÁ – (Capitão da Guarda Nacional). Maçom, exercia a função de Juiz de Paz na Ilha de Itaparica, onde tinha propriedade rural.

ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA DUARTE – (Comerciante). Rico homem de negócios, ligados ao transporte marítimo, principalmente entre os portos de Montevidéu, Rio de Janeiro e Salvador. Quando, em 1835, iniciou a Revolução Farroupilha, ele morava em Porto Alegre, e era Vice-cônsul da cidade livre de Hamburgo. Como tal, emitiu um manifesto aos hamburgueses moradores da Província, pedindo neutralidade e que não pegassem em armas contra os farroupilhas. Com isso, Fernandes Braga, Presidente da Província, pede ao Regente a suspensão do seu "***exequatur***"[34]. Em virtude das repercussões desse incidente, Pereira Duarte vai para o Rio de Janeiro e depois se estabelece comercialmente em Salvador. Em 1°/jul/1837, ele foi iniciado como maçom na Loja **Fidelidade e Beneficência**, tendo declarado: "naturalidade portuguesa, ser brasileiro adotivo, possuir 36 anos, católico romano, negociante e morador do Cais Dourado"[35].

MANOEL VIEIRA MACHADO – (Capitão de Artilharia, de 1ª Linha, Comandante do Forte do Mar). Era natural da Bahia, casado, em 1821, com Rita Carolina da Silva Branco, sobrinha do 2° Visconde de Caravelas. Tiveram uma filha de nome Cândida Carolina Alves (ou Álvares) Machado. Estava no comando do Forte do Mar, desde 1834. Era maçom e um dos fundadores da Loja **Fidelidade e Beneficência.**

DOMINGOS DE GUSMÃO VIANNA – (Alferes, de 1ª Linha, Comandante do Destacamento do Forte). Era natural da Bahia, sentou praça em 1821, com dezesseis anos, no Regimento de Artilharia de Linha. Casou-se, aproximadamente em 1825, com Joanna Pereira da Costa, de quem teve uma filha de nome Luísa Leopoldina.

6. O Plano e a Execução da fuga

Muito já foi escrito e muito já foi romanceado sobre esse episódio. A exaltação e o culto aos mais diversos personagens já foram explorados por alguns historiadores. Entretanto, vamos buscar relatar os fatos através das fontes primárias que pude encontrar, que são documentos existentes nos arquivos de Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Ainda em vários artigos de jornais da época, da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Montevidéu. Bem como me apoiarei em uma narrativa escrita entre os anos de 1841 e 1870, por um republicano envolvido na Sabinada (revolução de 7 de novembro de 1837), em relatos de Joaquim Gonçalves da Silva, filho de Bento Gonçalves, e em artigos do historiador Pedro Calmon.

Pois bem, quando Bento Gonçalves chegou em Salvador, o Presidente da Província sugeriu ao Comandante das Armas que julgava interessante substituir o Comandante do Forte do Mar, Capitão Machado, por um oficial de posto superior, em face da importância do preso que lá ficaria, além do que ele possuía o posto de coronel. Entretanto, tal nomeação não chegou a ser efetivada.

[34] O Chefe da repartição consular será admitido no exercício de suas funções por uma autorização do Estado receptor,denominada "***exequatur***", qualquer que seja a forma dessa autorização.

[35] CALMON, Pedro. Heróis Anônimos. In **Figuras de azulejo**. 2ª ed. Rio de Janeiro; Editora A Noite, 1940, p. 145-147.

O Presidente ordenou ao Capitão Machado que o preso deveria ser "*guardado com toda segurança*", pois assim determinava o Ministro da Justiça. Portanto, se fosse preciso, ele solicitaria um aumento de soldados, para melhor guarnecer aquele Forte. Informou também que, na noite do dia 2 de setembro, havia recebido uma carta anônima, denunciando que o preso tinha um plano de fuga. Por isso, havia determinado ao 1° Ten Antônio Dias dos Santos Bellico, Comandante da **Barca de Guerra N° 1,** que ela ficasse fundeada próximo do Forte, prestando todo o apoio necessário.

O 1° Ten Rafael Mendes de Menezes e Valle, Comandante do **Brigue-Barca 29 de agosto**[36], fundeado junto ao Arsenal da Marinha, também foi informado da carta contendo o plano de fuga. Com isso, recebeu a missão de que fizesse os seus escaleres rondarem o Forte todas as noites, não deixando nenhuma embarcação dele se aproximar. Segundo o comandante, as rondas eram feitas pela guarnição do seu navio, desde o anoitecer até ao amanhecer, e a ronda era por ele inspecionada durante a noite, em horários alternados. Ainda determinou que o oficial de serviço, um cabo-marinheiro, com binóculo, e as sentinelas do seu navio ficassem atentos a qualquer chamada ou sinal de alerta do Forte.

Diante de todas as recomendações, a única providência que o Capitão Machado tomou foi a de substituir um sargento e um soldado do seu destacamento pois, segundo ele, esses militares eram suspeitos. E, na véspera da fuga, respondendo a um questionamento do Presidente da Província, ele, através de um ofício, relata que: "*Como disse-me V. Ex^a., que reparava achar-se algumas vezes quantidade de Saveiros atracados nesta Fortalesa, e como hontem pela tarde viessem ainda mais, por isso, que a V. Ex^a. vou dar a razão de assim acontecer, o que não foi mais senão Negociantes ou Caixeiros que vierão visitar uns Guardas Nacionaes do 3° Batalhão, que aqui se achão presos.*"

Apesar de todas as recomendações, dá para se concluir que as ordens não foram muito bem cumpridas pois, pelo relato anterior, o Forte mais parecia um mercado persa do que uma prisão, com a segurança que as autoridades da Corte esperavam. Consta que o Presidente da Província e o Comandante das Armas também visitaram Bento Gonçalves mas, sobre isso, nada foi comprovado, a não ser um relato escrito na época.

Segundo alguns depoimentos, nas visitas constantes, o Capitão Machado comprometeu-se a ajudar, porém pediu que não o envolvessem diretamente na ação. Portanto, foi necessária uma soma elevada em dinheiro, tanto para pagamento de "propinas" às sentinelas e ao Comandante do Destacamento da Guarda, como para a operação de resgate e transporte de retorno. Para isso, no dia 4 de setembro, o ourives Manoel Gomes Pereira emprestou, em nome de Bento Gonçalves, 5.683$500 (cinco contos seiscentos e oitenta e três mil e quinhentos réis). Sobre esse dinheiro, veremos, mais adiante, as conseqüências surgidas aqui no Rio Grande do Sul.

Na semana anterior a sua fuga, Bento Gonçalves já havia recebido licença para tomar banho de mar próximo à rampa de acesso junto ao Forte, por lá existir um banco de areia onde, nos horários de maré baixa, a profundidade é pequena. No dia combinado, uma canoa, com duas grandes velas latinas[37], tendo 6 remos de voga e 2 remos de popa, cuja a tripulação estaria vestindo camisa azul de baeta, simularia pescar iscas nas imediações do Forte.

[36] O brigue-barca é armado com um terceiro mastro, de *mezena*, que é o mastro mais próximo da popa. Normalmente, é usada neste mastro a vela latina, quadrangular. Do italiano *mezzana*, a vela do mastro do meio.
[37] Velas triangulares.

Eram 10horas. Bento Gonçalves nadava junto ao Forte, vigiado apenas por uma sentinela. O Ajudante do Intendente da Marinha, que estava junto ao cais do Arsenal da Marinha, a cerca de 300 metros da Fortificação, olhava na direção do Forte, quando chamou sua atenção ver um homem nadando em direção a uma canoa que passava junto ao Forte. No momento, pensou ser algum preso que fugia, apesar de não ver movimento algum ou sinal de alarme, por parte da Fortaleza.

Bento Gonçalves foi resgatado pela canoa, e os oitos remadores, auxiliados pela vela, seguiram rumo à Ilha de Itaparica.

Não houve uma pronta reação por parte da Fortaleza, pois demoraram para pedir socorro. O Alferes Gusmão, comandante do destacamento do Forte do Mar, determinou que o Cadete Setúbal e um praça fossem ao Arsenal da Marinha avisar o **Brigue-Barca 29 de agosto** e pedir apoio.

O 1° Ten Valle, comandante do **29 de agosto**, ao observar o que acontecia, percebeu que a canoa com Bento Gonçalves já estava além da linha do Forte de Nossa Senhora de Mont Serrat, além do que, na hora da fuga, era maré de enchente e ventos Este, o que retardaria ainda mais para alcançar os fugitivos. Entretanto, o próprio Comandante Valle embarcou em um escaler, levando consigo o 2° Ten Joaquim Salomé Ramos e navegou para o Forte, encontrando no percurso o Cadete Setúbal que relatou o ocorrido. Em vista dessa informação, ele iniciou a perseguição, sendo seguido por uma lancha do seu navio, guarnecida por um tenente, um guarda marinha, um sargento e um cabo.

O Capitão de Fragata Pedro Ferreira de Oliveira, Intendente da Marinha, ao tomar conhecimento do sucedido através do seu Ajudante, mandou equipar o escaler mais veloz do Arsenal, e determinou que três soldados e o Patrão-mor fossem até o Forte buscar notícias, ordenando que, se fosse um preso que houvesse se evadido, seguissem em sua captura. Ao avistar que o Patrão-mor havia chegado ao Forte e se comunicava através de uma "buzina"[38] com o **Brigue-Barca 29 de agosto**, pôde ficar ciente do ocorrido. Nesse momento, o Intendente fez sair outro escaler, guarnecido por quatro soldados, que seguiram atrás do primeiro escaler. Depois disso, o próprio Intendente embarcou em um saveiro e dirigiu-se para o **Brigue Barca 29 de agosto**, mandando que outros escaleres saíssem, para auxiliarem na busca. Ao chegar no Brigue, a canoa fugitiva já levava uma dianteira de mais de duas milhas, em relação ao escaler que ia mais próximo, que era a embarcação em que ia o Patrão-mor.

Após o Intendente ter retornado à terra, por determinação do Presidente da Província, este enviou uma lancha do Arsenal, guarnecida com um guarda-marinha, mais o Tenente Cipriano da Rocha Lima, Ajudante do Corpo Policial de Salvador, e dez soldados, para cruzarem a Barra Falsa, uma vez que os escaleres haviam seguido na direção entre a Ilha de Itaparica e o continente. O objetivo desta missão era vistoriar e registrar todas as embarcações que passassem, a fim de evitar que o preso pudesse embarcar em algum navio em alto mar.

A essa altura, a canoa que levava Bento Gonçalves já havia atracado na Ponta do Manguinho, sendo ele recebido pelo Capitão Manoel Joaquim Tupinambá, Juiz de Paz da Vila de Itaparica, que o acoitou em sua propriedade rural.

[38] Artefato metálico de formato cônico que, na época, era utilizado para comunicação entre embarcações, pois possibilitava a ampliação da voz.

Um tempo depois, o escaler do Comandante do **29 de agosto** chegou à Ponta do Manguinho, seguido pelo escaler do Patrão-mor e os militares do 3° Batalhão de Caçadores, que vinham em outro escaler. Lá encontraram a canoa usada na fuga, que estava abandonada. Desembarcaram e fizeram uma busca na mata, em lugares próximos. Após cerca de uma hora de sua chegada naquele lugar, apareceu o Capitão Tupinambá. Na ocasião, o Comandante do **29 de agosto** requisitou o escrivão daquele Juiz de Paz e determinou que se lavrasse um termo de apreensão da canoa, que estava encalhada junto a uma casa onde havia cerca de quinze mulheres que, após interrogadas, todas disseram que nada tinham visto.

Quando se acalmou a agitação inicial, às 13horas, o Ten-Cel **Pinto Garcez,** Comandante das Armas, enviou um ofício ao Presidente da Província, participando o ocorrido e informando que ainda não tinha cessado a busca ao fugitivo. Solicitava que mandasse prender imediatamente o Comandante do Forte e o Comandante do Destacamento da Guarda, bem como as praças que estavam de sentinelas, na hora da fuga. E ainda, pedia que fosse mandado proceder a um Conselho de Investigação, para que pudessem ser conhecidos os verdadeiros fatos da fuga e, com isso, serem julgados os culpados. Por último, enviava anexos os ofícios dos respectivos comandantes, do Forte e do Destacamento.

Os dois ofícios eram controvertidos, quanto à ordem que um deu e à ordem que o outro dizia ter recebido. O Comandante do Forte do Mar disse que:

> ".....Tendo precizão de fallar ao Commandante das Armas relativo a Serviço desta Fortaleza, a isso me encaminharei a terra, e o depois regressando para esta Fortaleza tive por noticia na Ribeira que Bento Gonçalves da Silva tinha-se evadido : chegando indaguei o como, e soube, que o Commandante do destacamento tendo dado licença, para o dito Gonçalves, banhar-se ao Mar, elle nesse intervallo passou-se a huma Canôa, e assim fugio. Tenho sabido mais, que houve compra, e ha suspeitas no Commandante do destacamento : Este Official fica prezo a Ordem de Vossa Excellencia, e igualmente o Soldado da Sentinella....."[39].

Já o Comandante do Destacamento do Forte relatava que:

> "..... tendo licença do Commandante da Fortaleza do Mar para se lavar no Mar junto a rampa da mesma Fortaleza o Coronel Bento Gonçalves e como estivesse em terra o mesmo Commandante da Fortaleza e o dito Coronel fallou-me na licença do dito banho e eu deixei que elle se lavasse segundo a licença que tinha foi nesta occazião que pôde evadir-se ajudado pelas agoas do Mar e he o que tenho a participar a V. Excellencia....."[40].

[39] Publicações do Arquivo Nacional (Revolução Farroupilha). Vol. XXXI. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 1935. (pág. 564) – Correspondência Expedida pelo Capitão Comandante da Fortaleza do Mar para o Presidente da Província da Bahia. (10/set/1837).

[40] Publicações do Arquivo Nacional (Revolução Farroupilha). Vol. XXXI. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 1935. (pág. 564) – Correspondência Expedida pelo Alferes Comandante da Guarda, da Fortaleza do Mar, para o Presidente da Província da Bahia. (10/set/1837).

Em nenhum documento oficial, nada foi comentado se ocorreram tiros de reação por parte dos militares do Forte. Nenhuma autoridade questionou o porque não ocorreu uma reação desta natureza. Com toda a certeza, os fatos detalhados só foram narrados aos Oficiais do Conselho a que foram submetidos. Já li alguns artigos, onde autores relatam que Bento Gonçalves havia molhado as *escorvas*[41] dos canhões. Este fato pode ter acontecido sim, mas não que somente ele tenha feito isso. Afinal, como pode um preso molhar as *escorvas* de todos os canhões e não ser notado? Lembre-se que, em 1759, o Forte possuía 54 canhões. E as sentinelas de serviço, na hora da fuga, por que não atiraram?

Inclusive, observou o Intendente da Marinha, em ofício ao Presidente da Província, que a guarda não disparou um único tiro, nem fez sinal algum de advertência da fuga. Disse ele que era prova mais do que suficiente que esta atitude foi para que pudesse dar tempo para a fuga, sem correr o risco de ser apanhado.

Ainda naquele dia dez, na tentativa de ampliar a busca ao fugitivo, o Presidente da Província expede ofícios para os Juízes de Direito e Chefe de Polícia das Comarcas de Itaparica, Nazaré, Cachoeira, Santo Amaro, Maragojipe e Catu, determinando que cada um, dentro de suas respectivas comarcas, empregasse todas as diligências possíveis para a captura do Coronel Bento Gonçalves e recomendando, especialmente, ao Juiz de Magojipe, por suspeitar que o fugitivo rumaria para aquela Comarca.

Como última medida tomada naquele dia, o Presidente da Província determinou que o Capitão de 1ª Linha Joaquim Pedro Berlinck embarcasse com 10 soldados em um escaler do Arsenal da Marinha e vasculhasse, inicialmente, a Vila de Itaparica e, depois, conforme as informações que colhesse, fosse também para Estiva e Jaguaripe, ou para qualquer outro lugar que ele julgasse preciso. Tendo o Capitão Berlinck amplos poderes para contatar qualquer autoridade e dela solicitar todo tipo de apoio necessário, partiram do Arsenal às 22horas.

No dia 15 de setembro, o Presidente da Província ordenou ao Ten Bellico, Comandante da **Barca de Guerra Nº 1**, que substituísse a Lancha, bem como toda a guarnição do Ten Rocha Lima, do Corpo Policial. E que continuasse na mesma missão de fiscalizar toda embarcação que cruzasse as imediações da Barra da cidade de Salvador e da Barra Falsa, evitando, assim, a fuga para alto mar.

Após uma semana, finalmente, no dia 18 de setembro, o Presidente da Província escreve ao Ministro da Justiça, dizendo não ter conseguido capturar Bento Gonçalves e dá por encerradas as diligências a respeito, tendo, dois dias depois, mandado o Capitão Berlinck e seus homens pararem as buscas e retornarem para a cidade.

Cessadas as buscas e acalmados os ânimos, deram continuidade ao plano. Em uma das noites, no início do mês de outubro, Bento Gonçalves foi trazido novamente para Salvador. De Itaparica, rumarão para a Península de Itapagipe, desembarcando às 19horas no porto do Bonfim, também conhecido como "Largo da Feira", onde o coronel se deparou com uma quantidade de pessoas de archote, que arrastavam um boi morto para o mar.

Próximo à Igreja do Bonfim, encontrou o Ten-Cel Francisco José da Rocha, que o aguardava com 2 cavalos. Depois de um longo percurso, foram pernoitar em uma casa

[41] Dispositivo onde se acende o rastilho de pólvora, para o acionamento do canhão.

localizada atrás do Convento de Nossa Senhora do Desterro[42]. Ali Bento ficou alguns dias e, para não levantar suspeitas, mudou-se novamente para outra casa.

Com a finalidade de dissimular seu retorno, fizeram o Governo acreditar que Bento Gonçalves embarcaria em um navio de guerra para a América do Norte. Alguns citam ter sido um navio sardo, outros descrevem como sendo uma corveta americana de nome *Peacock*. O certo é que a dissimulação foi planejada pois, na verdade, a fuga se deu pela sumaca[43] **Estrela do Sul**. Na época seu Comandante era um Capitão de nome Prates. A embarcação era de bandeira brasileira e, alguns meses depois, passou para bandeira oriental (uruguaia). Ocorre que esse navio era do maçom Antonio Gonçalves Pereira Duarte, que havia chegado com charque do Sul e retornava com farinha para o porto de Montevidéu.

Houve duas tentativas de retorno. Na primeira, Bento Gonçalves embarcou nas imediações do Rio Vermelho, sendo levado a noite, até o navio, por uma baleeira. Como não foi possível zarpar naquele dia, no dia seguinte, à noite, ele retornou para terra, desembarcando próximo ao morro da Igreja da Vitória. Um ou dois dias depois, ele embarcou novamente por este mesmo lugar e rumaram para a cidade do Desterro (hoje Florianópolis), em Santa Catarina.

Desta cidade, veio a cavalo, acompanhado por um catarinense de nome Matheus, em direção a Viamão, onde se reuniu à força republicana que sitiava Porto Alegre, ali chegando no dia 10 de novembro.

As informações sobre a sua fuga somente chegaram ao Rio de Janeiro cerca de 15 dias após e ao Rio Grande do Sul aproximadamente em 30 dias. Tanto que os jornais **Universal** e **Diário Defensor das Leis**, ambos de Montevidéu, relataram, com grande júbilo, na edição do dia 12 de outubro, que Bento Gonçalves havia fugido da prisão na Bahia[44].

7. A Tentativa de Demissão do Presidente da Província

No dia seguinte à fuga, 11 de setembro, o Presidente da Província envia um ofício ao Ministro da Justiça, Montezuma, relatando todo o ocorrido e dizendo das medidas tomadas e diligências mandadas executar, na tentativa de poder realizar a prisão de Bento Gonçalves.

Nesse mesmo dia, remete um ofício ao Ministro dos Negócios do Império, que respondia interinamente pela Regência:

> ".....Tendo gravemente deteriorado o meu estado de saúde, a ponto de ser-me hoje impossivel continuar no exercicio em que me acho e que tão pesado se tem tornado ultimamente, ao que tudo acresce, além de outros, o incomparavel desgosto que acabo de experi-

[42] Edificação do final do século XVII e início do século XVIII, localizada no Bairro de Nazaré, nas esquinas das Ruas Santa Clara e Francisco Velasco. Convento da ordem das freiras *Clarissas*.

[43] Do holandês *Schmake*, era uma pequena embarcação de dois mastros.

[44] PARANHOS, José Maria da Silva. O Barão do Rio Branco e a guerra dos farrapos: Efemérides. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 95, p. 34-35, III Trim., 1944.

> mentar com o successo da fuga do prezo Bento Gonçalves da Silva de que nesta data dou conta ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, vou por isso pedir a V. Exa. instantemente haja de obter-me do Regente em nome do Imperador a minha demissão para que de todo se não arruine a pouca saude que me resta, por cuja Graça serei sempre grato ao mesmo Regente e a V. Exa.....".[45]

Entretanto, a resposta deve ter sido negativa para o seu pedido de demissão, pois ele ainda permaneceu no cargo até a revolta da Sabinada, que aconteceria cerca de dois meses após.

8. Conselho de Justificação e Conselho de Guerra

No mesmo dia da fuga, o Comandante das Armas solicitou ao Presidente da Província que fossem presos o Capitão Manoel Vieira Machado, o Alferes Domingos de Gusmão Vianna e os soldados sentinelas do Forte do Mar, por motivo da fuga de Bento Gonçalves, e que fosse instalado um Conselho de Investigação, para apurar os fatos ocorridos.

No dia 13, o Conselho já havia concluído sua missão e o seu parecer conclusivo foi o de que os dois oficiais deveriam responder também a um Conselho de Guerra e que dessem início ao novo processo. Dois dias após, foram nomeados os militares para compor este novo Conselho. Fizeram parte os seguintes membros: Antônio Simões da Silva (Juiz Auditor), Cel Antônio de Souza Lima (Presidente), (Vogais) Maj Francisco José da Silva, Maj Manuel Garcez Pinto de Madureira, Maj Pedro Antônio Velloso da Silveira, Cap José Macário Velloso e Cap Manuel Coelho de Almeida Sande.

As investigações foram concluídas e, em 29 de agosto do ano seguinte, a sentença foi proferida em Junta de Justiça, sobre os trabalhos do Conselho de Guerra. A sentença final foi assim escrita:

> "..... o Capitão d'Artilharia de 1ª Linha Manoel Vieira Machado, e Alferes Domingos de Gusmão Vianna, que sendo ambos acusados pelo Crime de terem deixado fugir o prezo Bento Gonçalves da Silva que se achava na Fortaleza do Mar, forão pelo Conselho de Guerra, o 1° absolvido, e o 2° condenado no artigo 23 dos de Guerra.
>
> Que reformão a Sentença do Conselho de Guerra, e condennão ao Reo o Capitão Manoel Vieira Machado, que servio de commandante da Fortaleza do Mar, a ficar inhabilitado por espaço de does annos para Comandar, levando-se-lhe também em conta o tempo de prisão que tem sofrido, e ao Reo Domingos de Gusmão Vianna a ser

[45] AMARAL, Braz do. Correspondência Expedida pelo Presidente da Província da Bahia para o Ministro dos Negócios do Império - (11/set/1837). In **Revolução dos Farrapos**. Anais do Arquivo do Estado da Bahia. Vol. 2, Salvador; Imprensa Oficial, 1917, p. 177-178.

> expulso para sempre da Classe Militar, e mais dez annos da prisão em qualquer das Fortalezas do Império.....".[46]

Completados oito anos de prisão, Gusmão Vianna, em 1846, requer o perdão de sua pena, ou seja, o perdão do tempo que lhe faltava cumprir e também que fosse reintegrado nas fileiras do Exército, no posto que possuía. O seu advogado fundamentou sua solicitação, tomando por base, entre outros argumentos, o de que Bento Gonçalves se achava anistiado dos seus crimes, com o final da Revolução Farroupilha, e gozando de todos os direitos como Oficial do Exército.

Em meados de setembro de 1846, o Imperador, ouvindo o Ministro da Guerra, perdoou os dois anos restantes, mas não o reintegrou ao Exército. Este processo possui cerca de 50 páginas e encontrasse no Arquivo Nacional.

9. Repercussões nos Jornais do Brasil

Os jornais, em todo o Brasil, de setembro a novembro, exploraram o assunto "Fuga de Bento Gonçalves", tanto quando esteve preso no Rio de Janeiro, sua chegada na Bahia, sua fuga e as repercussões que ela causou no ambiente político da época. No entanto, somente comentarei alguns artigos publicados com a repercussão da sua fuga.

O jornal baiano **Correio Mercantil** publica um pequeno artigo, onde descreve o que a maioria já havia previsto, ou seja, que Bento Gonçalves não permaneceria por muito tempo na prisão, principalmente por ter plena liberdade no interior do Forte do Mar. E, assim, daquele artigo pode ser este trecho: "*Quando soubemos da chegada de Bento Gonçalves a esta cidade, tivemos certeza do destino que a ella o trazia, logo nos persuadimos que em breve, algum* ***descuido****, ou alguma* ***facilidade****, lhe forneceria occasião de se escapar. Não se diga que este nosso juízo foi precipitado;.....*"[47]

O jornal **O Chronista,** do Rio de Janeiro, foi bastante direto e não poupou críticas ao ex-Ministro da Justiça, quando assim escreveu:

> "— Apenas Bento Gonçalves retirou-se mansa e pacificamente para o Rio Grande, mandou o Sr. Montezuma publicar no ***Diario do Rio***, os officios que remettera ao presidente da Bahia, recommendando-lhe reo de tanta importancia. Julga com isso o ex-ministro arredar de si a suspeita de haver dado escapula ao general republicano : ora o Snr. Montezuma nos julga muito tolos. – Pois não podiam esses officios, escriptos para serem publicados, acharem-se em opposição com outros que devem sempre ficar em segredo?"[48] .

[46] Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial – Império – Presidente da Província – Maço N° 1672 – Livro Registro de Correspondências Expedidas pelo Presidente da Província da Bahia para o Comandante das Armas (1838) – (Página n° 224V-225-225V). (29/ago/1838).

[47] CORREIO Mercantil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, N° 211, p. 4, 25/set/1837.

[48] ESCAPULA. **Jornal O Chronista**, Rio de Janeiro, N° 101, p. 404, 30/set/1837.

Um extenso e interessante artigo do jornal pernambucano **O Echo da Religião e do Império** se fez publicar. Veja que, pelo título, de corrente religiosa, o ataque à maçonaria foi o ponto alto. Transcreverei apenas alguns trechos.

O artigo, com o título de "Verdades", começa assim: "*Os Clubs politicos perdem o Brasil!... Brasileiros vós estaes perdidos!... A Religião, o Throno, a Pátria, estão em sima de hum tremendo volcão de muitas crateras; são os Clubs politicos Republicanos. Elles estrangulárão a França, elles vão perder o Brasil. Brasileiros Monarchistas cinceros, Brasileiros Catholicos, vós que não estaes ainda* ***tonsurados com os signaes da Besta***[49]*, que sonolência he esta!! Acordai, reflecti, e tremei!.....*"

Continua falando de Onofre e Corte Real, que escaparam facilmente da Fortaleza de Santa Cruz. Escreve sobre Bento Gonçalves, quando ainda preso no Rio de Janeiro, e a respeito de uma carta que ele mandou "*à certos Clubs na Corte*" e reproduzida no jornal **Republico**.

Acerca de sua estada na Bahia, o jornal diz: "*A Commissão dos homens, que* ***não se intromettem com a política****, foi á prizão de Bento Gonçalves.....*". E continua descrevendo: "*Bento Gonçalves,* ***secretamente*** *protegido, publicamente visitado, em liberdade no Forte do Mar....*", e, mais adiante, concluí: "*Bento Gonçalves, o afilhado, o predilecto dos Clubs politicos, não fugio porque taes proporções não são de fugida, são de protecção, de aliança, de confidencia.*"[50]

O jornal baiano **O Censor** ataca o Presidente da Província, em defesa dos direitos de Bento Gonçalves. Como álibi, ele assim argumenta: "*.....nem na Corte, nem no Rio Grande, se lhe fez corpo de delicto, nem culpa, nem processo, nem se houve a menor attenção a nenhuma das formalidades, que a constituição requer para que um réo seja considerado tal, e legalmente conservado em prisão.....*". E continua expondo a sua defesa: "*.....alem das ja referidas illegalidades, até se diz, valha a verdade, que a guia, ou officio do ministro da Justiça, que o acompanhou, não trazia assignatura daquelle ministro, nem de nenhuma outra authoridade publica.....*". E conclui sua defesa: "*.....E tudo isto por amor do* ***quero e mando****, da* ***justiça do arbitrio****, do* ***instincto governativo****; e em perseguição de um preso,* ***que o não era****, nem da constituição, nem da lei, nem da authoridade de sua excellencia, nem da dos magistrados criminaes, nem do poder algum constituido e publico.....*"[51].

Sobre o Alferes Gusmão Vianna, o jornal diz que:

> ".....differentes accusações temos ouvido fazer á este official, mais, ou menos graves, segundo o calor da paixão, ou o espirito do partido, ou mesmo prevenção individual dos accusadores: citam-se os ferocissimos artigos do regimento de Lippe, em virtude dos quaes dizse, que o sr. Gusmão deve ser condenmado á outro igual tempo, passar

[49] Referindo-se aos iniciados na maçonaria. (O grifo é meu).
[50] VERDADES. **Jornal O Echo da Religião e do Império**, [s.l.], Pernambuco, N° 21, p. 3-5, 13/out/1837 (O grifo é meu).
[51] Coronel Bento Gonçalves. **Jornal O Censor**, Salvador, N° 2, p. 122-126, out/1837 (O grifo é meu).

> por todas as penas, que houvessem de ser impostas ao preso evadido; outros pretendem que se lhe dispa a farda, e tirem as honras militares com infamia; outros finalmente quereriam que esse official fosse estrangulado, pena de que julgam digno o evadido.....".

Argumentava, ainda, que o Alferes Gusmão era inocente pois, segundo o jornal baiano **O Novo Diário**, vários foram os artigos publicados a esse respeito. Como álibi, o jornal argumentava que: "*.....o sr. Gusmão não pode ser punido, nem responsabilisado, por ter deixado evadir (mesmo concedendo que voluntariamente o deixasse) um cidadão innocente á face da Lei, e que contra a mui clara e terminante expressão da lei era despoticamente detido e privado de sua liberdade.....*"

Por outro lado, diz o jornal **O Censor** que acusam o Alferes Gusmão de que toda a guarda estava sem munição e os canhões sem "palamenta"[52], achando-se todo este suprimento bélico trancado e fora do alcance imediato. E completava, referindo que dois soldados juravam ter sido aliciados pelo Alferes Gusmão, com promessas de dinheiro, para consentirem na fuga. Entretanto, completava o jornal, nada disso foi provado.

Sintetizando, o plano realmente existiu. O maçom baiano, **Montezuma**, aproveitando-se de sua função de Ministro da Justiça, remete o preso para Salvador, pois sabia que lá encontraria o ambiente político adequado, bem como sabia que seus irmãos maçons executariam um esquema para sua evasão.

10. A Sabinada

Com o intuito de promover a autonomia das Províncias, surge em Salvador, em fins de 1831, o primeiro movimento federalista do Brasil. Após intensa agitação, em fevereiro do ano seguinte e em abril de 1833, o mesmo é debelado, com a prisão dos envolvidos.

Portanto, a semente do federalismo já existia há algum tempo. Como reflexo das questões políticas e econômicas advindas do período regencial, no início de 1837 começaram a surgir indícios de um novo levante baiano. A crise se agrava ainda mais quando, em 19 de setembro de 1837, o Regente Feijó pede demissão, assumindo, no seu lugar, Pedro de Araújo Lima. Com a nova organização ministerial, a pasta da Justiça é ocupada por Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos líderes do "regresso" que, desde o princípio de sua gestão, passou a fazer uma busca em torno dos fatos que levaram à fuga de Bento Gonçalves.

Civis e militares, principalmente do Forte São Pedro, iniciaram a conspiração, com sucessivas reuniões no Largo da Piedade, na casa do Ourives Manoel Gomes Pereira. A **Sabinada**, movimento que levou o nome do seu líder, o médico Sabino Álvares da Rocha Vieira, e que tinha como escopo o espírito federalista. Apoiados por setores sociais da classe média, pretendiam estabelecer uma República que, segundo os rebeldes, duraria até a maioridade de D. Pedro II.

[52] Conjunto de aparelhos acessórios necessários para o canhão efetuar o seu tiro.

A fuga de Bento Gonçalves e a possível ligação deste fato com o movimento da Sabinada foram muito exploradas por políticos da época. Pois, até mesmo, disseram que Bento Gonçalves, ao ser visitado na prisão, buscou fomentar esta revolta, uma vez que já tinha a experiência da revolução farroupilha, que havia começado em 1835, o que é contestado por alguns historiadores, em virtude de que o movimento federalista já estava impregnado na Bahia, desde 1831.

Entretanto, a sua fuga antecipou os planos dos revoltosos, pois viram neste feito uma arma de vitória contra os legalistas. Entre os papéis sediciosos, que fazem parte do processo da Sabinada, e que se encontra no Arquivo Público do Estado da Bahia, vamos encontrar um exemplo disto. Quando ainda na fase de propaganda subversiva, em que os revoltosos conclamavam a população, através de proclamações escritas em folhetos e afixadas nas portas de alguns órgãos públicos, lá estava uma delas assinada com o nome de Bento Gonçalves. Na verdade, o objetivo era causar um impacto psicológico, ou seja, era uma "mensagem de força" daquele movimento, usando o nome do líder farroupilha e disseminando idéias liberais. Líder este que, naquele momento, havia se tornado conhecido nacionalmente.

A reação frente aos revoltosos foi rápida. Os legalistas, após terem estabelecido uma nova capital no recôncavo baiano, e tendo contado com o apoio da aristocracia rural e de forças vindas do Rio de Janeiro, conseguiram isolar a cidade de Salvador. E, em março do ano seguinte, a insurreição estava debelada com um saldo de dois mil mortos e três mil presos.

Fracassado esse levante, alguns, baianos fugindo às perseguições, foram para o Sul, onde passaram a tomar parte na Revolução Farroupilha. Entre eles destacam-se o Ten-Cel Francisco José da Rocha, o Ourives Manoel Gomes Pereira, e o Tenente Daniel Gomes de Freitas que, na Sabinada, foi promovido a Coronel e assumiu a comissão de Ministro da Guerra. Este último, em 1842, participou, também, da Revolução Liberal de Sorocaba-SP e, a partir de 1843, da Revolução Farroupilha.

11. Repercussões na Câmara dos Deputados

No ano de 1838 a primeira sessão da Câmara dos Deputados ocorreu dia 25 de abril. Assumiam assim, os 98 deputados da quarta legislatura (1838/1841), tendo como presidente da Câmara o Deputado por Minas Gerais Cândido José de Araújo Vianna (depois Marquês de Sapucaí). Lembre-se que, para aquela legislatura, a Província do Rio Grande do Sul não elegeu deputados. Eram os três maiores colégios eleitorais os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A situação política nacional vinha bastante desgastada, fruto da renúncia do Regente Feijó, em fins de setembro do ano anterior, e com as graves repercussões das rebeliões que ocorriam em todo o País, principalmente a Revolução Farroupilha, que entrava no seu terceiro ano.

No mês de maio de 1838, a fuga de Bento Gonçalves e a Sabinada na Bahia passam a ser a ordem do dia, tanto dos jornais como na Câmara dos Deputados. E a maioria das acusações recai sobre o Deputado pela Bahia Francisco Gê Acayaba de **Montezuma** que, na época da fuga, era o Ministro da Justiça.

Na sessão do dia 15 de maio, o Deputado por São Paulo, Francisco **Álvares Machado** de Vasconcellos acusa a Regência atual (que assumira em setembro de 1837), de que pouco vinha fazendo para pôr fim às rebeliões da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Na sessão do dia seguinte, o Deputado pela Bahia João José de **Moura Magalhães** entra em defesa, dizendo não ser em procedentes as acusações e contra-ataca, arrematando:

> ".....Se erão conhecidos os elementos da desordem na provincia da Bahia, quaes foram as medidas que empregou o governo transacto para suffocar, abafar as centelhas, as faiscas que se ateavão naquella provincia.....? Quaes foram? Remettendo Bento Gonçalves para a Bahia, e o que mais é, consta que foi com aviso que até não era assignado. (*Apoiados*). Aportou Bento Gonçalves á Bahia: logo que chegou excitou as sympathias de todos os desordeiros daquella provincia, e, por fim, Sr. presidente, por meio de suborno, como consta geralmente, por meio de suborno permittio-se que um preso daquella ordem se banhasse fóra dos muros da fortaleza, afim de se evadir e ir alentar o partido rebelde na provincia do Rio Grande do Sul !!! (*Apoiados*). Eis, senhores, o serviço prestado á Bahia pela administração passada.....".

Montezuma, em defesa da administração passada, da qual ele tinha sido ministro, e naquele momento era acusado, ataca **Moura Magalhães**. Ele observa que tomou a decisão de remeter Bento Gonçalves para a Bahia e Pedro Boticário para Pernambuco, pois já haviam ocorrido fugas, e mandou-os para uma prisão mais segura. **Moura Magalhães** rebate, afirmando que o Governo Central sabia que um movimento rebelde estava sendo iniciado na Bahia. Inclusive, tinham recebido informações de que lá ocorriam reuniões clandestinas. Logo, não seria o lugar correto para a guarda de um preso daquela natureza. O que **Montezuma** complementa, dizendo que, se realmente ocorreu algum favorecimento, o Presidente, ou outra autoridade daquela Província, deveriam ser questionados se efetivamente tomaram todas as medidas necessárias para evitar aquela fuga.

O Jornal carioca **O Chronista,** do dia 19 de maio, contesta **Montezuma,** alegando que a notícia da fuga havia chegado ao Rio de Janeiro e a imprensa havia feito várias acusações ao ex-ministro. No entanto, ele nada rebateu e não apresentou provas para esclarecer o público. Inclusive, alguns periódicos o acusaram de traidor do Império e ele nenhuma defesa fez. E **O Chronista** complementa dizendo que **Montezuma** havia, na época, alegado que a Fortaleza da Lage era uma prisão cujas instalações eram insalubres e desumanas. Com isso, o jornal faz a indagação de que, se eram desumanas, por que somente Bento Gonçalves foi transferido e os outros presos, por que lá permaneceram.

Na sessão do dia 22, estando presentes dois Ministros de Estado, e praticamente a totalidade dos deputados, **Montezuma,** como orador do dia, inicia sua fala respondendo ao Deputado por São Paulo Antônio Carlos Ribeiro de **Andrada Machado** e Silva, e depois, faz algumas críticas a Bernardo Pereira de **Vasconcellos**, Ministro Do Império e da Justiça, presente à sessão. Em seguida, passa a falar a respeito da fuga de Bento Gonçalves.

Novamente se reporta aos dois motivos que o levaram a transferir Bento Gonçalves para a Bahia: 1°) As denúncias de um plano de evasão da Fortaleza da Lage; e 2°) O número de amigos que o visitavam, inclusive com apoio financeiro, além de estar recebendo influências e conselhos estratégicos para as forças farroupilhas.

Ele explicou que a Fortaleza da Lage era a mais segura prisão do Rio de Janeiro e, com isso, para resolver o problema, somente mandando o preso para outra Província. E, para provar as suspeitas do plano de fuga, **Montezuma** passa a ler as seis cartas, escritas por Bento Gonçalves a um amigo. Três delas, quando ainda estava na Fortaleza da Lage, e as outras, escritas da Bahia. Realmente, as três do Rio de Janeiro tratavam sobre sua fuga. Naquele momento, foi um alvoroço no recinto da Câmara. Quiseram saber como ele as havia conseguido, bem como a quem estavam endereçadas.

Montezuma disse que assim explicava o porque o enviava para a Bahia, além do que Bento Gonçalves, nas três últimas cartas, atesta que as autoridades baianas não foram coniventes e nem favoreceram a sua fuga. E, isto sim trataram-no com urbanidade, o que era natural existir entre os militares, mesmo porque, por direito constitucional, o preso não poderia ficar incomunicável, nem conservado a ferros.

Após a conclusão de sua fala, o Deputado por Minas Gerais Honório Hermeto **Carneiro Leão** (depois Marquês do Paraná), pedindo a palavra, o argüiu, dizendo que, se realmente o ex-ministro obteve aquelas cartas alheias por meios legais, o que era de se esperar, que as mesmas fossem colocadas à mesa do plenário para poderem ser lidas. **Montezuma** rebate, dizendo que as cartas foram lidas tal como estavam escritas, que a letra era mesmo de Bento Gonçalves, inclusive havia pedido aos taquígrafos que as registrassem tal qual as originais. Entretanto, ele declarou que iria borrar com tinta os nomes nelas contidos, por não querer fazer vítimas e por não ser denunciante. E complementa, afirmando que documentos desta natureza têm caráter secreto e não podem ser publicados, tal como o deputado exigia. **Carneiro Leão,** concluindo, comenta que, se as cartas continham segredos, que pelo menos o Ministro da Justiça presente as lesse.

O jornal **O Sete d'Abril**, do Rio de Janeiro, fazendo referência à fala de **Montezuma**, do dia 22, critica-o, dizendo que aquele parlamentar não responde às acusações pela imprensa e, sim, no recinto da Câmara pois, assim fazendo, estaria se aproveitando de sua imunidade parlamentar e a imprensa não poderia fazer nenhuma indagação[53].

Na sessão do dia 23, o Deputado pela Bahia, Joaquim **Marcelino de Brito,** usando da palavra, passa a responder a **Montezuma,** sustentando que deveriam ser esclarecidos à Câmara todos os fatos que estiveram relacionados com aquela fuga e que ainda estavam obscuros.

Antes de analisarmos a sua manifestação, é importante que seja resumida a sua biografia, como político e como jurista, para aquilatar o grau de importância desse cidadão, na época em que viveu. Era natural da Bahia, concluiu o curso de Direito na Universidade de Coimbra, em 1822. Foi Desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco até 1834, quando foi transferido para o Tribunal da Bahia, função que exercia, em Salvador, quando ocorreu a fuga de Bento Gonçalves. Exerceu o cargo de presidente das pro-

[53] Fuga de Bento Gonçalves e o Sr. de Montezuma. **Jornal O Sete d'Abril**, Rio de Janeiro, N° 563, p. 4, 25/mai/1838.

víncias de Sergipe e de Pernambuco. Foi ministro de Estado, ocupando as pastas da Justiça, do Império e da Fazenda, nos gabinetes de 1844 e 1846. Foi deputado em 6 legislaturas, entre 1826 e 1856, tendo sido, em uma delas, nomeado senador e, em outra, presidente da Câmara. Em 1855, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, tendo sido seu presidente, pela primeira vez, em 1864 e, depois, reconduzido mais quatro vezes. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1879.

Nos anais da Câmara, daquela sessão, assim registra **Marcelino de Brito**:

> "..... julga de seu dever esclarecer a câmara sobre todas as circunstancias deste facto que reputa um dos mais escandalosos da administração passada, facto que não importou menos que accelerar a fuga do presidente da republica de Piratinim, promover a revolução da Bahia, e dar incremento e novas forças á rebellião do Rio Grande. Não havia duvida, continua o orador, que existia na cidade da Bahia um partido que queria hastear o estandarte da revolta no mesmo sentido da do Rio Grande; isto não podia ser occulto, porque existia um periódico (*O Novo Diario*) que era órgão deste partido.....".

Há tempos o Chefe de Polícia de Salvador vinha prestando informações ao Presidente da sua Província sobre reuniões clandestinas de uma rebelião que estava por surgir. Não resta dúvida que, para aqueles revoltosos, o contato com Bento Gonçalves, a execução e o sucesso do plano de fuga foram um estímulo e, com isso, agilizaram a deflagração da Sabinada.

Marcelino de Brito afirmou que ao chegar Bento Gonçalves em Salvador, lá se comentava: "*– eis o chefe mandado pelo ministério para fazer a revolução*!". Brito declara que não concordava com essa afirmação, mas complementou ele: "*julgou-se que em falta de um chefe nenhum podia ser melhor que o da republica de Piratinim*".

Continuou dizendo que Bento Gonçalves foi remetido para a Bahia, acompanhado pelo ofício reservado do Ministro da Justiça, com data de 09/ago/1837, porém o papel chegou sem assinatura. Como Bento Gonçalves tomou conhecimento desse fato, pediu uma cópia do ofício, pois pretendia, com isso, requerer um *habeas-corpus*. Em vista disso, **Montezuma** foi acusado de que essa falha foi proposital, para dar ao preso essa possibilidade de conseguir o seu *habeas-corpus*. A cópia foi negada, com a justificativa de que, por estar com classificação reservada, não podia ser emitido o documento solicitado. E, para que isso não trouxesse implicações futuras, o Presidente da Província requereu uma nova cópia assinada, com a exclusão da classificação reservada. **Montezuma** rebate, dizendo que, ao tomar conhecimento dessa falha, encaminhou um novo ofício.

Mas, na verdade, só enviou porque foi encomendado pelo Presidente, sendo remetido novamente, na data de 12/set/1837 e, quando lá chegou, o preso já havia fugido. Realmente, o primeiro, veio sem a assinatura do ministro, pois tive oportunidade de manusear os dois documentos, que estão no Arquivo Público do Estado da Bahia[54].

[54] Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial – Império – Maço Nº 890, pág. 72, Correspondência Expedida pelo Ministro da Justiça para o Presidente da Província da Bahia. (12/set/1837).

Marcelino de Brito, contestando **Montezuma,** a respeito de existir ou não um plano de fuga, questiona: Como pode um preso sair daquela fortaleza, para tomar banho de mar? E, além disso, como pode ele já encontrar uma canoa à sua disposição? O que explicar das atitudes tomadas pelo comandante do destacamento da fortaleza? E descreve a ação daquele comandante:

> ".....aproveitando-se da occasião em que o commandante da fortaleza tinha isso para a terra, para dar licença a Bento Gonçalves para se banhar; mandou sahir a sentinella de um lugar aonde o preso podia ser observado por ella, e pôz-se elle nesse lugar. Entretanto, Bento Gonçalves foi observado por outro soldado que vai avisar ao commandante, o qual respondeu que o preso não iria daquelle lugar para diante, nem se deixaria afogar; e Bento Gonçalves tomou a direcção da canôa. Tanto havia plano, tanto este commandante do destacamento estava nelle, que nenhum aviso fez da fuga de Bento Gonçalves, nem para as embarcações de guerra que existião no porto, nem para parte alguma....."

Marcelino de Brito disse ter sugerido ao Presidente da Província que transferisse Bento Gonçalves do Forte do Mar para o **Brigue-Barca 29 de agosto**, fundeado naquele porto. Mas tal procedimento não foi possível, pois aquela embarcação havia chegado do Rio Grande e a ela pertenciam dois oficiais que tinham se envolvido com os farroupilhas, sendo um oficial da armada e um oficial de artilharia da marinha. Com isso, podiam lhe facilitar uma possível fuga.

Quanto às cartas exibidas na sessão anterior, **Marcelino de Brito** declarou que não sabia para que serviam. E afirmou que Bento Gonçalves jamais haveria de comprometer os seus libertadores, insinuando com isso, que, se houvesse alguma carta comprometedora, **Montezuma** não as apresentaria.

O jornal **O SETE D'ABRIL** do Rio de Janeiro, foi mais taxativo em relação a essas cartas, quando afirmou:

> ".....Que conjecturas poderemos nós fazer: Que as cartas fórão escritas no Rio de Janeiro e aqui deixadas ao Sr. Montezuma, para que elle as apresentasse quando a fuga se tivésse realisado... que todas ellas fórão mandadas vir de Piratinim muito de próposito para esta defesa!... Perdemo-nos em semelhante labyrintho....."[55].

E, para finalizar, **Marcelino de Brito** conclui que "*.....a chegada de Bento Gonçalves accendeu de novo o facho da revolução, e o triumpho que tiverão na soltura desse homem mais os animou, até por causa das grandes promessas que Bento Gonçalves lhes fazia de mandar socorros de Montividéo, Buenos-Ayres e Rio Grande*".

[55] Montezuma e a Fuga de Bento Gonçalves. **Jornal O Sete d'Abril**, Rio de Janeiro, N° 564, p. 4, 28/mai/1838.

Para que possamos opinar sobre a fala desse deputado, bem como a respeito das insinuações do jornal, é interessante lermos a última das seis cartas escritas por Bento Gonçalves e apresentada por **Montezuma**, e daí tirarmos algumas conclusões.

> "Bahia, 7 de Outubro de 1837 – Já saberá que no dia 10 do proximo passado, logrei evadir-me do forte do Mar ás 10 horas da manha, deitando-me a nado (em um **descuido que tiverão**) e ganhando uma canôa de pescadores, **na qual fiz levar-me** para a Itaparica, e ainda que fui logo perseguido, consegui pôr pé em terra naquella ilha, onde cercado e perseguido por muitos dias, nada conseguirão os tyrannos. Dalli passei para esta fazendo espalhar a voz de que havia embarcado para o Norte-America em uma corveta de guerra que sahio no dia 19 do proximo passado, logrei fazer o governo acreditar e cessarem as perseguições; hoje, porém embarco em direitura a Buenos-Ayres e em buque estrangeiro e conto ir livre. Os malvados **procurárão envenenar-me no forte**, e por um acaso raro me livrei, sendo victima dous pobres animaes, um gato e um cachorro.
>
> Porém como livrar-me eu de outra cilada sem o meu escravo e servido pelos escravos dos tyrannos? Só arrostando a morte como fiz e **sem plano algum**, consegui livrar-me. Tenho vos escripto, incluindo outras a meus amigos, não sei se terão vos ido á mão. As inclusas rogo as entregueis em mão e torno e recommendar-vos o amigo, pedindo-vos que nada falte no seu infortunio e contai que qualquer despeza, sem reparar em quantia que elle precise, vos abonarei, com vosso aviso e ordem. Logo que chegue a meu destino vos avisarei".[56]

Agora vejamos. Da análise que fizermos dos relatos oficiais da fuga, dos artigos publicados em jornais, de todas as exposições feitas na Câmara dos Deputados, o que podemos concluir?

É evidente que **Montezuma,** ao enviar Bento Gonçalves para Salvador, sabia que seus Irmãos maçons o ajudariam. Houve grande coincidência em que, no mesmo navio que o remeteu para lá, com ele tenha viajado o Irmão Pitombo, da Loja **Fidelidade e Beneficência**, que era da mesma Loja do Capitão Machado, Comandante do Forte do Mar, Loja essa que foi filiada ao **Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito**, fundado por **Montezuma**.

Sou obrigado a concordar com o Deputado **Marcelino de Brito** e o jornal **O Sete d'Abril**, quando faz acusações de que as cartas de Bento Gonçalves foram forjadas, para dar cobertura àqueles que o ajudaram na fuga. Ele escreve ter fugido "*num descuido que tiveram*" e pegando uma canoa "*fiz levar-me para a Itaparica*" e completa "*tudo sem plano algum*". Acredito que dispensa comentários, se havia plano ou não, bem como as sentinelas tudo viram e permitiram, pois isto estava no plano.

[56] O grifo é meu.

E, por último, como poderia alguém do Forte querer envenená-lo? Tanto o Comandante do Forte como o do Destacamento da Guarda tudo sabiam e tudo executavam, conforme o plano. O Comandante do Forte tinha o seu álibi, pois estava ausente, no momento da fuga. É bem provável que Bento Gonçalves tenha falado sobre envenenamento, na sua carta, para insinuar que o Comandante do Destacamento é que havia tentado envenená-lo e, com isso, lhe retirar a culpa de que havia sido subornado. O que, na verdade, aconteceu, conforme veremos a seguir.

Já li também relatos de que o Comandante do Forte tentou matá-lo, dando-lhe um pastelão envenenado. Depois de todos estes relatos, por que logo o Comandante haveria de envenená-lo, se ele mesmo tudo permitia? Essa informação foi uma tentativa de acobertar esse oficial, não o envolvendo na trama da fuga.

Para confirmar, realmente, de que lado estavam esses dois oficiais do Forte do Mar, vejamos o seguinte. Após a fuga, o Capitão Machado e o Alferes Vianna foram recolhidos presos ao Forte São Pedro e ambos respondiam ao Conselho de Guerra. Dois meses depois, estoura a rebelião da Sabinada e os revoltosos, civis e militares, iniciam o movimento a partir desse Forte. Conclusão: no processo instaurado para apurar os fatos dessa revolta, esses dois oficiais também foram indiciados como réus, por terem participado da sublevação. Inclusive, assinaram a ata da Sessão da Câmara Municipal, no dia da revolta (07/nov/1837), aderindo oficialmente à mesma. Logo, não estavam do lado da tropa legalista.

12. O Itamarati e o Ministério da Justiça

No decorrer da Revolução Farroupilha, várias foram as cartas interceptadas pelos Encarregados de Negócios do Brasil no Uruguai, uma vez que o porto de Montevidéu era um dos caminhos de acesso ao Rio Grande do Sul, por parte dos farroupilhas.

Com isso, os arquivos do Itamarati merecem ser mais bem estudados, pois ainda guardam documentos interessantes desse nosso período histórico.

Como já disse, Manoel Gomes Pereira, o ourives que financiou a fuga de Bento Gonçalves, em fevereiro de 1838 vem a Montevidéu e Buenos Aires, com o propósito de aliciar marinheiros e oficiais estrangeiros para atuarem como rebeldes na guerra de corso que os revoltosos da Sabinada pretendiam realizar, só não chegando às vias de fato, pois aquele movimento havia sido sufocado em março daquele ano. Portanto, Gomes Pereira não retorna para a Bahia e fixa residência em Montevidéu.

Em janeiro de 1839, o Encarregado de Negócios do Brasil no Uruguai envia ofício ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, prestando as seguintes informações:

> "..... O rebelde Manoel Gomes Pereira, limpador dos Cofres da Bahia acaba de vender a caza que aqui comprara, e segue com Mariano de Matos para Piratinim. Apanhei-lhe as duas Cartas juntas que lhe vinhão dirigidas debaixo do nome suposto de Manoel Pereira de Mello, e interessão porque descobrem receios de que a mulher de **um tal Gusmão** desesperada pela miséria em que se acha não faça alguma revelação importante se acaso o Gomes não lhe accudir com di-

> nheiro. Esta mulher póde ser aproveitada e bem assim não será inútil lembrar que as cartas vem sempre pelo Correio do Rio de Janeiro debaixo do nome suposto acima mencionado....."[57].

As correspondências e as buscas de informações continuaram. Apresento dois ofícios inéditos e interessantíssimos, que têm ligação com o nosso estudo da fuga de Bento Gonçalves, e que estão no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

O Ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcellos, envia um Ofício Reservado ao Presidente da Província da Bahia, em 12 de março de 1839, cujo teor é o seguinte:

> "O Regente, em Nome do Imperador, Manda remetter a V. Exa. As duas inclusas cartas, que forão interceptadas em Montevideo, e que são dirigidas a Manoel Gomes Pereira, com o supposto nome de Manoel Pereira de Mello; para que V. Exa. proceda á todas as endagaçõens, e com o maior segredo, para ver se consegue alguns esclarecimentos sobre o seu conteúdo, por meio da mulher do Official, que diz achar-se ahi sentenciado á dez annos de prisão, e despido das honras, e que parece ser a mesma mulher do Gusmão, de quem trata huma das ditas cartas : transmittindo V. Exa. ao conhecimento do Governo Imperial todas e quaesquer noticias, que poder obter acerca deste objecto"[58].

Em resposta a esse Ofício, Thomas Xavier Garcia d'Almeida, Presidente da Província da Bahia remeteu ao Ministro da Justiça, em 18 de abril, comunicação com o teor seguinte:

> "Tendo procedido as convenientes indagações sobre o conteúdo nas duas Cartas interceptadas, e que acompanharão o Aviso de V. Exa. Em data de 12 do mes passado, tive em resultado o exato conhecimento de que o individuo que se assigna com a letra R, he hum José Joaquim Ribeiro; que tem Taboleta de ouro e prata nesta cidade, e o autor da inicial B, chama-se José Esteves Barreto, e vive de huma roça que tem, foi preso na Vila de Nazareth, por suspeito de emissario do governo rebelde, e depois absolvido no Jury; e quanto ao objecto da correspondência he todo relativo a fuga de Bento Gonçalves, para o qual mais coajurou o Ten Gusmão, que nessa occasião commandava o Destacamento da Fortaleza do Mar, e cuja mulher temem elles que faça alguma revelação acerca das pessoas que para

[57] Publicações do Arquivo Nacional (Revolução Farroupilha). Vol. XXXII. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 1937 (p. 171) Correspondência Expedida por Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Encarregado de Negócios do Brasil no Uruguai para Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (18/jan/1839). (O grifo é meu).

[58] Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Império, Maço Nº 891, Avisos Recebidos do Ministro da Justiça (1838/1842), Correspondência RESERVADA Expedida pelo Ministro da Justiça ao Presidente da Província da Bahia, (Folha N° 108). (12/mar/1839).

esse fim se forão ter com o mesmo official, que hoje se acha sentenciado a dez annos de prisão, ou que receberão em sua casa a Bento Gonçalves, e lhe facilitarão transporte em hum Navio Ingles que d'aqui sahio em directura a Monte Vídeo, sendo por isso que se diz em huma das ditas Cartas que o B não fazia favor nenhum em dar 8 para 10:000$ de reis a aquelle pobre homem (o Gusmão)"[59].

13. O Incidente de Gomes Pereira

Em fevereiro de 1838, Manoel Gomes Pereira veio da Bahia para Montevidéu e Buenos Aires, com a missão de recrutar marinheiros e oficiais estrangeiros, para empreender uma guerra de corso no litoral baiano. Como a rebelião baiana foi sufocada em março daquele ano, não mais retornou. Fixou residência em Montevidéu para, depois, se transferir para o Rio Grande do Sul, onde foi nomeado Coronel Ajudante de Ordens de Bento Gonçalves.

Em setembro de 1839, Gomes Pereira procura Bento Gonçalves, para cobrar a quantia a ele emprestada para auxiliá-lo na fuga da Bahia. Tudo combinado, ele procurou Domingos José de Almeida, Ministro da Fazenda da República Farroupilha.

Entretanto, Domingos de Almeida não pôde efetuar a quitação total da dívida pois, naquele momento, o cofre da República não possuía a referida importância. Então, o pagamento foi efetuado em parcelas, sendo que, de uma das quantias já paga em dinheiro, Domingos de Almeida solicitou um novo empréstimo, o que foi negado por Gomes Pereira. A partir daí, ocorreram as interpretações as mais diversas e a cizânia foi estabelecida entre os dois.

A impressão que se tem é que Gomes Pereira queria receber a quantia emprestada a Bento Gonçalves e abandonar a Revolução. E, em janeiro de 1840, os atritos entre ambos tiveram um desfecho final. Entre os documentos da Coleção Varela e Ferreira Rodrigues, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, existem 12 ofícios, que relatam toda essa animosidade. Não vou fazer uma análise para levantar as causas e apurar quem estava com a razão. O interessante é a maneira como Bento Gonçalves intercedeu e portou-se frente aos fatos.[60]

A dívida realmente existia, tanto que Domingos de Almeida oficia ao Inspetor Geral do Tesouro dessa forma:

> "..... Devendo o Exmo. Sr. Presidente da República ao cidadão Manuel Gomes Pereira a quantia de cinco contos seiscentos oitenta e três mil e quinhentos de suprimento na Bahia feito para a

[59] Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Império, Maço Nº 1741, Correspondência Expedida pelo Presidente da Província da Bahia ao Ministro da Justiça. Registro de Correspondências RESERVADAS, (p. 9,9v,10), (18/abr/1839).

[60] ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues. In **Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva 1835/1845**. Porto Alegre; Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985, p. 133-143.

> soltura do mesmo Exmo. Sr. Como verifica o documento junto firmado em 4 de setembro de 1837, manda o mesmo Exmo. Sr. que debitando-se a ele satisfeita ao citado cidadão em conhecimentos do Governo, visto não haver no Tesouro em outra espécie e a natureza daquela dívida.....".

Entre cartas trocadas com o líder farrapo e seu Ministro da Fazenda, em uma oportunidade Bento Gonçalves assim se expressa:

> "..... com respeito ao pagamento do Coronel Gomes, tenho a rogar-lhe o verifique ainda à custa de qualquer sacrifício, pois por muitos títulos devo patentear-lhe minha gratidão em face dos sacrifícios por ele despendidos, e esta consideração tem sobre mim bastante império para prescindir de qualquer questão ainda que baseada em justiça; .....".

Em outro ofício, Bento Gonçalves discretamente reprime Domingos de Almeida pela precipitação no julgamento dos fatos e atitudes tomadas, e assim se refere à quantia paga:

> "..... se devia debitar em minha conta no Tribunal do Tesouro, e me pouparia o desgosto de não poder dar meu assenso ao procedimento que com ele há tido lugar. Sendo semelhante dinheiro proveniente de um dívida sagrada que contraí para libertar-me é do meu dever pagá-la, e na falta de meios para faze-lo com prontidão, ninguém poderá negar-me o direito de recorrer ao Tesouro....."

Bento Gonçalves finaliza o ofício, mandando que o dinheiro já pago a Gomes Pereira fosse abonado em conta e que essa quantia era responsabilidade dele.

Infelizmente, o desfecho foi desastroso. Em maio de 1840, Gomes Pereira deixa as forças farroupilhas e vai para Montevidéu. Lá procura Manoel de Almeida Vasconcellos, Encarregado de Negócios do Brasil no Uruguai e, com o intuito de obter a anistia total pelo seu envolvimento, tanto na Sabinada como na Revolução Farroupilha, revela como se deu a fuga de Bento Gonçalves, quanto dinheiro foi gasto no suborno dos militares envolvidos, no transporte, etc... E, para completar, faz uma série de delações sobre tudo o que ele sabia da tropa farroupilha e sobre alguns militares legalistas, que eram solidários ao movimento revoltoso.

Com isso, o Encarregado de Negócios do Brasil no Uruguai encaminha, em julho de 1840, toda essa delação, por escrito, ao Ten-Gen Soares de Andréa, Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Esses documentos foram transcritos nas Publicações do Arquivo Nacional.[61]

[61] ARQUIVO Nacional. Correspondência Expedida por Manoel de Almeida Vasconcellos, Encarregado de Negócios do Brasil no Uruguai para o Ten-Gen Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, (18/jan/1839), In **Publicações do Arquivo Nacional (Revolução Farroupilha)**. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, 1937, Vol. XXXII, p. 236-243.

14. Conclusão

Ao concluir o relato desses incidentes, ocorridos em nosso período regencial, e mais particularmente com ligação à Revolução Farroupilha, é dispensável dizer da importância que o fato representou. Entretanto, ao meu ver, muito mais importantes foram as conseqüências advindas daquela fuga, cujas repercussões foram marcantes e as mais diversas.

A par das críticas políticas que sofreu o gabinete do Regente Feijó, depois de sua queda, e as acusações sofridas em virtude dessa evasão, principalmente ao Ministro Montezuma, é fundamental analisarmos a popularidade nacional de Bento Gonçalves, após essa fuga.

Já tivemos muitos historiadores que discutiram a respeito da ideologia de Bento Gonçalves, ou seja, se já era republicano, antes de 1835, ou somente depois de iniciada a Revolução. Não me atreverei a entrar no mérito desta questão, mesmo porque não era este o meu objetivo.

Entretanto, tenho que concordar com o mais antigo dos historiadores de tal tema, Alfredo Ferreira Rodrigues, quando escreveu que "*.....O que, no meu entender, concorreu para salvar a república, dando-lhe vida por alguns anos, foi a derrota e o aprisionamento de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa..... Alem disso, Bento Gonçalves preso, encarcerado, perseguido, assumiu no espírito do povo as proporções de um mártir da liberdade, proporções ainda aumentadas pelas aventurosas circunstancias de suas evasões. A sua popularidade cresceu extraordinariamente com isso, e com isso também lucrou a causa da república, que, **desde então**, contou nele com um dedicado e fervoroso defensor.....*".

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. Tenório Cavalcante de. **A maçonaria e a grandeza do Brasil**. Rio de Janeiro; Aurora, 1955, 516 p.

ALVES, Marieta. Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 81, p. 223, 1957.

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1977-1998.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. Revolução dos Farrapos. **Anais do Arquivo do Estado da Bahia**, Salvador, v. 2, p. 177-178. 1917.

_____. A Sabinada. **Publicações do Arquivo do Estado da Bahia;** A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada), Salvador, v. 2, p. 1,136, 1938.

_____. **Fatos da vida do Brasil**. Bahia- Tipografia Naval, 1941. 264 p.

_____. O federalismo na Bahia (1833,1889), In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1, 1950, Salvador. **Anais...** Salvador, Tip. Beneditina, 1950. v. 3. p. 372-379.

AVILA JUNIOR, Celso Jaloto. **A maçonaria baiana e sua história**. Salvador- P&A, 2000, 218 p.

_____. A maçonaria em Salvador e os movimentos políticos dos séculos XVIII e XIX. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4, 2000, Salvador. **Anais...** Salvador; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001, v. 2, p. 595-609.

AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de (Coord.). **Inventário de proteção do acervo cultural**, monumentos do município do Salvador, Bahia. Salvador, Secretária da Indústria e Comércio, 1975. v. 1.

BARROS, Francisco Borges de. Primórdios das sociedades secretas na Bahia. **Anais do Arquivo do Estado da Bahia**, Salvador, v. 15, p. 41-53, 1928.

_____. **A maçonaria na Bahia**. Salvador, Imprensa Oficial, 1932, 139 p.

BARROSO, Gustavo. **História secreta do Brasil**. 2ª ed., São Paulo; Nacional, 1937, v. 1, Do descobrimento à abdicação de D. Pedro I.

BENTO, Cláudio Moreira. **O exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1992, 2 v.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brazileiro**. Rio de Janeiro; Typographia Nacional, 1883, 7v.

CALMON, Pedro. Heróis Anônimos. In **Figuras de azulejo**. 2ª ed., Rio de Janeiro; Editora A Noite, 1940, p. 145-147.

_____. **História do Brasil**. Rio de Janeiro; J. Olympio, 1959, v. 5: Séc. XIX, O Império e a Ordem Liberal.

CAMPOS, J. da Silva. **Fortificações da Bahia**. Rio de Janeiro; Ministério da Educação e Saúde, 1940, 322 p.

CASTELLANI, José. **Os maçons que fizeram a história do Brasil**. 2ª ed., São Paulo, Gazeta Maçônica, 1991, 177p.

_____. **História do Grande Oriente do Brasil**. Brasília; **GOB**, 1993, 358 p.

COLEÇÃO Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues. In Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva 1835/1845**. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985, p. 133-143.

COSTA, Luiz Menezes Monteiro da. **Certidões de nascimento da fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo**. Salvador, Tipográfica Manu, 1954, 133 p.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **A maçonaria e as forças secretas da revolução**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Aurora, 1978, 286 p.

_____. **História da revolução farroupilha**. 3ª ed., Caxias do Sul, EDUCS, 1984, 427p.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Fortes coloniais da cidade do Salvador**. São Paulo, Martins, 1942, 100 p.

FALCON, Francisco J. C. Luzes e revolução na Colônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, nº 2, p. 73-85, mai./ago. 1988.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de maçonaria**. 14ª ed., São Paulo, Pensamento, 1998, 550 p.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **A revolução farroupilha (1835–1845)**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1939, 304 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). Ação das Sociedades Secretas. In _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. p. 191-206, t. 2, v. 1: O Brasil Monárquico.

JACQUES, Paulino. **A guerra dos farrapos (1835-1845)**. Rio de Janeiro, Reper Ed., 1970, 328 p.

LAGO, Laurênio. **Brigadeiros e generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1941, 157 p.

MIRANDA, Arlindo Bastos de. Ephemeride Gloriosa. **Revista Boletim Maçônico**, Salvador, v. 12, p. 15-26, Out/Dez. 1935.

MORAIS, Mello. **Praças, ruas e ladeiras da cidade de Salvador**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1959, 11 p.

NARRATIVA dos sucessos da Sabinada, desde a fuga de Bento Gonçalves, escripta por um rebelde ou sympáthico áquella revolução. **Publicações do Arquivo do Estado da Bahia**: A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada), Salvador, v. 1, p. 335-343, 1937.

OSÓRIO, Ubaldo. **A ilha de Itaparica**. Salvador, Artes Gráficas, 1953, 214 p.

PARANHOS, José Maria da Silva. O Barão do Rio Branco e a guerra dos farrapos: Efemérides. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 95, p. 34-35, III Trim., 1944.

PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA. A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada). Salvador, Imprensa Oficial, 1937-1948.

PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. Revolução Farroupilha. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 29-32, 1933-1937.

PROBER, Kurt. **Cadastro geral das lojas maçônicas**. Rio de Janeiro, Paquetá, 1975, 256 p.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. **Os generais do exército brasileiro de 1822 a 1889** (traços biográficos). 2ª ed., Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1940, 2 v.

SILVA, Joaquim Gonçalves da. Apontamentos sobre a filiação e factos da vida militar do Coronel Bento Gonçalves da Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nº** 36, p. 515-524, I e II Trimestre, 1929.

SIQUEIRA, Ricardo C. **Fortes e faróis**. Rio de Janeiro, DRQ Gráfica e Editora, 1997, 192 p.

SOUZA, Paulo César. **A Sabinada**: a revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 252.

SPALDING, Walter. A Sabinada e a Revolução Farroupilha. **Publicações do Arquivo do Estado da Bahia**: A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada), Salvador, v. 4, p. 97–107, 1945.

VARELA, Alfredo. **História da grande revolução**: o ciclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre; Globo, 1933, 6 v.

VIANNA FILHO, Luiz. **A Sabinada**: a república bahiana de 1837. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938, 210 p.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Notas: Braz do Amaral, Salvador; Itapuã, 1969, v. 1.

O NARRADOR DA TRANSIÇÃO

Flávio Loureiro Chaves

Este ano não deve terminar sem que fique registrado o centenário de Darcy Azambuja, um dos escritores mais significativos da literatura gaúcha, cuja obra marcou alguns caminhos do nosso modernismo.

Em 1925, ele publicou a reunião de contos *No Galpão*, que logo depois recebeu o prêmio da Academia Brasileira de Letras. Escolheu, assim, o território do regionalismo, para fazer uma verdadeira exposição das lendas, dos "casos" transmitidos pela oralidade, da tradição campeira, enfim. Quem lançar uma vista d'olhos ao nosso passado histórico encontrará aí uma fonte riquíssima, pois nada escapava à sua observação.

A perspectiva que nos oferece ainda reflete a mentalidade predominante nas primeiras décadas do século 20. O contexto social que transparece *No Galpão* parece orientar-se por "aquela amizade funda e concentrada, niveladora de peães e patrões, criados nas mesmas lides, onde gradua não o nascimento ou fortuna, mas o valor de cada um". Tal era a proposta da "democracia da estância", construída na defesa da sociedade agrária, visando amenizar (e porventura mascarar) as relações de poder e mando, vigentes no regime patrimonial e patriarcal.

Essa tese viria a ser irremediavelmente contestada mais tarde na análise sociológica de Augusto Meyer, em *Prosa dos Pagos*, também no libelo da *Fronteira Agreste*, de Ivan Pedro de Martins e no "ciclo do gaúcho a pé", de Cyro Martins. No entanto, Darcy Azambuja vinha de outro tempo. Sua ideologia era conservadora e ainda viu o gaúcho na idealização da fraternidade. A contribuição ao modernismo se dá num outro sentido.

Ao verbalizar paisagens e tipos, ele mostrou ser mestre no realismo, que evita os ornamentos e a grandiloqüência. Refiro-me àquela tralha retórica que veio dos comícios municipais e, de exagero em exagero, acabou por infartar a nossa literatura regionalista. Exemplifico, escolhendo uma de suas passagens quase por acaso: "Sobre o campo, então caiu o silêncio e a noite foi caminhando, fria, cheia da luz serena da lua e do brilho das estrelas. O vento parou. A geada esfarinhava o capim e os moirões aramados. Na ponta escura da sanga o açude espraiava a água quieta, que a lua fizera de prata e, num fio de prata, corria sobre a taipa um longo murmúrio". Mais não é preciso, para caracterizar sua elocução.

Já se vê que o estilo é contido e direto, a imagem só ocorre para salientar um ou outro traço do mundo visível e não é jamais recurso gratuito. Darcy Azambuja buscou na

sobriedade um ponto de equilíbrio para a sua expressão, meio literária, meio coloquial. Imprimiu-lhe, assim, uma autenticidade que é escassa no regionalismo da sua época e também da nossa.

Não é pouco, se considerarmos o fundo do quadro. Naqueles dias de 1925, a literatura gaúcha tinha chegado a um impasse. Da ficção urbana só se cogitaria dez anos mais tarde, mediante a publicação simultânea dos *Caminhos Cruzados*, de Érico Veríssimo e d'*Os Ratos*, de Dyonélio Machado. Por outro lado, a visada regionalista atingira seu ponto extremo na geração anterior, onde comparecem três nomes que a ninguém seria dado ignorar.

Nela o Alcides Maya de *Ruínas Vivas* representou o velho modelo romântico, propondo ainda o gaúcho heróico, emoldurado pelos estandartes no fragor das batalhas, paladino duma Idade Média guasca só possível na fantasia desenfreada, nunca na verossimilhança. *Alma Bárbara* marcou o ápice do seu discurso altissonante, que encontra certas revivescências ainda hoje. Distanciado daí, o Amaro Juvenal, de *Antonio Chimango* logrou uma surprendente inovação, produzindo raro caso de simbiose bem sucedida entre a evocação dos pagos e a sátira política, voltada contra a ditadura borgista. Simões Lopes Neto, o maior dentre todos os narradores, ofereceu, nos *Contos Gauchescos*, em 1912, um momento áureo, em que o assunto gauchesco se desprende da raiz paroquial. Aí o prodígio da fala é universal; o relato do vaqueano interroga o destino do homem e reveste uma força simbólica.

Na sucessão de Maya e Simões (quando poucos escaparam à sua poderosa influência), Darcy Azambuja ficou com a simplicidade campeira, tal como anuncia, sem qualquer fraude, o próprio título do seu livro.

Teve de reconhecer, entretanto, que tal estilo de vida estava em franca transformação. O trem e o automóvel já cruzam aqui o cenário dos contos; tratores agrícolas começam a ser utilizados ao mesmo tempo em que desabam as primitivas casas senhoriais; mas, sobretudo, vão desaparecendo os "gaúchos de lei". Efetivamente, a industrialização coincide com um forte surto imigratório, alterando o mapa humano do pampa: "Todos eram gringos, como os que tinham vindo com as máquinas e misturavam a língua arrevesada com a gíria pitoresca dos nativos". Acabaram-se, pois, os tempos em que Blau Nunes percorria as léguas infindáveis das sesmarias sem extensão demarcada, onde não havia tapumes nem lindeiros.

Caso típico desse processo de transição, o velho Severo recusa todas as modificações e abandona o terrunho, passando a vagar pelos vilarejos, meio sem destino. Para ele, a última revolução armada que ocorreria no Rio Grande, a "primavera de sangue" de

1923, chega como uma verdadeira bênção, porque restabelece aquilo que o presente já não pode proporcionar. O final do conto é, nesse sentido, paradigmático. Ele sofre uma lesão fatal no combate e "morrendo, numa última visão, sintetizou os pagos todos, vendo-os como os vira outrora, há muitos anos; tudo aberto, escampo, e o solar feito baluarte estrondejante de descargas em meio à campanha em guerra..."

Não cabe, entretanto, confundir a narrativa de Darcy Azambuja com a oratória reacionária de um Alcides Maya. *No Galpão* não propõe a ressurreição do passado, nem abriga qualquer nostalgia retrógrada. Ao contrário, a rememoração aqui funciona como a arqueologia histórica duma dada região e o tempo translato só se resgata como um tema da literatura – o tema da saudade.

Assim ocorre também porque cabia à mesma literatura, nesse momento, o inventário do folclore, dos vultos típicos, do manancial lendário que, somados, viessem a revelar as identidades regionais, no arquipélago da cultura brasileira. Acaso não reside precisamente aí o material básico do romance social de José Lins do Rego, Raquel de Queirós ou do primeiro Jorge Amado, que predominaria logo em seguida? Trazendo à tona o acervo gaúcho, mantendo-o no horizonte da literatura, Darcy Azambuja cumpriu a sua parte e ofereceu mais de uma sugestão aos escritores que o seguiram, já em etapas mais avançadas do modernismo.

No Galpão, relido hoje, apresenta um saldo positivo em suas melhores passagens. Textos como *Querência, Por pena* ou *Contrabando* provam que o atropelo do vocabulário gauchesco e as tiradas oratórias eram, afinal, desnecessários. Darcy Azambuja assegura, numa fase de transição, a legibilidade do nosso regionalismo.

Ele deu continuidade à investigação do passado quando, em 1945, publicou *Romance Antigo*, narrativa onde apresenta a seqüência de várias gerações duma mesma família, no cenário de Porto Alegre. Não se trata, em nenhuma hipótese, de romance urbano. É ficção histórica que, de certa maneira, mantém o viés regionalista, pois está centrada essencialmente na reconstituição do velho burgo do século 18, implantado à margem do Guaíba. Tinha chegado o momento de preservá-lo na literatura, para que não desaparecesse da memória coletiva. Ainda aqui há uma contribuição ao modernismo, se considerarmos que era uma experiência pioneira, fosse romance histórico ou escritura memorialista. Decorreriam ainda vários anos até que surgissem *O Continente* e os *Segredos da Infância,* de Augusto Meyer.

O caso de Darcy Azambuja nos faz pensar a natureza do processo cultural. A literatura não percorre sempre o cume da cordilheira. (Que o digam os nossos cronistas de plantão, condenados a parir duas ou três crônicas semanais). Também se

desenvolve na planície. E aí são indispensáveis os escritores que, por assim dizer, garantem um nível médio dentro da inteligência e do bom gosto. Creio que ambas as qualidades justificaram as sucessivas edições e a permanência dos textos de Darcy Azambuja.

PLÁCIDO DE CASTRO*

F. Riopardense de Macedo



Plácido de Castro - Desenho de autoria de Oswaldo Teixeira. Rio de Janeiro. 1939. Acervo IHGRGS

Na oportunidade em que fomos convidados para proferir esta palestra, neste Instituto, sobre a personalidade de Plácido de Castro e seu desempenho na conquista do Acre, duas preocupações nos assaltaram. Duas linhas poderíamos adotar. Ambas válidas, em termos. Discordantes, por certo, em sua finalidade cultural.

Plácido de Castro pode ser visto como o homem que trouxe, para o Brasil, mais uma área territorial.

Plácido pode ser visto como o patriota sul-americano que defendeu o Continente contra a escravização.

No primeiro caso, é apenas um tema ordinário para ensino escolar. No segundo, ele se ergue como um gigante defensor das liberdades, da Independência, não só do Brasil como da própria Bolívia, contra a qual lutou.

Tais razões nos levaram a inverter a estrutura do trabalho, começando com duas citações: uma publicada na Folha da Manhã local, e atual, e outra da época de Plácido de Castro, precisamente aquela que o levou à luta.

Uma e outra têm vários pontos em comum.

Setenta anos não tornaram diferente a agressão aos países sul-americanos.

No ano em curso, o jornal local dizia que " Passou para o plano da Organização dos Estados Americanos (OEA) a luta dos povos latino-americanos contra as grandes empresas multinacionais, com sede nos Estados Unidos. Cinco chanceleres de países que participam da Assembléia Geral da OEA, em Washington, exortaram os demais a tomarem medidas contra atos de intervenção praticados pelas multinacionais contra a soberania da América Latina."

Isto foi escrito em 12 de abril do corrente ano. O Brasil não assinou com os países que firmaram este protesto.

"Também em 1899, nada fez o governo brasileiro, quando soube que os Estados Unidos da América do Norte se comprometeu a facilitar à República da Bolívia o numerário e apetrechos bélicos de que esta necessita contra o Brasil", e, mais adiante: "Em recompensa a seus bons ofícios a Bolívia concederá aos Estados Unidos da América do Norte o abatimento de 50% dos Direitos da borracha que sair com direito para qualquer parte da dita nação, e este abatimento durará pelo prazo de dez anos."

Mais adiante, no item 6, o Cônsul da Bolívia no Pará, concordando com o Sr. Kennedy, Cônsul dos EEUU, diz que, em caso de guerra, a Bolívia denunciará o tratado de 1867 (com o Brasil) e entregará o território à América do Norte em livre posse. Para

* Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 12/12/1973.

finalizar, acrescenta que, em caso de guerra com o Brasil, os Estados Unidos pagarão toda a despesa, recebendo, na hipótese, a renda das alfândegas bolivianas...

O Brasil, como dissemos, naquela oportunidade, nada fez contra tal documento. Era seu portador um aventureiro espanhol-argentino, quase sem nacionalidade, que tentou utilizar a pretensão das grandes empresas internacionais, interessadas na borracha, em seu próprio benefício. Chegou mesmo a declarar o Estado Independente do Acre, felizmente de pouca duração: o próprio povo acreano encarregou-se de expulsá-lo.

Mas a luta continuava.

Alguns patriotas tentaram dirigir a luta do povo acreano que, na verdade, era mais cearense que acreano. Gente de boa vontade, sem capacidade de comando. Embora, às vezes, auxiliados pelo Governador do Amazonas, não conseguiram vitórias significativas. Seu movimento passou a ser conhecido na História como a Revolução dos Poetas. Epíteto injusto, sem dúvida. Sabiam o que queriam –a liberdade do Acre- e sabiam do que precisavam: um comandante. Há, porém, na estrutura mental do poeta, algo de objetivo e concreto, menos expressional e mais racional. Tavez sejam momentos em que a expressão se torna razão, que o sentimento resulte em objetividade. Foi numa ocasião dessas que Orlando Corrêa Lopes disse:

- "Eu tenho um conterrâneo que deve andar aí por um destes rios, demarcando...Ah! esse sim, é que era o homem talhado para este momento."

Uns o conheciam, outros, não. Da boca destes sai quase a um só tempo a mesma pergunta:

- Quem é esse Plácido de Castro?

Eu também não sabia, até bem pouco tempo.

Há poucos meses, em pesquisa num cemitério- sim, porque até em cemitérios se vai buscar informações – encontrei o túmulo de Antonio Prudente da Fonseca, avô materno de Plácido de Castro. Está lá, no cemitério do Rio Pardo, este seu antepassado, porque foi em Rio Pardo, vivida boa parte da sua existência de estudante.

Entanto, não foi fácil chegar até lá. Nascido em São Gabriel, foi órfão de pai aos onze anos e, antes dos doze, já ajudava sua mãe paupérrima. Com seis irmãos para sustentar, foi balconista em loja de fazendas, empregado e aprendiz de ourives.

Pouco depois de completar dezesseis anos, assenta praça no 1° Regimento de Artilharia de Campanha, sediado na sua vila natal e em menos de seis meses, está matriculado na Escola Tática de Tiro, de Rio Pardo, que tantas figuras de relevo na política deu ao Brasil. Finalmente, após voltar à sua vila natal, como 2° sargento, chega-lhe a notícia de estar assegurada a sua matrícula na Escola Militar de Porto Alegre.

Era o primeiro trimestre de 1893. Fervia a política na capital federal e não menos nas capitais dos Estados. Bombardeios de cidades indefesas, demissões de funcionários, prisão aos que não se adaptam às circunstâncias, inflamam-se os adesistas, reagem os monarquistas e incendeia-se por inteiro a alma de um povo.

No Rio Grande do Sul, oscilava a preferência popular entre Silveira Martins e Júlio de Castilhos. Este propugnando pela consolidação da República, aquele representando a reação monárquica.

Plácido de Castro alheia-se dos debates. Ambas as facções o consideram inimigo. Mesmo por ocasião do fechamento da Escola não se decide. Parecia um alienado das grandes questões políticas que agitavam o país. Não podia ser entendido e realmente não o foi. Considerado suspeito, foi destacado para a guarnição de Rio Negro, em serviços internos, e proibido de usar arma de fogo.

Curtiu, serenamente, o castigo pela sua alienação. Mas não descurou de seus deveres e, em pouco tempo, estava portando sua arma e logo designado para rondar os piquetes avançados.

Tinha vinte e um anos de idade. Numa das rondas, esporeia bruscamente a sua montaria e, desabaladamente, percorre a légua e pouco que o separava dos revolucionários federalistas, fugindo para o lado deles. Seria ódio ou rancor, em virtude das humilhações que sofrera como militar? Ou teria ele, ideologicamente, alguma afeição pelas idéias de Silveira Martins? Poderia um jovem inteligente e estudioso ser contra as idéias novas, a consolidação da República?

Embora difícil de perscrutar o pensamento de Plácido de Castro, àquela época, pode-se garantir que ele não seria contra a República, pelo que adiante se verá. E logo levado à presença de Joca Tavares, pede a libertação de dois soldados aprisionados na véspera, um deles seu inimigo pessoal...

Já com os galões de major do Exército Federalista, não aceitou a anistia ampla decretada pelo novo governo presidencial. Preferiu a vida civil e, após menos de um ano, passado em sua residência, assume modesta função, muito aquém de seus méritos e aptidões: guarda de 2ª Classe do Colégio Militar e em 11 de setembro.

Apaixonado pela geografia, busca uma profissão liberal. Assiste como ouvinte às aulas da Politécnica. E teria chegado até o fim não fosse atrito havido com o capitão-tenente Temístocles Naguirú Sávio, que o levou a aceitar emprego na doca de Santos, onde o foi encontrar Orlando Lopes que, de Manaus, acenava com fortuna rápida em trabalho de medição de terras. Tornou-se, então, agrimensor, e estava trabalhando no Território de Colônia, área boliviana, quando lá foi buscar o mesmo conterrâneo, agora já não comerciante em Manaus, mas um dos líderes da Revolução dos Poetas, na defesa daquele território para o Brasil.

É o próprio Plácido de Castro que diz em seus "apontamentos", referindo-se ao acordo firmado entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate: "Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos a franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada".

Não há dúvida que o gaúcho de São Gabriel referia-se aos Estados Unidos. Apenas por isso, pois que tinha consciência de que se tratava de uma multinacional, com capitais europeus também. Sabia que era uma empresa interessada na borracha da América do Sul, quando a borracha sintética não existia e o veículo a motor a explosão criara a fome internacional daquela matéria-prima. Apressa-se a organizar a "revolução", antes que chegassem os homens do The Bolivian Syndicate! Pois a revolução não é mais contra a Bolívia, e sim contra o Syndicate.

Na verdade, até então, apesar da maioria da população ser brasileira, o Tratado de Aiacucho não criara problemas. A administração boliviana, inclusive, constituía Conselhos de muitas vilas com brasileiros. Entendeu Plácido de Castro, por isso, que o Syndicate era também contra a Bolívia e que apenas a queria usar para ocupar o Acre e, através dele, todo o território da Amazônia e escravizar o povo, como outras empresas similares já o haviam feito, em outras áreas ricas em borracha.

Isso o levou a condicionar a sua participação como chefe em três itens:

1. Nenhuma interferência do governo do Amazonas (para não ferir o Tratado de Aiacucho);

2. Constituição de uma Junta Revolucionária, que seria dissolvida no início das operações, ficando todos os poderes nas mãos do chefe militar; e

3. Os que faltassem aos compromissos livremente assumidos seriam sumariamente fuzilados.

Difícil seria, numa reunião como esta, acompanhar ponto por ponto o que foi a grande epopéia de Plácido de Castro na defesa do Brasil contra a invasão estrangeira. Foram tantas as idas e vindas por rios de difícil navegação, tantas as surpresas e dificuldades, que a simples enumeração das principais batalhas pouco deixa perceber da grandiosidade da luta. Estas batalhas, com alguns episódios de admirável bravura, servem, apenas, para balizar o episódio e fixar a formação política de seu principal protagonista.

Xapury foi o marco zero, o batismo de fogo que lhe ampliaria o entusiasmo para a continuação da luta. Era 6 de agosto de 1902, festa nacional da Bolívia e, no dia anterior, as tropas inimigas se demoraram em estafantes preparativos. Madrugada ainda, distribuíra seus comandados para atacar simultaneamente as três casas onde se encontravam os responsáveis pela defesa. A que ficou para si era a do comandante, que respondeu, ainda sonolento: *es temprano para la fiesta*!: ao que ele respondeu: *não é festa, senhor intendente, é revolução*! A vitória foi total, seus homens, embora inexperientes, haviam cumprido todas as determinações. Às duas horas, foi proclamado o Estado Independente do Acre, lavrada uma ata de rendição em vinte cópias, que teve o cuidado de distribuir rio abaixo, enviando uma ao governador do Porto Acre.

A segunda batalha, travada no campo da Volta da Empresa, na madrugada do dia 18 de setembro, foi infeliz. Um traidor, que Plácido poupara a pedido de um proprietário de seringal, que muito contribuía para a luta, guiou os inimigos para o surpreenderem em campo aberto.

Apesar das péssimas conseqüências dessa derrota, explorada pelos inimigos para provocar deserções, desconfiança e incredulidade, chegaram até a "Volta da Empresa". Permanente era a vigilância para evitar a indisciplina e manter o entusiasmo. O cerco durou 11 dias, 150 homens se entregaram, 30 estavam mortos.

Essa vitória, das mais importantes, trouxe algumas complicações. O Coronel Alencar, que ficara em Xapury, abandonou o posto, pensando que, em virtude dela, o Porto Acre se renderia e ele disputava, com outros, o governo da Praça. Plácido fez todos voltarem a seus postos e, com pequena força, chega a Iquiry.

Era 4 de novembro. Esperou até o dia 15, para comemorar o aniversário da República Brasileira. O proclamador do Estado Independente do Acre providenciou os enfeites do acampamento com palmeiras e parasitas e, às 10 horas, em solenidade especial, passou revista geral às forças. Ninguém, em boa fé, poderia duvidar que o "Estado Independente" seria logo entregue ao Brasil e que seu proclamador era um brasileiro republicano...

Recém concluída a revista, chega-lhe um aviso urgente de que o inimigo vinha a cinco horas de viagem, procedente de Santa Rosa. Plácido o atacou com franco sucesso.

Daí em diante, a luta é mais movimentada. Plácido divide o efetivo em várias forças que se deslocam a diferentes partes do território, até o cerco do Porto Acre, no dia 15 de janeiro. Rompidas as hostilidades a 120 metros das fronteiras inimigas, ao mesmo tempo que lutavam, tratavam do abastecimento, que a tropa já ia sendo devorada pela sede e pela fome.

Era preciso descer o navio Independência para negociar víveres em troca de borracha. Os bolivianos, plagiando os legais na Revolução Farroupilha e os paraguaios em Humaitá, tinham colocado grossa corrente para vedar a passagem do rio. Algumas vidas foram ali perdidas. Mantendo luta interna contra a vaidade de uns e a covardia de outros, dirigindo cada detalhe do cerco, Plácido alcança a vitória na importante batalha que se travou no dia 24 de janeiro de 1903, envolvendo mais de 600 homens de seu lado e aproximadamente o mesmo número do lado oposto.

Foi, por certo, essa a mais importante e decisiva batalha dos guerrilheiros. Formou a força boliviana para a cerimônia da entrega de espadas. Não aceitou o chefe gaúcho, dizendo que "embora fosse um ato muito apetecido pelos grandes exércitos, não nos confortava o coração, porque era um ato que aumentava o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota".

Os últimos dias de agosto foram gastos na organização da alfândega, dos Ministérios e na organização geral do novo Estado. Foi adotada a língua portuguesa como oficial e reconhecidas as propriedades e posses de terras ocupadas. Mais da metade da força foi licenciada por trinta dias.

Logo ficou sabendo que o Brasil mandara ocupar o Acre, ao norte do paralelo 10°, 20. Ele mesmo receberia do Coronel Olympio da Silveira que, nos primeiros dias de abril, publica uma proclamação dizendo que assumia o governo daquela região. Plácido de Castro publica outra, entregando-a e transferindo seu governo e alfândega para Xapury.

Começa, então, longa sucessão de dissabores ao guerrilheiro de São Gabriel, que tão longe fora para defender seus patrícios. Intrigas, traições e ofensas se sucediam cada dia. Diz ele em seus apontamentos: "dia e noite os oficiais murmuravam como bem ensaiadas carpideiras; uns diziam que por minha culpa estavam ali sofrendo, outros se queixavam por haver deixado suas famílias"...

Sem dúvida, a linguagem de Plácido é um pouco apaixonada neste escrito. Sente-se, no entanto, a amargura de um bravo diante das freqüentes desmoralizações sofridas na frente do inimigo, pela posição dos oficiais de seu próprio país.

Achou que deveria prosseguir a campanha, pois "não tendo certeza no que decidiria o governo brasileiro, ia invadir a Bolívia novamente pelo **Thauamano** para levar ao inimigo a perturbação que ele nos traria se invadisse o Acre Meridional".

Já estava com quatro dias de fogo, a fim de dar o assalto a Porto Rico, quando recebe comunicação do General Olympio da Silveira de que fora assinado o *modus vivendi* entre a Bolívia e o Brasil.

Daí em diante, Plácido sente a indisciplina crescer entre seus subordinados e a falta de colaboração por parte dos proprietários. Embora comandando, ainda, o Acre Meridional, alferes e oficiais do General Olympio murmuram desconfianças e espalham intrigas. No dia 13 de maio – diz ele – "publiquei uma ordem-do-dia dissolvendo o Exército Acreano, visto o general brasileiro ter invadido o Acre Meridional e assumido, clandestinamente, o seu governo, que, aliás, não estava acéfalo.". E, prosseguindo, lamenta: "Em caminho vimos, desolados, os armazéns da revolução entregues ao saque, por ordem do General Olympio."

Assim encerra-se a parte mais profícua da revolução acreana. Plácido transfere-se a Manaus, onde é recebido com grandes manifestações de júbilo e reconhecimento. Antes já seu procurador lhe avisara, embora em termos vagos, da perspectiva de uma reparação. Logo começa a receber telegramas dizendo que os limites que Plácido estabelecera seriam a base do convênio e que a revolução devia ser restabelecida.

Rio Branco reconhece que fora a ganância do "Bolivian Syndicate" que acordara o Brasil para a "necessidade de salvar o Acre. E, no caso, salvar também, principalmente, a América do Sul," das famosas "chartered compainers" que já levaram a várias partes do mundo a escravidão e a miséria. Nesse ponto, como em muitos outros, o diplomata concorda com o guerrilheiro de São Gabriel. A 17 de julho, o General Olympio é destituído pelo Ministro da Guerra e o Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos assume o comando do Acre Setentrional e, a 3 de agosto, manda restituir tudo o que seu antecessor apreendera dos revolucionários e mantém no governo do Acre Meridional o senhor Coronel Plácido de Castro.

E, finalmente, foi concertada a paz.

No Rio de Janeiro, recebe entusiásticas manifestações. Em toda a parte, sente o carinho dos patriotas, que viam nele o herói incontestável. A todos cumprimenta com humildade e desinteresse. Apenas se revolta quando recebe a nomeação de Coronel da Guarda Nacional e responde altaneiro: "Diga-lhe (ao Presidente da República) que os postos da guarda nacional são privativos dos cabos eleitorais e não lhes quero disputar privilégio. Fizemos a revolução por conta própria. Não temos direito a recompensa."

A rápida mudança que consagrava o guerrilheiro refletia a nova política instaurada pelo novo Presidente da República, o Conselheiro Rodrigues Alves, que trazia para o cenário da administração homens como Leopoldo Bulhões, Lauro Muller, Pereira Passos e Oswaldo Cruz.

Plácido de Castro, após rápida visita ao Acre e rápida visita a seus parentes, no sul, resolve voltar ao Acre e estabelece uma estância modelo. Plantações sistematizadas, arados modernos, máquinas de vários tipos e até uma rede telefônica. Nove por cento da propriedade ficava em terras bolivianas, onde o tributo do fisco era apenas de 12%, contra 25% cobrados em terras brasileiras.

A administração do território não era, pois, das que estimulassem empreendedores, e o povo, o trabalhador comum, vivia quase como escravo. Neste particular, passemos por cima das tristes referências de Euclides da Cunha, quando se refere aos seringalistas da região. Seria outro episódio da triste história do Acre. Vamos direto ao chamado Congresso de Bagé, em pleno sertão acreano. Resolvem rejeitar o projeto em discussão no Congresso, pelo qual o território seria anexado ao Estado do Amazonas, e pedir a sua elevação a Estado Autônomo. É que as administrações tão distantes do centro de comando transformavam os acreanos em escravos e os proprietários em menos que colonos. A custo Plácido, sentindo as mesmas pressões e injustiças, consegue conter os ânimos mais exaltados, que queriam, agora, lutar contra o Brasil. Era 24 de maio.

Um mês depois, por investidura do governo federal, Plácido de Castro assume o cargo de Prefeito do Alto Acre. É então que o guerrilheiro revela sua capacidade de administrador. Já empresário, e dos maiores proprietários da região, confirma suas qualidades de homem público. O agrimensor, encontrado no Território da Colônia, para a grande façanha de defender a América contra a multinacional era, também, o governador sábio que, como prefeito, provou sê-lo para levar aquela região ao nível máximo em todos os aspectos. Seu relatório, apresentado ao senhor Augusto Tavares de Lyra, em 1907, é de tal forma detalhado que se parece, às vezes, com um programa de governo. De governo de um verdadeiro estado, cuja riqueza superaria a de algumas das grandes unidades brasileiras já consolidadas. A organização dos serviços, as obras públicas, a indústria extrativa, agrícola e pastoril, a organização da Justiça, da Delegacia Fiscal, da Força Pública, da Instrução Pública e da Higiene, tudo isso é tratado em seu vastíssimo relatório.

Plácido de Castro conhecia tudo e a tudo se referia. Plácido, o homem público, sabia de todos e de todos falava com sinceridade invulgar. Descrevendo, elogiando, criticando e denunciando. Não omite detalhes, não esquece benfeitores, não poupa os inimigos do Brasil e do povo acreano, qualquer que seja o posto que tenham tido como civis, qualquer que seja a graduação como militares. Negocistas, ladrões e bandidos são denunciados, qualquer que seja a classe a que pertençam, seja qual for o nível em que estejam.

Em janeiro de 1908, já se encontra empossado o novo prefeito. Embora as informações sobre o Coronel Gabino Bezouro tivessem, no início, sido animadoras, logo se verificou que os arrivistas de conduta inconfessável permaneciam os mesmos, e com ele se identificavam. Não esqueciam o sincero relatório de Plácido e não perdoavam seu sucesso, agora como proprietário e empresário. Seguem-se ondas de crimes impunes, matam inocentes, pensando que estavam atingindo o ex-guerrilheiro gaúcho.

Até que conseguiram assassiná-lo.

Outro crime que ficou impune.

Poucos anos depois, Orlando Correa Lopes, o patriota que o havia levado à revolução, ressalta a "ingratidão dos nossos governos para com o benemérito patrício, covarde e infamemente assassinado de emboscada, por ordem do então Coronel Gabino Bezouro, prefeito do Alto Acre." E, concluindo a introdução à conferência do dr. Carlos de Vasconcellos, diz: "Que com as bênçãos da Posteridade ao desventurado Plácido de Castro se misture a maldição da pátria ao seu covarde assassino," são os votos que faz Orlando Correa Lopes.

E que nós fazemos, também, desejando que as comemorações deste centenário de seu nascimento sejam o marco de reabilitação pública e perenes homenagens ao gaúcho que foi, antes de um incorporador de áreas ao Brasil, o defensor do povo sul-americano contra uma tentativa séria e perigosa de escravização por poderosa empresa multinacional...

Geografia da População do Rio Grande do Sul
"O MUNDO DA MEMÓRIA"
Os idosos na sociedade gaúcha

Gervásio Rodrigo Neves*

O prodígio da história recente é o prolongamento inesperado da vida. A queda da mortalidade é, de fato, como escrevia recentemente Alfred Sauvy, "uma vitória conseguida contra a inimiga multimilenar que é a morte".

Fernand Braudel,
A Identidade da França Vol.II, p.156, Ed. Globo, SP, 1986.

O "envelhecimento" demográfico se traduz pelo aumento relativo da população com 60 anos e mais de idade e está associado ao aumento da população de 70 anos e mais (1). Este fenômeno é fenômeno é "explicado", geralmente, como resultado dos avanços científicos na biologia, medicina e na saúde pública, que favorecem a queda da taxa de mortalidade geral. Entretanto, como observou Sauvy "... *a diminuição da mortalidade* (em razão dos avanços científicos) *salvou mais os jovens do que os velhos*" (Sauvy, 1961, p.32 El Problema De La Población En El Mundo, Aguilar Ediciones, Barcelona, 1961.), chegando a afirmar que "... *o prolongamento da vida humana tem sido um fator de rejuvescimento*" (Idem, p.327). De fato, os resultados dos avanços científicos e tecnológicos se fizeram sentir na diminuição da mortalidade geral (2) no Rio Grande do Sul. Entretanto, esta baixa –modesta e próxima aos limites biológicos da vida-não é responsável isoladamente (3) pelo envelhecimento demográfico. Como observou *Louis Henry* " *o que realmente modifica* (a distribuição etária) *é a baixa da fecundidade* (4). Conseqüentemente, segundo o mesmo autor, a " *baixa mortalidade sem a baixa da fecundidade tende, pois, a aumentar a população jovem na população*" (5), e não a dos idosos.

No período de 1940 a 2000, a taxa de mortalidade geral registrou leve tendência à diminuição, enquanto a taxa de fecundidade decresceu significativamente, como mostram os dados da Tabela 1:

Tabela 1
Taxas de mortalidade e fecundidade - Rio Grande do Sul

Ano	Mortalidade *	Fecundidade **
1940	7,4	5,08
1950	6,03	5,22
1960	6,49	5,11
1970	5,18	4,29
1980	5,00	3,11
1991	5,84	2,11
2000	6,00	2,05

Fontes: IBGE; HEREDIA, Olga Collinat, 2002.

* Com a colaboração de: Aírton Bitencourt, Anelise Cristina Zimmer Neves e Gustavo Corbetta Antunes da Cunha.

Nestas condições, a estrutura demográfica do Rio Grande do Sul é conseqüência da forte diminuição da fecundidade.

O envelhecimento tem conseqüências econômicas (6), sociais, morais, psicológicas e políticas, cujas análises, no âmbito regional, ainda precisam ser realizadas. No primeiro caso, como revelam os resultados das pesquisas de *Camarano* (e) *El Ghauouri* (1999), os idosos no Brasil "... têm sido fundamentais para o sustento dos familiares" (p.304). Algumas outras conseqüências foram pesquisados na obra coletiva organizada por *Ana Amélia, Camarano*, "**Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros** (1999), o mais importante estudo sobre o tema no Brasil.

O futuro da nova sociedade, cujos traços já foram esboçados (7), poderá ser problemático, pois, como alerta Sauvy, para a situação da França, no final da década dos sessenta: " *A perda da vitalidade* (de um conjunto demográfico nacional ou regional) *só se faz sentir a longo prazo" (8).* Tudo dependerá de sua dinâmica demográfica e das políticas a serem executadas.

É preciso, no tempo da velocidade e da instantaneidade contemporânea, que continue a existir "*...o mundo dos velhos, de todos os velhos e, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória*" (9), cuja preservação é fundamental à identidade e às estruturas familiares.

Muitas abordagens tratam da velhice, como registra *Bobbio: "ao lado da velhice censitária ou cronológica e da velhice burocrática, existe também a velhice psicológica ou subjetiva"* (Bobbio, p. 18).

Examinamos, nestas notas, a velhice censitária, isto é, das pessoas de 60 e mais anos de idade, através de algumas de suas características ou tendências no Rio Grande do Sul.

No Século XX, cresceu a importância da população idosa, com 60 anos e mais de idade (Tabela 2) de 38.854 pessoas, em 1900, para 1.187.798, no ano 2000, representando, respectivamente, 3,38 e 10,47% da população total.

Tabela 2
Importância dos Idosos na população do Rio Grande do Sul
1900-2000

Ano	Idade 60-69	%	Idade 70+	%	60 e mais	População total	Idade % 60 e +
1900	24425	2,13	14429	1,26	3884	1149070	**3,38**
1920	59787	5,42	30994	2,81	90781	2 182 713	**4,15**
1940	89659	2,70	14429	0,43	104088	3320689	**3,13**
1950	125177	3,01	62714	1,51	187891	4164821	**4,51**
1960	180763	3,37	93921	1,75	274684	5366720	**5,12**
1970	243839	3,66	140663	2,11	384502	6664891	**5,77**
1980	509967	6,56	296615	3,82	556944	7773837	**7,17**
1991	488157	5,34	326876	3,58	815033	9138670	**8,92**
1996	548959	5,70	384569	3,99	933528	9634688	**9,69**
2000	1066484	10,47			1 065 484	10 187 796	**10,47**

Fontes: Dados brutos: IBGE. Censos Demográficos.; 1991, Contagem da população NEVES, G.R. ob.cit. 2003.

Em 2000, a importância de idosos na população do Rio Grande do Sul era de 10,47 %, com ampla variação entre o mínimo de 5,1%, em Candiota, e o máximo de 21,4%, em Colinas (Figura 1).

A análise da distribuição espacial da população idosa identifica "ilhas" e "manchas", que necessitam ser cuidadosamente pesquisadas, considerando as altas porcentagens de população idosa nos pequenos municípios rurais, o que não significa necessariamente, concentrações numericamente significativas.

As observações aqui apresentadas são apenas sugestões à formulação de pesquisas específicas sobre os efeitos - nas diversas escalas das relações sociais – neste corte demográfico.

O fenômeno, típico do momento contemporâneo (10), tornou-se especialmente significativo no Rio Grande do Sul após 1970, correspondendo a um movimento geral-mundializado - já registrado a partir da metade do século passado. A atual estrutura etária do Rio Grande do Sul ainda não é dramática, tomando como comparação a Itália, com 23,1% da população com mais de 60 anos ou a Alemanha, 21,8%; o Reino Unido, 20,4%; a França, 19,7% ou o nosso vizinho, o Uruguai, com 17,1%.

A população de idosos, correspondente a 10,47% da população total, é o anúncio da necessidade de pensar e agir sobre o futuro da sociedade em função das novas e complexas necessidades de "investimentos demográficos", conceito tão caro ao demógrafo *Alfred Sauvy*.

Refletir sobre as conseqüências sociais, psicológicas e econômicas em diferentes escalas a partir da família e da nova estrutura etária da sociedade do futuro, que não está muito longe (11).

Para iniciar o Século XXI, o Rio Grande do Sul conta com mais de um milhão de idosos ou, exatamente, 1.065.484 pessoas pelo registro do Censo de 2000, representando 10,47% da população gaúcha, dos quais nada menos de 61,3% são responsáveis por domicílios.

Qual o perfil destes "velhos", deste conjunto da "terceira idade" (12) ou simplesmente dos idosos?

Algumas respostas foram dadas pela recente divulgação do IBGE: **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**, editado em 2002 e por análises realizadas no IPEA com base nos resultados dos últimos censos demográficos e das PNADS (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar), também do IBGE.

Os idosos do Rio grande do Sul estão concentrados nas áreas urbanas dos municípios de residência, como mostram os dados da Tabela 3.

Tabela 3
Idosos segundo o quadro Urbano e rural de residência
2000

Quadro	Número	%
Urbano	828.094	77,71
Rural	237.390	22,29
Total	1.065.484	100,00

Fonte: Dados brutos IBGE. Estudos & Pesquisas (9) 2002.

A grande maioria ou mais de 2/3 dos idosos residem nas cidades, o que desfaz a velha idéia de que os idosos estariam localizados – especialmente- nas áreas isoladas e pouco acessíveis. Concentram-se nas cidades e, entre as capitais brasileiras, é Porto Alegre a que detém a maior porcentagem de idosos com 11,8% do total da população. Esse fenômeno foi destacado no trabalho realizado no IRS (Instituto pela Responsabilidade Social) "Atlas social de Porto Alegre", quando comparou a sua expansão geográfica na cidade de Porto Alegre entre 1991 e 2000.

Dominam as mulheres no grupo de pessoas de 60 e mais anos de idade no Rio Grande do Sul, confirmando a tendência histórica de sua longevidade.

Tabela 4
Sexo da população de 60 anos e mais de idade: 2000

Sexo	Número	%
Homens	454.061	39,25
Mulheres	611.423	60,75
Total	1.065.484	100,00

Fonte Dados brutos: IBGE. Estudos & Pesquisas (9) 2000.

Destaca-se, entre os idosos, o aumento dos rendimentos, entre 1991 e 2000, como mostram os resultados das pesquisas sintetizadas na Tabela 5.

Tabela 5
Classes de rendimentos dos idosos responsáveis por domicílios
RGS
(em %)

Classes de rendimentos em salários mínimos	1991	2000
Até 1	41,1	33,8
1 a 2	19,9	20,8
2 a 3	8,6	10,3
3 a 5	7,4	11,9
+ de 5	12,5	20,5
Sem rendimento	2,2	2,7

Fonte: IBGE. Estudos & Pesquisas (9) 2002

A melhor distribuição de renda está representada pelas faixas de renda média mensal (Tabela 5), referente às situações de 1991 e 2000.

O aumento dos rendimentos (Tabela 6) é acompanhado, também, pelo melhor nível educacional, representado pelos anos de estudos da população idosa responsável por domicílios, cuja média estadual era de 3,3 anos de estudos, em 1991, passando para 4,1, em 2000.

Tabela 6
Anos de estudos da população idosa responsáveis por domicílios
(em porcentagem)
1991 e 2000

Anos de estudos	1991	2000
Sem até 1 ano	32,9	23,5
1 – 3	24,0	25,3
4	29,1	30,8
5 – 7	3,5	4,8
8 –10	4,7	**6,5**
11 –14	4,0	5,8
15 +anos	1,7	3,2

Fonte: IBGE. Estudos & Pesquisas (9) 2002

A população idosa, como observou a pesquisa de *Ricardo Paes Barros, Rosane Mendonça e Daniel Santos*, do IPEA, revela uma posição privilegiada pois: "*A análise das diferenças na incidência de pobreza entre idosos e não-idosos revelou que, de um modo geral, a percentagem de pobres tende a ser menor entre os idosos do que entre os não-idosos. O grau de pobreza entre os idosos é de 23%, ao passo que entre os não-idosos é de 39%. Este fato deve-se, em grande medida, à renda dos idosos*" (p.248).

Rendimento nominal médio mensal dos idosos

O rendimento nominal médio mensal é contrastante entre os residentes no interior e na capital, pois os idosos de Porto Alegre têm 113,37% a mais de renda. A mesma diferença se observa entre os idosos das áreas urbanas e rurais, nas quais a diferença foi de 67,56%, em 2000. De fato, os rendimentos em Porto Alegre são o dobro dos observados no interior, exceto no que se refere à renda dos residentes nas áreas rurais que, em 2000, foram quase idênticos (Tabela 7).

Tabela 7
Rendimento nominal médio mensal
Rio Grande do Sul e Porto Alegre

Rendimentos	1991	2000	Porto Alegre 2000
Total	**417,00**	**703,00**	**1.500,00**
Urbano	478,00	782,00	1.517,00
Rural	232,00	407,00	409,00

Fonte: Dados brutos. IBGE. Estudos & Pesquisas (9) 2002.

A distribuição da renda por faixas de salário mínimo (Tabela 8) mostra uma sensível melhoria entre 1991 e 2000 (Tabela 8):

Tabela 8
Rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios
(em %)

Rendimento médio mensal (em salários mínimos)	1991	2000	**P.Alegre 1991**	**P.Alegre 2000**
			Urbana	Rural
Até 1	49,1	33,8	15,2	42,1
1 – 2	19,9	20,2	12,4	21,3
2 – 3	8,6	10,3	9,7	10,3
3 – 5	7,4	11,4	14,4	10,0
5 +	12,5	20,5	45,7	9,6
Sem rendimento	2,2	2,7	2,5	6,8
Total de pessoas	**470 384**	**644 281**		

Fonte: Dados brutos. IBGE. Estudos & Pesquisas (9) 2002.

A população idosa no município de Porto Alegre

Embora o município de Porto Alegre não seja, no Rio Grande do Sul, o de maior porcentagem de idosos, eles representaram, entretanto, 10,2% e 11,8% da sua população, respectivamente em 1991 e 2000, evidenciando o crescimento da população idosa no município, que passou de 127.507 pessoas, em 1991, para 160.541, em 2000, ou um aumento de 25,9%, enquanto a população total cresceu 8,5%.

Os idosos estavam distribuídos com diferente intensidade, segundo os bairros da metrópole. Com efeito, a s principais concentrações de idosos estavam nos bairros Moinhos de Vento, 27,0%; Santa Cecília, 26,7; Farroupilha, 26,2%; Três Figueiras, Bom Fim e Floresta, com 20,0% e o Centro com 19,5%. As mais baixas porcentagens estavam na Serraria, 5,2%; Mário Quintana, 6,7%; Restinga, Humaitá, Rubem Berta, Agronomia, Ponta Grossa, Lomba do Pinheiro e Lajeado, entre 6,0 e 6,9%.

A geografia urbana dos idosos é outro desafio à análise do fenômeno.

Observa-se que aumentou muito a idade do grupo de "velhos" de Porto Alegre, com certa diminuição relativa dos sexagenários entre 60 e 664 anos e aumento do grupo com 65 e mais anos de idade, especialmente os com mais de 75 anos (Tabela 9), cuja diferença de crescimento foi a mais elevada: 0,8 % (Tabela 9).

Tabela 9
Idade da população idosa - RGS

Faixas de idade (em anos)	1991	2000	Diferença
60 - 64	3,6	3,4	- 0,2
65 – 69	2,6	3,0	0,4
70 – 74	1,8	2,4	0,6
75 e mais	2,3	3,1	0,8

Fonte: Dados brutos. IBGE Estudos & Pesquisas (9) 2002.

Condições de residência dos idosos

Os idosos, no Rio Grande do Sul, tiveram, entre 1991 e 2000, uma ligeira melhora nas condições de adequabilidade dos domicílios de residência:

Tabela 10
Condições dos domicílios de residência dos idosos chefes de domicílio no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre

Condições do domicílio	1991	%	2000	%	Diferença	PORTO ALEGRE 2000
Adequado	237.543	50,4	381.414	59,2	143.871	95,4
Semi-adequado	121.360	25,8	177.822	27,6	56.462	4,4
Inadequado	111.481	23,7	85.045	13,2	-26.436	0,1
Total	470.384	100,00	644,281	100,00	173,897	100,00

Fonte: Dados brutos.IBGE..Estudos & Pesquisas (9) 2002.

A Tabela 10 revela a brutal diferença entre os moradores de Porto Alegre e do interior, dos quais 59,2% (em 2000) em domicílios adequados, enquanto em Porto Alegre essa condição beneficiava 95,4% do total de idosos do município, o que mostra o profundo contraste entre o interior e a capital, na qualidade de vida da população dessa faixa etária.

Idosos isolados?

A maioria dos idosos residiam com a família. O número de idosos "isolados", residindo sozinhos em domicílios unipessoais, era de 22,4% no Rio Grande do Sul e 27,10% em Porto Alegre. Observa-se que o aumento de idosos residindo sozinhos cresceu, no período de 1991 a 2000, em 2,4%, no Rio Grande do sul, e em 4,7% no município de Porto Alegre.

Outra característica da população idosa de Porto Alegre é o isolamento. Os bairros que concentravam, relativamente, o maior número de domicílios com idosos residindo isolados eram: Marcílio Dias, 63,6%; Centro, 44,6%; Cidade Baixa, 43,1%; Floresta 37,0% e Azenha, 35,9. No resultado final, nada menos de 41 bairros tinham mais de 20% dos idosos como moradores isolados.

Esta condição é, pó múltiplas razões, uma das mais preocupantes no tratamento das populações envelhecidas e tem dado origem a uma intensa mercantilização da condição de idoso. A propósito, vale transcrever a observação de Bobbio: *"...hoje existe uma retórica da velhice que não assume a forma, aliás nobre, da defesa da última idade contra o escárnio, quando não do mais completo desprezo, frutos da primeira, mas se apresenta, sobretudo através das mensagens televisivas, com uma forma disfarçada e aliás eficientíssima de captatio benevolentiae dirigida aos eventuais novos consumidores. Nessas mensagens não o velho, mas o ancião, termo neutro, aparece como apessoado, sorridente...E assim ele se transforma em um celebradíssimo membro da sociedade de consumo, trazendo consigo novas demandas do mercado, bem-vindo colaborador da ampliação do mercado..."* (13)

A concentração dos idosos no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a concentração dos idosos, em números absolutos, é a indicada na tabela.

Tabela 11
Concentração dos idosos no Rio Grande do Sul

Município	Número	% sobre o total RGS
Porto Alegre	160.541	15,06
Pelotas	38.281	3,6
Caxias do Sul	30.178	2,8
Santa Maria	26.423	2,5
Canoas	26.164	2,5
Rio Grande	20.794	1,9

Fonte. Dados brutos. IBGE. Censo demográfico, 2000

Quem tem medo dos idosos ?

A palavra velhice é imprecisa e confunde. Ela se associa com a longevidade e é isto que está ocorrendo. Trata-se, agora, para o futuro, de combater a velhice biológica, indicada e visível pela *"...pele, cabelos, rugas"...quando...o peso dos músculos e dos ossos...diminui por oposição às estruturas gordurosas...pelo aumento do cortisol, tendo como conseqüência mais grave...as alterações do funcionamento cerebral, pela diminuição do DHEA, como observa Étiene-Émile Baulieu.*

O combate às manifestações biológicas da velhice é, agora, um alto negócio, incorporado ao mercado.

A paranóia da "*explosão demográfica*" resultou na efetiva diminuição da fecundidade, através da "*ajuda externa*", acompanhada de programas de esterilização, principalmente de mulheres, no pais, especialmente no Nordeste ou da difusão do uso dos anticonceptivos.

Neste movimento de diminuição exasperada da fecundidade, não se invocou a questão – fundamental e decisiva – da necessidade de ampliar os anos de estudos (14), principalmente das mulheres, pois estudos sempre mostraram, inclusive no Brasil,a alta correlação entre a fecundidade e o grau de instrução das mães.

Agora aparece, com certo ímpeto, a preocupação com a velhice, não a velhice em si, mas seus efeitos sobre os gastos com a previdência. A "*explosão da velhice*" é identificada, agora, com a aposentadoria.

Para ativar a memória, a Tabela 12 mostra a população ocupada em relação à aposentada, segundo a idade da população. Ela mostra que a aposentadoria não tem como sinônimo a velhice.

Tabela 12
População ocupada e aposentada no Rio Grande do Sul

Idades	A	B	C	(B+C)	% (B+C)/A	%B/A
	Ocupada	Aposentada	Pensionista	Ap+Pens		
10 a 14	84.693	5	2.951	2.956	3.490	0,006
15-19	337.407	103	2.258	2.361	0,534	0,026
20-24	548.832	333	2.033	2.366	0,431	0,061
25-29	603.273	1.010	3.096	4.106	0,681	0,167
30-34	567.762	2.119	4.817	6.936	1,222	0,373
35-39	503.950	4.185	5.868	10,053	1.995	0,830
40-44	417.808	8.141	8.406	16.547	3,960	1,949
45-49	308.844	19.017	10.547	29.564	9,572	6,157
50-54	225.158	37.328	13.963	51.291	22,780	16,579
55-59	157.928	53.573	18.838	72.411	45,851	33.922
60-64	102.158	77.877	20.618	98.495	96,414	76,232
65-69	45.884	83.874	17.449	101.323	220,824	182,796
70-74	18.507	69.485	15.953	85.438	461,652	375,453
75-79	7.365	46.858	12.208	59.066	801,982	636,225
80+	2.984	40.227	13.530	53.757	1801,508	1348,090
Total	3.992.553	444.135	152.535	596.670	14,945	11,124

Fonte. Dados brutos. IBGE. Censo demográfico 1991. Mão-de-obra. Rio de Janeiro, 1991.

As aposentadorias começam a aumentar a partir dos 45 a 49 anos de idade e passam a ser dominantes, isto é, com número superior aos ocupados, a partir da população de 60-64 anos quando, em 1991, representava 76,23% da população ocupada.

Como observaram *Beltrão* (e) *Oliveira* (1999), com referência ao Brasil, *"...em 1998, apenas 23,7% dos benefícios de aposentadoria em números e 13,7% em valor são por idade, descaracterizando completamente a idéia de que o aposentado é um conjunto de velhinhos"* (p.310)

Tabela 13
Aposentados por idade no início do benefício, em 1998
Brasil
(em %)

Idade no início do benefício	Homens	Mulheres
Até 44 anos	20	27
Até 49 anos	49	60
Até 54 anos	75	83
Até 59 anos	91	98
Até 64 anos	99	99

Dataprev. Beltrão (e) Oliveira, 1999, p. 310

Paradoxalmente, chega-se ao século XXI com os jovens precisando se preocupar com o futuro da própria velhice, em conseqüência das atuais aposentadorias precoces. Só que os tempos são outros e *"o grande contingente de idosos futuro já está determinado pela fecundidade passada, o que lhe assegurará um crescimento elevado nos próximos 30 anos"* e *"... o declínio nas oportunidades de empregos tem levado os jovens de hoje a se transformarem em potenciais "novos pobres" do século XXI"*, nas observações de Ana Amélia Camarano.

O tratamento futuro dos idosos dependerá do comportamento das famílias que estão, também, em profundo processo de modificação e das políticas na área de educação.

NOTAS

(1) – Este é o conceito burocrático ou censitário do fenômeno, também biológico, psicológico e social. Todas as observações aqui feitas resultam de estatísticas nas quais o conceito de velhice é censitário. Ver *Ana Amélia Camarano* (e) *Marcelo Medeiros* em **"Conceito de Idoso"** in Camarano. A.A.,1999, p.4-8.

(2) – **Taxa de Mortalidade** é a relação: número de óbitos no ano/1.000 habitantes no mesmo ano.

(3) – *"Se não existe "natureza" independentemente de "cultura", e vice-versa, é de se esperar não só que os resultados do processo biológico de senilidade sejam potencialmente diferentes entre culturas, mas que o próprio envelhecimento seja também fruto de condições sociais que determinam o tipo de alimentação, o trabalho, os papéis na sociedade, etc"*, Camarano (e) Medeiros, 1999, p.6.

(4) – **Taxa de Fecundidade** é o número de filhos tidos pelas mulheres de 15 a 49 anos de idade.

(5) – Louis Henay, p.24

(6) – Veja-se Parte 2 de Muito Além dos 60, ob.cit, 1999.

(7) – A principal fonte para pesquisa são os relatórios geriátricos, as *"casas de repouso"*, os *"asilos"*, *"casas de idosos"* e as famílias, além das pesquisas do IBGE e análises do IPEA.

(8) – Alfred Sauvy, ob.cit. p.327.

(9) – Bobbio, ob.cit., p.30.

(10) – Veja-se Sauvy, ob.cit.;Camarano, idem.

(11) – O futuro já está construído, na medida em que a taxa de fecundidade diminui aceleradamente.

(12) – " Até recentemente a terceira idade designava os idosos de maneira geral. O aumento da longevidade e da qualidade de vida de seus membros levou a que se considerasse, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, a existência da Quarta idade.. a terceira (idade) classifica os indivíduos que não são mais enquadrados na idade do trabalho (ou Segunda idade), porém tampouco apresentam sinais de senilidade e decrepitude". Camarano (e) Medeiros, ob.cit.,p.7.

(13) – Bobbio. Ob.cit.,1997, p.25-26.

(14) – Étiene-Émile Baulieu, ob.cit, 2000.

Referências bibliográficas

ACCURSO, Jorge S. **O Rio Grande do sul e sua população**. FEE.Porto Alegre. 2002.

BAULIEU, Étiene-Émile. **A longevidade da vida**. In: MORIN, E. A religação dos saberes. O desafio do século XXI. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2002, 2ª edição.

BELSY, J.K. **Psicología del envejecimiento: teoria, investigaciones e intervenciones**. Masson. Barcelona. 1996.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. Editora Campus. Rio de Janeiro. 1997.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. Queiroz/EDUSP. São Paulo. 1987.

BRASIL. Anuário Estatístico da Previdência Social MPAS/Dataprev. Brasília. 1998.

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Vol.II. Os homens e as coisas. Editora Globo. São Paulo, 1989.

CAMARANO, Ana Amélia e El Chaouri. **Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros**. IPE. Rio de Janeiro. 1999.

CAMARANO, Ana Amélia. **O envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica.** IPE.Texto de discussão, 858) Rio de Janeiro. 2000.

CANOAS, C.S. **A condição humana do Velho**. Cortez. São Paulo. 1983.

DEBERT, G.G. **Envelhecimento e representações sobre a velhice**. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais. V.1. ABEP. Belo Horizonte. 1988.

FAISSOL,Speridião, **LOPES**, Cláudia Cerqueira e **VIEIRA,** Sebastião. **Organização territorial e /ou uma geopolítica da população: qual o desafio para o próximo milênio**? Revista Brasileira de Geografia, vol. 54 (4). FIBGE. Rio de janeiro. 1992.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Universidade do Paraná. Curitiba. 1977.

HEREDIA, Olga Collinat. **Composição etária da população do Rio Grande do Sul.** IN.: **ACCURSO**, Jorge S. O Rio Grande do Sul e sua população. FEE. Porto Alegre. 2002.

IBGE. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil. 2000. Fundação IBGE. Rio de Janeiro. 2002.

IBGE. Tendências demográficas, Vol. 24. Rio Grande do Sul. Estudos & Pesquisas (24). Rio de Janeiro.2002.

IBGE. Fecundidade e mortalidade infantil..Rio de Janeiro. 2002.

IBGE. Estatísticas do Registro Civil 2001.Vol.28. Rio de Janeiro.2001

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.(PNAD). Vol. 19. Rio de Janeiro. 1997.

Koucher,Ademir Barbosa. **Idosos isolados em Porto Alegre.**IBGE. Porto Alegre. 2003 (não publicado).

LASLETT, P. **Una nuova mappa della vita. L'emergere della terza etá.** Il Mulino. Bolonia. 1992. Citado por Bobbio.

LÉGER, J.M; **TESSIER**, J.F. (e) **MOUTY**, MD. **Psicopatia do envelhecimento: Assistência às pessoas idosas.** Vozes. Petrópolis. 1994.

MANTEGAZZA, Paolo. **Elogio della vecchiaia.**Treves. Milano.1895. Citado por Bobbio, p.24.

NETTO, J. **Segregação do velho na sociedade**. SMESP. São Paulo. 1987.

NEVES,Gervásio Rodrigo (Coordenador). **Atlas do Povo Gaúcho. Perfil para ingressar no século XXI** (Versão preliminar). UFRGS, LER. Porto Alegre, 1998 (não publicado).

NEVES, Gervásio Rodrigo (Coordenador). **Atlas Social de Porto Alegre.** Irs. Porto Alegre. 2002.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **Série histórica da população do atual território do Rio Grande do Sul. 1680-2000.**Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2003 (não publicado).

PETRIGNANI, Sandra. **Vecchi.**Theoria. Roma-Napoli. 1994. Citado por Bobbio.

RIO GRANDE DO SUL. Estado do. **Os idosos do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pesquisa. Conselho Estadual do Idoso. Porto Alegre. 1997.

SAUVY, Alfred. **El problema de la población en el mundo.** Aguilar Ediciones. Barcelona. 1961.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos.**OPAS/OMS. Brasília. 2002.

SPAGNOLI, A.A **Jung, Freud, la psicologia Del profondo e l'invecchiamento.** Bollati Boringhieri. Turín. 1995. Citado por Bobbio.

REGIÃO DO CAMAQUÃ, NA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA POR ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS

Luis Alberto Cibils

INTRODUÇÃO

O maior Acervo Documental existente no IHGRGS é o de A. A. Borges de Medeiros, por ele pessoalmente doado ao Instituto, pois fora um de seus fundadores, na condição de sócio honorário.

Examinamos, nele, a História da Região do Camaquã.

A Provisão Régia de 07.10.1809, cria quatro Vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

A Região do Camaquã, inicialmente, pertencera ao Município (Vila) de Porto Alegre, cujos limites abrangiam o território compreendido desde o Guaíba até o Rio Camaquã, depois à Vila de Triunfo, quando essa foi criada, em 1831, através de Decreto da Regência Permanente de 25.10, quando surgiram as Vilas de Triunfo, São José do Norte, Caçapava e Alegrete.

A Assembléia Provincial, em 17.11.1837, transfere para Porto Alegre, os Distritos da Barra, Dôres e São João, estabelecendo a jurisdição eclesiástica em Dôres. A Lei nº 14, de 5.4.1846, anexa esses distritos aos da Capital.

Dôres de Camaquã se emancipa em 1857, incluindo os Distritos da Barra e de São João.

Disputas pela transferência da sede determinam a extinção do Município, transferindo os Distritos para Porto Alegre com a Lei 474, de 04.12.1861.

Com a Lei 569, de 6.4.1864, é criado o Município de São João Batista de Camaquã, incluíndo o Distrito das Dôres.

Novamente Dôres, transforma-se em Município, com a Lei 975, de 19.4.1975. Em disputa da sede com o Distrito de Tapes, novamente perde sua autonomia, com o Dec. 1632, de 23.11.1911, voltando a pertencer a Porto Alegre. Reconquista mais uma vez e definitivamente sua autonomia, com o Dec. 1993, de 25.11.1913.

Entretanto, diante de acirrada disputa, a sede do Município é transferida, com o Ato 179, de 22.5.1929, para Tapes.

A antiga Dôres passa a chamar-se Vila Vasconcellos, com o Dec. 7.589, de 29.11.1938. Tornou-se Município de Sentinela do Sul, com a Lei 9.584, de 20.3.1992. O antigo 3º Distrito de Tapes, Cerro Grande, já se emancipara, com a Lei 8.619, de 12.5.1988.

O Município de Barra do Ribeiro foi criado com a Lei 3.719, de 17.2.1959, retirando "Douradilho" de Tapes, até o Guaíba.

São Feliciano, com a Lei nº 4.635, de 09.12.1963, torna-se Município de Dom Feliciano.

Os meios de transporte eram realizados através da "Estrada-Real", que ligava S. João de Camaquã, Dôres e Barra do Ribeiro, em 1892, era servida por linha de diligências da Empresa Aliança, de propriedade de Joaquim Paulo de Araújo.

Atravessava o Arroio Velhaco pelo "Passo do Chico Bueno".

Partia aos domingos às 6 horas de S. João, chegando às Dôres às 15 horas. Às segunda-feiras, partia às 6 horas para Barra do Ribeiro, onde chegava às 16 horas.

Voltava da Barra às 7 horas de terça-feiras, pernoitando em Dôres e, no dia seguinte, alcançava a S. João.

O preço da passagem de Barra a S. João era de 14$000.

A navegação entre Barra do Ribeiro e Porto Alegre, em 1896, era feita pela Sociedade Adão Hoff & Cia., com o vapor "Guaíba".

As primeiras pontes foram construídas: em 1893, sobre o "Arroio Grande", na estrada de rodagem da Barra do Ribeiro à Colônia Barão do Triunfo; no ano de 1913, sobre o "Arroio Bom Jesus", e sobre o "Arroio Moinhos", na Colônia Mariana Pimentel"; em 1917, sobre o "Arroio Capivara", na estrada de rodagem de Tapes a São Feliciano; em 1920, sobre o "Banhado do Bastião", na estrada de rodagem de Tapes a São Feliciano; sobre o "Arroio Velhaco", no "Passo Maria Gomes", na referida estrada.

Surge o Município de Cristal, através da Lei nº 8583, de 29.4.1988, retirando parte de Camaquã e de São Lourenço, às margens do Rio Camaquã.

Torna-se Município Sertão de Sant'Ana, com a Lei 9.595, de 20.3.1992.

Arambaré, como Município, criado com a Lei nº 9.603, de 20.3.1992, retirando a costa do Arroio Velhaco, de Tapes e de Camaquã.

Aparece Mariana Pimentel como Município, com a Lei 9.611, de 20.3.1992.

DÔRES DE CAMAQUÃ

No Município de Dôres de Camaquã, Manoel da Cunha Vasconcellos, em dezembro de 1848, solicita a nomeação de seu tio Francisco da Cunha Tavares como auxiliar da "Comissão de Terras" de São Feliciano.

No ano de 1904, em maio, envia pêsames a Borges de Medeiros pelo falecimento de seu sogro o Cel. Cândido Gonçalves Borges.

Comenta no mês de junho, a indicação de Tristão de Oliveira César, nomeado interinamente para "Potreiro Grande"; em setembro, refere-se à indicação do Cel. Avelino Borges para o 1º Distrito e em outubro, solicita a designação de Augusto de Oliveira César, para 1º Suplente do Juízo Distrital.

Solicita, em janeiro de 1906, a criação de duas aulas, uma em "Faxinal do Emboava" e a outra em "Ipé", sendo Carlos Wann, apontado para a primeira e Joaquim Rodrigues Barbosa Filho, para a segunda. Necessitando atender o Cel. Patrício Filho, acérrimo na divergência partidária, requer a transferência de seu irmão, Prof. Luiz Vieira Rodrigues, do Porto de Tapes, indicando para sua substituição o Capitão José Antônio Lopes.

Em fevereiro, refere seus desencantos com os descontentes e, em dez de março, comunica o resultado das eleições, nas quais compareceram 344 eleitores, sendo 205 Republicanos e 139 Federalistas, em número superior ao de trinta de janeiro. Refere que compareceu o "arruaceiro" Prof. Luiz Vieira Rodrigues, de Tapes, vindo a contra gosto, porque depende do Governo.

Solicita a designação do Cap. José Antônio Lopes para Inspetor Escolar em Dôres.

Pede, em maio, a designação do Juiz Moreira Soares de Oliveira para a Comarca, em face de o mesmo ter solicitado sua transferência da Comarca de Passo Fundo.

Apresenta seu cunhado Rodrigo Antônio Lopes, em dezembro, que espera sua nomeação para o cargo de Coletor do Estado em São Lourenço, onde reside, pois tem mais de vinte anos de serviço público, sendo compenetrado servidor e dedicado companheiro da propaganda do partido. Caso não fosse possível sua reintegração, roga o emprego em outro cargo, em face dos serviços prestados à causa da República.

O Intendente Vasconcellos, em janeiro de 1907, solicita ficar sem efeito a remoção do Professor Luiz Vieira Rodrigues, a pedido de amigos e de uma velha mãe.

Em nome da Executiva, no mês de janeiro, aprova a candidatura do Dr. Victorino.

Empenha-se, em março, na designação do dedicado correligionário José Antônio Lopes para Guarda Florestal do Município.

No dia 29 de junho, homenageia o nascimento do "Marechal de Ferro", Floriano Peixoto, por suas heróicas ações.

Relata, em agosto, o resultado da eleição prévia para Presidente do Estado, onde o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves obteve 365 votos.

Manoel da Cunha Vasconcellos, em março de 1907, intercede pelo conterrâneo amigo e dedicado correligionário, Fidêncio José de Lima, Escrivão de Órfãos e Ausentes do Foro que, tendo requerido dois meses de licença para tratamento de saúde, havendo pago os respectivos impostos e não tendo gozado o dito licenciamento até o dia 19 de fevereiro, por motivos políticos, pede lhe seja dado prorrogação por dois meses, ficando, assim, isento do pagamento de novo imposto do selo.

Em 25.1.1908, o Intendente Manoel da Cunha Vasconcellos e o Presidente do Conselho, Antônio C. Cidade, remetem a seguinte mensagem: "Representantes município e política republicana apresentam calorosos aplausos à vossa sábia administração, patriótica direção política, hipotecando como sempre nossa completa solidariedade à vossa honrada chefia. Cordiais e respeitosas saudações".

Carlos Barbosa Gonçalves foi empossado, nesse dia, Presidente do Estado, continuando Borges na Presidência do Partido e recebendo as solicitações.

Em julho, o Intendente Vasconcellos declara que, tendo se exonerado o Agente Fiscal do Imposto de Consumo, indica, para substituí-lo, Manoel Cândido Lopes. Avelino permanecerá, até o Coletor Firmino José Rodrigues justar as contas.

Vasconcellos, em agosto, noticia que, reunidos os eleitores municipais com o objetivo da eleição prévia, apontaram para o futuro quatriênio, como Intendente Manoel da Silva Pacheco e como conselheiros: Artur Emílio Jenisch, João Lucindo, Alves Lércia, Nascimento José da Fonseca, Albano Schumacher, e Alfredo Antônio Lopes, todos escolhidos pela Comissão Executiva do PR, sempre unida.

Manoel da Cunha Vasconcellos, em fevereiro de 1909, apresenta o resultado da eleição, tendo Victorino obtido 194 votos, Guimarães 109, Cassiano 193, Mascarenhas 193, Abbott 193, Ângelo 192, Ramos 436 (cumulativos) e Pinto 136 (cumulativos).

Em março de 1910, comunica o resultado da eleição de Hermes e Wenceslau, com 259 votos e de Ruy e Lins, com 224 votos.

O Intendente Silva Pacheco, em junho, informa que as Sesmarias "Barba Negra e Sant'Ana" estão situadas no 2° Distrito.

Avelino visitou, em setembro, em nome de Borges, o Cel. Manoel Vasconcellos, que se encontrava enfermo, tendo este agradecido penhoradíssimo à sua pessoa.

Em 19 de novembro, Manoel Cândido Lopes participa que hoje, às oito horas da manhã, faleceu seu Cunhado, Chefe e Amigo Cel. Manoel da Cunha Vasconcellos. Igual comunicação fez Manoel Jorge Azevedo, Secretário da Comissão Executiva, que estava de luto. Tinha 58 anos, tomou parte da Reunião da "Fazenda da Reserva", em São Martinho, no dia 20.3.1889, e governara o Município por quatro períodos consecutivos.

Com o desaparecimento desse maior líder de toda a região, se inicia movimento no sentido de transferir a sede do Município de Dôres para o Porto de Tapes.

Comissão Executiva, em dezembro, aguarda eleição do Chefe do Partido, a fim de ser indicado o Delegado de Polícia. A Comissão Executiva ficou formada por Joaquim da Cunha Vasconcellos, José Augusto de Oliveira César e Manoel Silva Pacheco.

A mesma Comissão Executiva, ainda em dezembro, manifesta contrariedade do Partido, com o Delegado Bento Centeno, por não ser do Município e ser considerado federalista.

A 19 de dezembro, foi eleito Chefe do Partido o Ten. Cel. Joaquim da Cunha Vasconcellos e membros da Comissão Executiva o Cap. Ignácio dos Santos Abreu e o Coletor Luiz Gonzaga Leal, declarando-se solidários com o Presidente do Partido.

Aguardam a chegada do Cel. Avelino Borges, com a qual alguns interessados procuram apoio e outros buscam evitar a transferência a todo transe.

Torna-se urgente essa ida, para pôr termo à marcha movida pelo anarquista Henrique Maurell, aproveitando-se do fato de o Intendente ser pouco esclarecido.

Ausente o Presidente do Conselho, veio a suas mãos documento entregue dia 18 por Eduardo Paixão. Apesar de não ser contrário à transferência, o Conselho recusou a proposta, havendo nervosismo e sofrimento moral, sendo necessário inteirar o Cel. Avelino sobre o assunto.

O Intendente conferencia com Joaquim Vasconcellos sobre a transferência para Tapes.

Mello, ainda em dezembro, informa: "Cheguei ontem encontrando deliberação Conselho, reunido irregularmente, diante da Lei Orgânica, contrária transferência da sede, sob influência apaixonada de Joaquim Vasconcellos e do povo".

Ignácio dos Santos Abreu irá dia 6, a fim de certificar com provas o grande desastre para o glorioso PR da terra, em completa anarquia.

Manoel Silva Pacheco deseja completar o número legal do Conselho, com suplentes à sua vontade. Joaquim Vasconcellos deixa de assumir cargo de Sub-Intendente, por motivo de saúde.

O Major Euclides, segundo Manoel Pacheco, não conseguiu que Joaquim Vasconcellos influísse sobre o Conselho, modificando a resolução, alegando que lhe faltam motivos políticos.

Declara o Intendente Manoel Silva Pacheco que os Membros do Conselho reunidos recusam manifestar-se sobre a mudança da sede, alegando a ausência do Presidente Jenisch, pois são contrários à sua remoção. Entendem que o Governo não pode agir como pretende e, por isso, apoia a idéia da anexação a Porto Alegre imediatamente, dando merecido corretivo a empregados que se afastem da disciplina partidária e, por interesses particulares, talhem o progresso.

Em telegrama de 16.1.1911, Silva Pacheco, Eduardo Paixão e Luiz Vieira Rodrigues referem:

"Convencidos que este município anexado a Porto Alegre, Tapes seria sede do distrito, optavam pela anexação. Constando porém que vosso plano é fazer um município com Pedras, Barra, Mariana e Dôres, com sede na Barra, entendem que o Conselho vote transferência da sede para Tapes, porque a maioria hoje já o admite".

Com o Decreto 1.632, de 23.1.1911, Carlos Barbosa Gonçalves extingue, mais uma vez, o Município de Dôres de Camaquã, anexando-o ao de Porto Alegre. Porto Alegre torna Tapes 10° Distrito, e Dôres 11°.

Em 19 de fevereiro, na condição de Sub-Intendente, consulta se pode servir no cargo de Escrivão interino o Escrivão do Cível João Machado e a nomeação de João Lucindo Garcia Juiz Distrital e Maurício Pacheco, suplente.

Borges de Medeiros assume a Presidência do Estado em 25.1.1913, continuando na Presidência do Partido.

Em 28 de março, Joaquim Vasconcellos informa que o povo, quase em peso, fica muito entusiasmado pela solução. Chefes adversários estão furiosos. Hoje, podemos afrontar a qualquer solução, seja Municipal ou Política.

Dia 31, refere que Chefes Federalistas e Silva Pacheco percorreram o ex-município em desenfreada cabala, lançando mão desde a intriga até a calúnia, como estão acostumados. Estão em desespero de causa, por verem fracassar seus planos.

Em abril, Joaquim Vasconcellos comenta que estando reestabelecida a verdade ao eleitorado, é conveniente que venha breve o enviado, ficando duas comissões adversárias desanimadas, abandonando o campo, por serem repelidas, pela maioria esmagadora.

Entende que o Intendente Provisório deve chegar nomeado. Vileda será o Secretário da Intendência.

Declara que Donário Lopes de Almeida quando voltava por Tapes, conferenciava com Antônio Quadros, Silva Pacheco, Araújo e com o Cap. Ignácio Abreu.

Através do Decreto n° 1993, de 26.6.1913, Borges de Medeiros restaura o Município de Dôres de Camaquã. Foi grande líder, nesse feito, o Ten. Cel. Joaquim da Cunha Vasconcellos.

Com o restabelecimento do Município de Dôres de Camaquã, a 1° de julho de 1913, assume o cargo de Intendente Provisório o Capitão Ignácio dos Santos Abreu.

Em 1914, a 9 de fevereiro, encerraram-se os trabalhos de qualificação, atingindo 210 eleitores Republicanos e 4 Federalistas.

Joaquim Vasconcellos e Ignácio dos Santos Abreu, em 16 de maio, pleitearam um lugar de Guarda-aduaneiro para o Correligionário Honorato Rodrigues de Alves, em qualquer parte do Estado.

Em julho de 1915, a Comissão Executiva congratula-se pela escolha do Marechal Hermes da Fonseca e, em agosto transmite o resultado da eleição, onde Hermes obteve 400 votos, Ramiro Barcellos 7 e o Cel. Marcos 1 voto.

Vasconcellos e Abreu anunciam, em dezembro, o resultado da eleição, na qual Rivadávia Correa aparece com 400 votos e Soares dos Santos com 406 votos. Ainda nesse mês, o Promotor Público solicitou demissão ao Procurador Geral, e eles pedem seja atendido.

No ano de 1916, em fevereiro, Abreu, ciente da vaga de funcionário do Tesouro do Estado, pede a promoção de seu filho Oscar. Vasconcellos declara o total da qualificação de 68 Republicanos.

Em abril de 1917, Vasconcellos e Abreu cumprimentam o Chefe por ter escapado ileso de vil e miserável atentado.

Em novembro de 1917, Joaquim Vasconcellos publica o resultado da eleição municipal, onde o Intendente foi reeleito com 348 votos, e o Conselho com 344.

Gonzaga Leal, Secretário da Comissão Executiva, em fevereiro de 1918, informa que os nomes do Partido, na próxima eleição, foram acolhidos com entusiasmo e que o total de eleitores inscritos é de 77, sendo 8 adversários.

Referem Ignácio Abreu e Joaquim Vasconcellos que, até 13 de março de 1919, foram qualificados 344 Republicanos e 9 Federalistas, atingindo um total de 353 votos.

A 14 de abril, proclamam o término da eleição, na qual Epitácio Pessoa obteve 248 votos e Ruy Barbosa 13 votos. Informam, ainda, que, para Senador, João Vespúcio alcançou 202 votos.

Valentim Aragon, Subchefe de Polícia da 1ª Região, informa que, tanto o Intendente Leal como Artur Jenisch, opuseram razões de incompatibilidades pessoais para servirem juntos na Comissão Executiva. Submete, a seguir, a sugestão de integrarem o Intendente, Narciso Barbosa e Souza Sofia. Entretanto, lembra que a exclusão de Jenisch da Executiva reflete-se tristemente no congraçamento do Partido.

A Comissão Executiva foi solenemente empossada a 19 de novembro, hipotecando ao Presidente inteira solidariedade, assinando Avelino, Gonzaga Leal e Narciso Barbosa.

Feliciano Alfonsin, Presidente e os Conselheiros Adiles Araújo Peixoto, Otacílio Silveira Pacheco e Manoel Dias Ferreira Pinto, referem que assistiram à posse do Conselho, mas ponderam a inclusão de Afonso Salazar Cezar, com vistas ao pleito eleitoral de 25 de novembro.

O Vice-Intendente Narciso Fernandes Barbosa, em março, comentando haver sido designado o dia 27 de junho para a eleição vaga de "Intendente e Conselheiros, sendo membro da Comissão Executiva do Partido local, espera ordens para dirigir-se ao eleitorado. No mês seguinte, comunicando-se com Borges a respeito da eleição municipal do dia 7, havendo um grupo de amigos desejando sufragar seu nome, com a aquiescência de Avelino e, sendo Artur Jenisch candidato por outro grupo, não pretendea prejudicar o Partido.

Dia 30, o Conselho Municipal, em reunião extraordinária, refere que a eleição no 2° Distrito procedeu-se dia 24. O Ten. Cel. Joaquim da Cunha Vasconcellos faleceu a 27.2.1920, com 62 anos de idade.

Luiz Gonzaga Leal declara, em julho de 1920, que, na eleição para Senador, Carlos Barbosa Gonçalves obteve 267 votos.

Em Tapes, no mês de outubro de 1921, Avelino conta que, em palestra com Antão de Faria, que realizava medições de Sesmarias no Município, este lhe teria dito que votaria em Nilo e Seabra, lembrando Parreiras para chamar Jenisch para o trabalho eleitoral da Vila. Relembram, ainda dia 24, o transcurso do aniversário da perda do Patriarca Castilhos, assinando Avelino Borges, Gonzaga Leal, Veleda e Manoel Souza.

Gonzaga Leal, dia 31, proclama o resultado da eleição, em que o Intendente Luiz Gonzaga Leal alcançou 634 votos, Artur Jenisch 251 e os Conselheiros com pequena diferença, sendo a ordem pública mantida inalterada.

Em setembro, declara que, aproveitando a presença do Juiz da Comarca, inscreveram-se 107 eleitores republicanos e 10 adversários, ficando 82 parados, que não compareceram por desarmonia com Donário Lopes. Posteriormente, informa que existem 250 Republicanos e 30 Federalistas.

Artur Jenisch, em março de 1922, informa que a dissidência local em peso sufragou candidatos, coadjuvados por Avelino Borges. Com o objetivo de evitar incompatibilidade com o Intendente, Avelino foi indicado para fazer parte da Comissão Executiva. Em outubro, refere para o cargo de Delegado de Polícia o Cap. Narciso, do Registro Local e, para substituí-lo, sugere o Advogado Antônio Cândido Correa da Cunha.

Declara Avelino, em setembro, que Leal concorda, como congraçamento do Partido, porém recusa Jenisch, embora seu prestígio, recomendando para a Executiva: Leal, Afonso Salazar e Narciso Barbosa.

Considera a Convocação do Conselho, no momento, inoportuna, para evitar o afastamento das urnas dos numerosos eleitores de Tapes, que desejam a remoção da sede do município, pleiteada por Pedro Osório e Aquiles Brandão, industrialistas de Tapes, além da totalidade dos fazendeiros.

Assunção e Avelino levam o Juiz Distrital à Capital, propondo acordo, pois o filho deste, José Borges, é o administrador, tendo recebido a solidariedade de mais de 300 eleitores.

Avelino deseja emissário para o congraçamento do Partido, evitando que Leal exerça chefia unipessoal, com incompatibilidade. Não existem minorias e sim discórdias e cisões.

Em novembro, recomenda remoção para Pinheiro Machado do Notário Francisco da Silva Goulart, com uma aquiescência, havendo vários candidatos, inclusive seu sobrinho Borges da Silva.

Com os debates, sobre a restituição da posse da Fazenda Santo Antônio, em 1922, aparece a discussão da transferência para Tapes da sede do Município, entre os Vereadores.

Gonzaga Leal esteve na Fazenda Santo Antônio, a convite de Avelino e Mascarenhas, e prometeu aceitar o acordo sobre bases que ficaram estabelecidas.

Em novembro, proclama o resultado da eleição, tendo Borges de Medeiros alcançado na Vila, 328 e, em Tapes, 34 votos; Assis Brasil, na Vila, 210 e, em Tapes, 73 votos.

Rompe a Revolução, criando-se Corpos Provisórios. A Vila de Dôres foi ocupada por Zeca Neto a 15 de abril, seguindo-se várias operações, inclusive com 60 homens, dia 25 de junho, sendo preso Artur Emílio Jenisch e atacada a residência do Vice-Intendente Narciso Barbosa, que se defendeu com 14 filhos de ambos os sexos.

Depois de 10 meses de luta, foi assinada a Ata da Pacificação, em Pedras Altas, a 14.12.1923.

Em janeiro de 1924, o Cap. Sobral, Delegado de Polícia, através de telegrama cifrado, declara: "Membros Executiva indicados, aceitam jubilosos e lembram os suplentes Narciso Oliveira, Afonso Salazar, João Araújo Cezar. Comunicou a harmonização de Jenisch. Aguardam aprovação, sendo posse solene na 4ª feira. Percorreu município, organizando comissões de propaganda, falando chefes adversários confiando garantias".

O mesmo Delegado anuncia o início do alistamento, inscrevendo-se 40 republicanos e 2 oposicionistas. Informa a chegada do Tenente Bina Machado, com funções de Delegado Militar, com 3 praças do Exército, estando tudo em paz, conforme entendimento com os chefes oposicionistas.

Leônidas Vasconcellos cumprimenta, com júbilo republicano, o Presidente, pela posse intendencial de Porto Alegre.

Em abril, conforme declaram Narciso Barbosa, Adiles Peixoto e Artur Jenisch, foram aprovados os nomes para a próxima eleição.

A Estatística Eleitoral acusa: eleitores antigos 631, novos republicanos 140, oposição 54, com um total de 824.

Em maio, Narciso Barbosa, Adiles Peixoto, Artur Jenisch e o Cap. Sobral, dão a conhecer o Resultado Geral Federal: para Senador Vespúcio 268 votos, Assis 231; para Deputados: Mascarenhas, Luiz Osório, Barbosa Gonçalves e Simões Lopes 265 votos cada um e Batista Pereira 230 votos, em um total de 994 votos, havendo grande abstenção de correligionários, devido a boatos alarmantes.

Foi empossada, em novembro, a Comissão Executiva do Partido, em Solenidade na Assembléia, presentes conselheiros e correligionários, como anunciam Narciso Barbosa, Artur Jenisch, Adiles Peixoto e o Cap. Sobral.

Reunido o Conselho Municipal, em janeiro de 1925, para tomada de contas e para votar o Orçamento, congratulou-se com a maneira brilhante com que se conduziu o pelo Presidente, face o movimento sedicioso, assinando Felicíssimo Alfonsim Pires, Adiles Peixoto, Afonso L. Pires e Otacílio Silveira Pacheco.

Aplaudem, com entusiasmo, a escolha feita de candidatos à Assembléia dos Representantes para o Distrito: Porciúncula, Vitor Russumano, Donário Lopes de Almeida e Manoel Osório.

Congratulam-se com a medida de enviar dia 27 um representante, com o fim de ouvir e opinar sobre os chefes de prestígio do partido e o eleitorado, diante de um bárbaro atentado contra um rapaz, colocando força provisória ou substituindo a Brigada, como também referem Leônidas Vasconcellos e uma Comissão de 22 senhoras de diferentes credos.

Em agosto, houve disputa entre a candidatura de Peixoto e do Vice Jenisch e Antônio Cândido Correa da Cunha, como declara Narciso Barbosa e segundo outra mensagem de João Antônio Cesar.

Dia 25, o Conselho deliberou, pelo que informam Narciso Barbosa, Adiles Peixoto e Artur Jenisch, a indicação de Protásio Alves para representar o município, na Convenção do dia 30.

Em outubro, o Subchefe de Polícia Valentim Aragon comunica que a Comissão que lançou a Candidatura de Correa da Cunha, reunida em sua presença, na casa de Narciso Barbosa, tendo Correa da Cunha retirado sua candidatura, em decorrência da disciplina partidária.

Adiles Peixoto, Artur Jenisch, João Araújo Cezar, Seraulo Ávila, Júlio Taborda e Joaquim Roiz Barbosa noticiam que regressou à Capital o Dr. Valentim Aragon, cuja atuação política satisfez plenamente o interesse do partido.

Dia 31de outubro, Adiles Peixoto manifesta-se: "Cumpre-me informar ao Egrégio Chefe manobras desleais, indivíduos filiados nossos adversários, além de apregoar constantemente abstenção ao eleitorado, ter amanhecido tomada por forças revolucio-

nárias, visando assim afugentar eleitorado sufragar urna nossos candidatos. Ante esse boato infame, grande parte do eleitorado retirou-se antes de chegar à Vila. Delegado de Polícia está agindo, tomando conhecimento dos autores.

A Comissão Executiva, tendo à frente o Intendente Adiles, em maio de 1926, agradece a indicação do Cel. Francelísio Meirelles, como representante, para gerir negócios políticos deste município.

Francelisio comunica ter cumprido a tarefa, organizando a Comissão Executiva, assim constituída: Adiles Araújo Peixoto, Júlio Taborda Guimarães, Trajano Barbosa da Silva, Artur Emílio Jenisch e Narciso Fernandes Barbosa.

Em novembro, o Intendente Adiles Peixoto, consternado, lamenta profundamente o trágico desaparecimento do grande defensor de nossas instituições, Deputado Gaspar Silveira Martins.

Adiles e mais autoridades indicam para representar o Município na Convenção do dia 8, Otelo Rosa.

Sobral, em novembro de 1927, se refere à eleição do dia 25, que apresenta, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura 820 votos em Dôres e, em Guaíba, 926 votos.

SÃO JOÃO DE CAMAQUÃ

O início da República, igualmente em São João de Camaquã, foi agitado politicamente entre os detentores do novo regime e os saudosistas do anterior.

Em fevereiro de 1899, Joaquim Antônio Soares lembra a Borges de Medeiros que, em 1894, forneceu algumas reses à Guarnição do Cel. Netto e que, por sua ordem e do Intendente, requereu ao Governo o pagamento de 16 reses, à razão de 30$ cada uma, junto com os documentos probatórios, não tendo ainda recebido; era a Revolução de 1893-95.

Cristóvão Gomes de Andrade comenta, em março, que a "Reforma" tem atacado o Partido Republicano do Município.

Em maio, Avelino Borges refere que Francisco da Cunha Tavares, ex-auxiliar da Comissão de Terras na Colônia S. Feliciano, exonerado a seu pedido, até essa data não recebeu o saldo de seus ordenados dos últimos meses, enquanto João Batista Filho, em outubro, também não, comenta o governo de Cristóvão de Andrade.

No ano de 1902, Cristóvão solicita o emprego de João Frederico Schmidt para a Estação Telegráfica. Ainda em março, pede ao Juiz da Comarca seu provisionamento do advogado, junto ao Dr. Tibúrcio. Conta a guerra feita pelas famílias Gonçalves e Centeno.

Em setembro de 1903, refere que não foi ao Alegrete, porém, em S. Lourenço, recebeu acolhimento dos colonos à proposta de irem para seu município. A Colônia S. Lourenço foi fundada por Jacob Rheingantz, em 15.3.1851, no município de Pelotas. Em 1859, era povoada com 203 colonos e, em 1877, atingia o número de 5.400. A produção era de cevada, centeio, trigo, batata inglesa, milho e feijão.

Em setembro, falava sobre Ponte do Duro e que está providenciando no Colégio Distrital e, bem assim, que uma condenação a 28 meses, foi vitória para os maragatos.

Ainda nesse mês, comenta que o professor interino Idelfonso Antônio Pereira, Subdelegado de Polícia e atual Presidente do Conselho Municipal, possa ser mandado para a Barra do Velhaco.

Agradece, em novembro, por ter sido designado representante do Governo do Estado nas solenidades - exéquias e sessão fúnebre realizadas dia 24, em homenagem à memória pranteada do Chefe Júlio de Castilhos, à qual compareceram até adversários de todas as crenças e foram oradores os Advogados Antônio Anaya de Gusmão e Luiz C. Andrade.

No primeiro mês de 1904, apresenta o Cap. José Antônio Lopes que lhe falará sobre o que há por aqui. Este considera conveniente conservar Cristóvão na direção partidária, pois lhe são devidos vários serviços.

Em fevereiro, Cândida de Souza Schumacher lembra que seu marido Henrique Schumacher, por instância de uma comissão de velhos cidadãos do município, aceitou ser Delegado de Polícia, Juiz Municipal e Juiz de Comarca interino, como pode ser provado do exame do prontuário de audiência, com inúmeras sentenças proferidas, como sabe o Desembargador Flores. Muitos foram seus danos sofridos no período da Revolução, onde sua herança de pai, superior a 600 reses de 80 cavalos, fora perdida, como é público e notório, quando a Vila foi sitiada por Antônio da Silva Crespo. "Nessa ocasião quando então toda a Vila se achava agitada e de portas fechadas, sua casa tornou-se um verdadeiro "Quartel General", "Vossa Exa. pode se informar a tal respeito do dr. Francisco do Espírito Santo"; vendendo duas propriedades, inclusive uma nesta Vila que valia mais de 30 contos, e que foi arrematada pelo valor de 500$000, como conhece o Desembargador Flores. Essa propriedade acabou de ser vendida ao Cel. Netto por 8:000$000, com 5 meses de prazo, tendo lhe sido dado o nome de Sta. Marta.

Dona Cândida em requerimento devidamente selado, volta à notícia de que o português Julio Souza Lopes chegado ao município em 1890, obteve do Intendente emprego, inicialmente como regente de uma aula e como os pais não concordaram com seu método a cadeira foi suprimida. A seguir trabalhou no recinto da Intendência, em cargo de confiança e, como não fosse suficientemente honesto, por influência do Intendente, conseguiu alcançar o emprego de Escrivão de Órfãos, no qual seu procedimento não foi dos melhores, em questão de terras.

Em julho, a Comissão composta por Crescêncio Souza, Bernardo Dias, Lima Jr., Gusmão Folha, Napoleão Ribeiro e João Souza, noticia que Netto, prestigiado chefe do PR, recebeu importante e significativa manifestação de apreço, em desagravo à vil imputação atirada à pessoa de seu honrado e benemérito Chefe.

O Partido e o povo, em agosto, refere-se sobre o Ten. Cel. Cristóvão, que está completamente desprestigiado no município, solicitando outro chefe.

Em setembro, Netto informa que foi eleito Intendente o Major Bernardo Vieira Dias, com 553 votos, os Conselheiros com 522 e os Suplentes com 36 votos.

Chegado o ano de 1905, em maio, Nogueira, Subchefe de Polícia, setor S. João, mandado à Colônia São Feliciano, recomenda sua medição, pois os colonos para isso se empenham sendo, no momento, medida de grande alcance. A Colônia São Feliciano, situada em Encruzilhada e parte em São Jerônimo, foi criada com a Lei 395, de 16.11.1857, iniciando os trabalhos em 1873. Inaugurada em 1874, com 84 colonos, quase todos franceses, chegando depois poloneses. Em 1876, tinha uma população de 2.785 habitantes e uma área de 12.233ha.

Bernardo Dias suspende sua licença, em maio, e informa que foram qualificados 531 eleitores, sendo 371 Republicanos e 156 Federalistas.

Uma Comissão, integrada de elementos de todas as classes sociais, protesta energicamente contra o expediente de que Netto assassinaria Cristóvão. Essa Comissão signatária foi constituída dos seguintes nomes: Manoel Crescêncio de Souza, Bernardo Dias, Idelfonso Pereira, Liberato Longaray, Rosa Evangelista; Gusmão, Promotor, Folha, Escrivão; Napoleão Ribeiro, Batista Filho; Castro, Coletor; José Ribeiro Barros, Juiz Dist.; Lima Jr., Silvério Antônio Centeno, Álvares, Bernardo Oliveira, Lúcio Barbosa, Rodrigo Lopes e Felisberto Evangelista.

O Juiz José Moreira Soares de Oliveira, desde que chegou, está preocupado em normalizar os trabalhos forenses, fazendo recomendações ao Juiz Distrital e de realizar correção, pois existem processos irregulares, custas pagas com telhas, Juiz Distrital e seu substituto desempenhando a função, percebendo o primeiro a gratificação integral do mês, e salientando a necessidade de o Juiz Distrital ser um moço formado e atualizado.

Em julho, o Cel. Netto noticia que houve conclusão digna do Partido Republicano de Camaquã, a respeito do Ten. Cel. Cristóvão.

Todas as classes sociais lamentam a transferência do Juiz da Comarca, Dr. Moreira, solicitando revogação dessa medida. Dia 12, assumiu a Comarca o Dr. João Coelho Cavalcante.

No mês de agosto, são realizadas explicações política. Júlio de Souza Lopes comunica que, na eleição do dia 1°, retira sua candidatura a Conselheiro Municipal.

Netto informa que dia 1° de setembro foi eleito Intendente o Major Bernardo Dias, com 533 votos, tendo os Conselheiros obtido 522 e os suplentes 36 votos.

Cristóvão, em 1° de novembro, refere que, nesta data, completa três (3) quadriênios de mandato. O Presidente do Conselho, Crescêncio de Souza declara que tomou posse o Intendente Bernardo Dias.

Recebeu Netto significativa manifestação de apreço dia 7 de julho, incluindo baile, tendo referido seu procedimento político.

Apresentou, em maio de 1905, Adolfo Leivas Costa, filho do Major João Antônio Castro, para Escrivão do Cível, tendo Armindo Silveira agradecido a designação para Encruzilhada.

Netto, em setembro, noticia a aposentadoria do Juiz Distrital Manoel Ribeiro de Barros, percebendo que Cristóvão pretende formar dissidência. Este realiza vários comentários sobre a administração, inclusive que o Vice é dado à bebida e comenta a atividade do Promotor Gusmão.

Depois de longos meses afastado, Netto, em maio de 1906, destaca que encontrou o Município em plena ordem, porém com a falta de Juiz de Direito, pleiteando, para tal cargo, o Dr. José Moreira Soares de Oliveira, querido em ambos os municípios da Comarca, nos quais é ardoroso e abnegado companheiro político. Dia 29, declara que foi provida a aula pública do "Lageado", enumerando o material necessário, como mobiliário, livros e mais objetos de ensino. Lembra que a "Sesmaria do Braz" está em completo abandono, com matos devastados por intrusos e mais indivíduos. Julga vantagem para o Estado e o Município a utilização de colonos de S. Lourenço e S. Feliciano, que lutam com dificuldades para aquisição de terras, desde que estejam divididas em lotes. Providencie-se junto ao Senador Pinheiro Machado para que, na 1ª vaga, se dê promoção ao Telegrafista de 2ª classe José Manoel de Lima Jr., republicano da propaganda, qualificado em 1887 pelo Dr. Cassiano do Nascimento, no tempo da Revolução, empregado de confiança de Júlio de

Castilhos. Por fim, pede o provimento da 1ª aula pública do sexo masculino na Vila e que há muito está vaga.

Cristóvão de Andrade, em junho, conta que Netto esteve por três meses de recreio no Rio da Prata, abandonando a Eleição de 1° de março, dizendo que o Presidente lhe havia transferido sua filha Cursina do "Sutil" para "Faxinal de Ramires", com o que ele não concorda, solicitando que isso não se efetue, pois considera um acinte à sua pessoa. Netto, na Vila, agita a candidatura do Dr. Fernando Abott, para Presidente do Estado. Refere-se, ainda, à política local e à tarefa imparcial do Juiz Castro.

Noticia Netto, em julho, que o Conselho Municipal, em sessão do dia 8, unanimemente resolveu não tomar conhecimento do Memorial que lhe foi dirigido pelo Conselho do Alegrete, relativamente ao Arquivo Público judiciário, comunicando ao mesmo. Reclama que, até esta data, não existe Juiz de Comarca, não tendo vindo substituto, para abrir correição de que tanto necessitam. Como Diretor da Política Republicana no Município, entende que o Procurador Especial da Fazenda continua a promover execuções contra bons companheiros políticos, propiciando desgastes ao Partido, solicitando providências. Declara que foi provida pelo município a aula pública do "Lageado", faltando o material de ensino. Encontrando-se vago o cargo de 3° suplente de Juiz Distrital do 1° Distrito, indica para sua ocupação o companheiro Ten. João Beckel.

Ainda nesse mês, Netto apresenta Manoel Flores Pereira, filho de Idelfonso Antônio Pereira, Subdelegado e Subintendente, pleiteando um emprego ou colocação na Brigada Estadual.

Em plena atividade, Netto, em setembro, respondendo telegrama do dia 18, junta a lista de assinantes do "Jornal do Comércio", constituída de José Antônio Netto, Donário Lopes de Almeida, Carlos Dupuis, João Antônio Pereira, Bento Vieira Dias, Manoel Crescêncio de Souza, João Antônio Castro, Manoel José Ribeiro de Barros, Felisberto Evangelista Tavares, Cândido José Duarte Filho e Antônio S. Anaya de Gusmão, por um semestre, a contar de 1° de outubro.

Lembra que aguardam a retirada do Escrivão de Órfãos, Júlio Lopes, e do Procurador da Fazenda, Luiz C. Andrade, conforme combinado. Sugere como substituto do Escrivão de Órfãos o correligionário Armando Lacroix, Escrivão de Passo Fundo e cunhado do Dr. Moreira de Oliveira.

Bernardo Vieira Dias, em abril de 1907, na condição de Chefe do Partido, solicita o atendimento do pedido de efetivação do Promotor Público interino, o correligionário Antônio S. Anaya de Gusmão.

Ainda nesse mês, Cristóvão informa que se encontrava em plena campanha, quando recebeu o telegrama com a indicação do Dr. Donário Lopes de Almeida, como candidato a Intendente na eleição de 25 de março, sendo vencedor. Netto foi derrotado, embora seu empenho em contrário. Cristóvão aguarda que sua nomeação de Promotor de Encruzilhada seja efetiva, do contrário não assumirá. Ludjero Rodrigues Ferreira agradece sua transferência para Camaquã, elogiando Anaya de Gusmão como Promotor Público, pela correção manifestada no desempenho do Cargo.

Netto sugere, em fevereiro, a nomeação do Major Antônio Pereira, atual Delegado de Polícia, para o cargo de Inspetor Florestal do Município e também, como professora de "Lageado", a nomeação de Ana, filha do Cap. Antônio Flores Reinaldo, assassinado pelos Federalistas.

Em abril, noticia o resultado geral da eleição, onde Vitorino obteve 266 votos, apesar da ausência de Cristóvão.

Antão de Faria, que realizava medição de Sesmarias na região, é convocado por Demétrio Ribeiro para uma reunião política.

A competição pela liderança política entre Netto e Cristóvão era uma realidade.

Em maio de 1907, o Partido, em Mensagem, manifesta-se solidário ao Cel. Cristóvão, a quem pode ser entregue a direção partidária local, sendo o único capaz de salvar a crise existente e assinam: Joaquim Soares, Joaquim A. Rocha, Manuel Durães de Farias, Belchior Lucena, João Francisco Sant'Ana, José Faustino Nunes Silva, João Ventura Rocha, José Joaquim Ribeiro, Francelino Ignácio Souza, Marcos Durães, José Joaquim Santana, Júlio Lopes, Napoleão Antônio Soares e João Ribeiro Chaves.

Ludjero Rodrigues Ferreira, em carta, do mês de junho, explica que o motivo de seu pedido de transferência poderá ser para Taquara ou outra comarca perto de Porto Alegre, embora julgue conveniente sua presença na Comarca de Camaquã, até que se realize o próximo pleito eleitoral no município.

A Comissão Executiva do Partido Republicano recebeu telegrama sugerindo o dia 27 de julho para Eleição de Deputados no 3° distrito que pertence do município, a mesma data da Eleição para Presidente do Estado e a organização da Comissão Executiva. Lembra poder ser a eleição para a Comissão Executiva em 12 de julho, mesma data para a eleição dos Deputados. Procurou evitar exploração política. Informa que corre no município abaixo assinado de pessoas que não são eleitores.

Avelino Borges e Donário Lopes de Almeida referem que o Cel. Netto e João Tamborindeguey são grandes plantadores de arroz, tornando empregados eleitores, com o fito de formar Partido. Os estabelecimentos dos mesmos estão no 2° Distrito, onde avulta o eleitorado pobre. Para poder cerciar um tanto sua ação, sugerem crie-se uma comissão encarregada do conserto das estradas junto à "estrada real", que vai de Porto Alegre à Colônia S. Feliciano, dirigida por um engenheiro, pois o município tem rendas exíguas, podendo cooperar no que for possível.

É solicitada ao Dr. José Francisco Soares Filho, Diretor Geral da Indústria, a transferência do Telegrafista da Vila, João Chaves, para Cachoeira, sem ônus para a repartição, através de permuta com outro funcionário.

Em julho de 1907, são enviadas felicitações pela indicação de Donário, como chefe político local. Avelino informa que essa notícia foi recebida com aplausos, inclusive pelo grupo de Cristóvão, que prometeu apoio e solidariedade, havendo festiva recepção com banquete, onde o indicado foi saudado pelo Dr. Ferreira. À tarde, no salão da Intendência, foi inaugurado o Clube Republicano Borges de Medeiros, sendo presidente efetivo Donário Lopes de Almeida.

Donário refere-se ao negócio do Presidente, consistente em arrendamento da Estância de Bernado Dias e sobre o campo denominado "Brejo".

Em outubro, foi anunciado que chegou a Camaquã Alfredo Borges, para iniciar o serviço da estrada.

O Intendente noticia que, há dias, enorme nuvem de gafanhotos invadiu o município, estendendo-se por todos os distritos, com prejuízos enormes.

Declara que chegou do 2° Distrito, onde fez reunião política, acompanhado de Cristóvão, Gusmão, João Antônio e Júlio Lopes, em favor da candidatura de Carlos Bar-

bosa, à qual compareceram aproximadamente 300 pessoas, aclamando o candidato. Passou pela Fazenda da Figueira.

Avelino comunica, em novembro, ter regressado do 2° Distrito "Sutil", assistindo a reunião convocada por Netto, onde colheu profícuos resultados. Continuará a agir no dia seguinte, reagindo a desenfreada cabala e à distribuição de dinheiro aos eleitores.

O Dr. Carlos Barbosa Gonçalves foi empossado Presidente do Estado em 25.1.1908. Borges de Medeiros permanece na direção do Partido Republicano, a quem continuam sendo feitas as solicitações político-administrativas.

Avelino, em janeiro de 1908, reitera pedido de abertura da Linha Apolinário, na Colônia S. Feliciano, a fim de satisfazer colonos que concorreram no último pleito. O Intendente Bernardo Vieira Dias, com o Ato n°. 20, de 18.4.1908, promulga a Lei n° 26, de 16.4.1909, que estabelece o processo de alistamento no município. Em junho, estando em viagem, tendo recebido incumbência do Presidente de representá-lo na solenidade de inauguração de retratos, delegou a incumbência ao Padre Pacheco. Segue para Caçapava, a chamado do Cel. Baltazar de Bem, que condiciona aceitar a reeleição, caso consiga 3/4 partes dos sufrágios.

Ainda em junho, Cristóvão Andrade e Júlio Lopes declaram a Borges que, até dia 10, estarão aí, sendo a demora por motivo de enchente.

Crescêncio Souza, Presidente e Anaya de Gusmão agradecem altas provas de consideração dispensadas ao Conselho Municipal.

O Intendente Bernardo Dias, tendo terminado o mandato, agradece as provas de apreço, patriótico auxílio dispensado à sua administração. Declara em setembro, que, apesar da chuva torrencial, na eleição, o Dr. Donário alcançou 405 votos e os conselheiros 399. Como vemos, Borges, apenas chefe político, continuou recebendo informações e pedidos.

O Delegado João Antônio e o Promotor Gusmão pleiteiam atender o convite do Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, caso tiverem chamado oficial, independente de licença.

Havendo o Dr. Ludjero pedido transferência da Comarca, Donário solicita, para Camaquã, a remoção do Dr. Lorenzoni e, para o cargo vago de Agente do Correio, como substituto, sugere Antônio Pereira Pinheiro.

Em junho, tendo terminado os trabalhos de qualificação municipal alistando 670 eleitores, quase todos correligionários, indica para nomeação João Thomas Cruz, como Fiscal do Imposto de Consumo, cargo vago com a transferência de Luiz Gonzaga Leal para Dôres de Camaquã.

Necessita, em agosto, da presença do Subchefe Avelino, dia 25, para auxiliar na primeira eleição.

Refere, em 1° de setembro que, por instigação do Cel. Netto, este mandara os turbulentos Etelvino Rodrigues e Ezequiel Fonseca concitarem intrusos da "Sesmaria S. Braz", a irem à Vila, em grupo, para perturbar a eleição. Conseguimos dissolvê-los, sugerindo concessão de lotes.

Dia 2, dá a conhecer o resultado da eleição, na qual o Intendente Donário obteve 405 votos; Conselheiros: Adolfo Costa 359, Liberato Longaray 357, Patrício Ribeiro 356, João Beckel 354, José Bastos 353, Antônio Duarte 346 e Cristóvão Andrade 338. Domingos Longaray, em outubro declara que "como prócer, desempenharia mandato".

Donário, em janeiro de 1909, noticia que Gusmão procede com deslealdade e perfídias constantes e Avelino declara que o Delegado pediu exoneração do cargo, sob forte exploração política de Netto, convindo concitá-lo a retirar o pedido.

Informa Donário que realizou reunião do eleitorado do 1° Distrito, com muita concorrência e, bem assim, no Domingo, no 2° Distrito, tendo servido churrasco e vinho, com grande entusiasmo. Declara que o Delegado desistiu da demissão.

Conta que a eleição de janeiro foi pleiteadíssima, com vitória em todas as seções do Partido Republicano, ficando os adversários abatidos. O resultado final dos candidatos foi de 258 votos para os Republicanos; para os Democratas 164 e para os Federalistas 49 votos.

Pede, em fevereiro, a suspensão da permuta de professores do "Lageado" e "Faxinal do Ramires", empenhando-se em que a Profª. Cursina seja transferida de "Ramires" para os "Galpões". Insiste na remoção do Promotor Gusmão, por conveniência do serviço público, pois a demora ocasionará prejuízo na eleição do dia 29. Avelino está de acordo.

Borges de Medeiros teve seu nome aclamado em março, como candidato a Senador, por 509 eleitores. A eleição, com resultado final em maio, alcançou 287 votos. Recebeu solidaridade de Borges, declarando que segue em breve.

Em janeiro de 1910, Donário, tendo reassumido o cargo de Intendente, reafirma sua incondicional solidariedade à orientação espiritual do Partido Republicano. Informa, em fevereiro, que o Subchefe Avelino ainda não chegou e aumenta a agitação. Interroga sobre procuração de Hermes para constituir fiscais das mesas eleitorais. Ainda nesse mês, conferenciou com Avelino, em relação a S. Feliciano, ficando acentuada a requisição de força do governo. Terá o máximo cuidado na observância de todas as disposições regulamentares.

O Cel. Netto explora telegrama recebido, apregoando estar fraco o Governo, ao pedir seu auxílio, no sentido de manter a ordem pública. Parece ter decaído na confiança do Governo, em face de reclamações suas não terem sido atendidas.

Dia 15, Donário expede carta-circular apoiando na eleição de 1° de março, para Presidente da República o Marechal Hermes da Fonseca e para Senador Pinheiro Machado, como sugere Borges de Medeiros.

Em fevereiro de 1911, com urgência, deseja saber se eleitores alistados em uma qualificação podem votar na eleição de 1° de março. As listas de suplentes estão prontas e os títulos foram expedidos. Nas novas seções, a vitória será estrondosa. Dr. Poggi entende que novos alistamentos não podem produzir seus efeitos, sem convocação e encerramento sem prazo de recurso. Indaga se seria conveniente consultar Ministro.

Em março, declara o resultado da 1ª Seção: Republicanos 127 votos; 4ª Seção, 90 votos. Os Coligados não compareceram. No resultado final da eleição os Republicanos tiveram 422 votos e os Coligados 315, embora muita cabala. Apresenta novas felicitações pela vitória do Partido.

O Eng. Adolfo Carneiro dissolveu 6 turmas que trabalham na construção da estrada de rodagem para Barra do Velhaco, conservando apenas duas. Os Chefes de turmas, companheiros, consideram-se prejudicados, pois já fizeram despesas de fornecimento para o mês. Solicita resultado conhecido na eleição em todo o Brasil.

O Chefe de Polícia, desejando extinguir subdelegacia, no Município, menos do 1° distrito, entende que isso será um desastre para o Partido.

Avelino Borges refere sua chegada aqui. O Cel. Netto retém em casa o criminoso Cypriano Evangelista, com mandado de prisão preventiva do Juiz Distrital e que só o entregará mediante força. Entregou, entretanto, o criminoso à Cadeia Civil, quando Souza Lobo chegou, para a defesa no processo.

Atendendo pedido do velho correligionário Joaquim Farias, pode conseguir a remoção do Guarda Fiscal Serafim Farias de Uruguaiana para Caçapava, Sta. Maria ou Cachoeira.

Congratula-se pela estupenda vitória do Partido Republicano no Estado, aqui efetivada criteriosamente por Donário.

Em setembro, segue para a Estância deste, para conferenciar por 15 dias. Em face do pronunciamento do Cel. João Francisco, já afastado, junto de Donário, apresentam solidariedade ao Governo.

O Conselho Municipal, iniciando os trabalhos em outubro, também apresenta solidariedade, na terceira reunião ordinária, assinando Duarte, Presidente e Oliveira, Secretário.

Próceres do Partido Republicano, em fevereiro de 1912, percebendo francas manifestações do eleitorado no sentido de reeleger Donário Lopes, a despeito de sua relutância, solicitam aquiescência do Chefe, para poderem proclamá-lo, assinando Cristóvão Andrade, João Antônio, Carvalho Bastos, João Beckel, Crescêncio Souza, Adolfo Castro, João Francisco Carrion, Luiz Andrade e Humberto Fernando.

O Intendente Donário, em ofício de 2.10.1912, pleiteia que a passagem da estrada de ferro de Pedras Brancas a S. Sebastião seja por Camaquã, sendo o documento acompanhado de parecer de Netto, que levanta razões estratégicas militares da estrada. Essa estrada foi sugestão de Otávio Rocha. Borges é empossado Presidente em 25.1.1913.

Em março de 1913, Netto, de Barra Grande, Camaquã, lembra ao Presidente do Estado a notícia de ter trocado idéias em Pelotas com o Cel. Pedro Osório, sobre o imposto que alguns municípios têm lançado sobre a produção de arroz, o que parece ser inconstitucional, pois os municípios muito lucram com essa atividade. Durante a administração do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, foi concedida uma portaria a Augusto Leivas, no município de Dôres de Camaquã, facilitando a retirada de seus produtos desse Município, isentos do Imposto de Exportação.

Donário comunica ao Presidente que recebeu expressiva carta do ilustre cidadão João Xavier Azambuja Gonçalves, aderindo ao Partido Republicano, sob sua insigne direção espiritual. Ele é neto do legendário Bento Gonçalves Filho, condecorado com a Ordem da Rosa. Bento Gonçalves Filho foi um dos heróis da Guerra do Paraguai, onde tanto se distinguira no combate de 24 de Maio.

Em junho, Donário consulta sobre o fato de Netto ter renunciado à atitude reacionária do Partido Republicano, sendo um homem de prestígio na região. Consulta da possibilidade de se incluir seu nome na chapa de representantes à Assembléia do Estado.

Pede, em agosto, intervir junto ao Superior Tribunal, sendo possível abreviar o julgamento do processo, onde é apelante o réu Alfredo José dos Passos, velho correligionário.

Sentindo-se abandonado diante do Governo, Donário, no mês de dezembro, em face de denúncia anônima em investigação pelo emissário especial, pede permissão para renunciar à direção partidária e à investidura intendencial, procurando sempre merecer a confiança do Governo.

No dia seguinte, percebendo que foram os desmandos de autoridades policiais, com reflexos na vida judiciária, os causantes da verificação, retira seu pedido de renúncia. Em janeiro, declara que Cristóvão vem perturbando a política e a justiça.

Em fevereiro de 1914, dá a conhecer que o alistamento eleitoral atingiu o número de 62 republicanos, não havendo comparecido nenhum adversário.

Solicita, em julho, interesse em apelação ao Sup. Tribunal contra o réu Voltair de Ávila, filho de correligionário. Refere que existem reclamações contra o Promotor, pedindo sua substituição.

O Escrivão da Provedoria, Casamentos e Júri, havendo solicitada exoneração, pede seja comunicado ao Juiz da Comarca, para ser nomeado substituto provisório, evitando-se prejuízos aos Serviços Públicos.

Respondendo a telegrama, aplaude calorosamente a indicação de nomes para quatro vagas de Deputados na Assembléia Estadual. Noticia que o Partido sufragará a Candidatura Senatória indicada, sendo o resultado final da eleição de 398 votos.

Crescêncio de Souza, Vice-Intendente em exercício, agradece saudações enviadas e as retribui. A eleição total de Rivadávia para o Senado foi de 400 votos, como também a do suplente Soares Santos.

Aplaude Donário, em junho, a sugestão de Lúcio Barbosa Meirelles, para Intendente de Camaquã. No mês seguinte, lembra a necessidade da ida de Promotor Público, para não perturbar a justiça. Refere que Cristóvão Andrade propala, entre a massa ignorante de eleitores da Serra, sua candidatura a Intendente, obtendo preferência e apoio político do Governo, a ser procurado na Capital.

Solicita Donário a nomeação de João Fontoura Carrion, aprovado em exame, para a Estação Telegráfica, que dele necessita. Pergunta, com urgência, para saber se há incompatibilidade de servirem, ao mesmo tempo, pai e filho, no Conselho Municipal.

Em agosto, refere o resultado da eleição na 1ª Mesa Eleitoral, de Lúcio Meirelles com 510 votos e de Cristóvão, com 172, reinando entusiasmo.

Documento assinado pelo Juiz da Comarca, César Dias, em 1915, atesta que Brasílio Prado deixou, a pedido, o cargo de Escrivão da Provedoria e Registro Civil, Júri e Execuções Criminais.

O Juiz da Comarca, Raul Bocanera, faz saber que o Intendente lhe comunicou haver extinguido o 3° e 4° Distritos, anexando-os aos 2° e 1° Distritos e, no interesse da Justiça, determinou o Recolhimento dos Arquivos dos Cartórios dos Distritos anulados, bem como oficiou a seus Escrivães, atendendo a melindroso estado de agitação política local.

Cristóvão denuncia cabala desenfreada, acusando-o de Federalista, inimigo do Governo e de tentar tirar terras dos colonos, com polícia armada, que percorre o Município, ameaçando os eleitores.

Ainda em agosto, Cristóvão noticia que, às 8 horas chegou à Intendência, para organização das mesas eleitorais, não encontrando Conselheiros e sendo em Editais fixados, dando organização às mesas. Não houve convocação do Conselho, de que faz parte, privando direitos do cidadão e do Conselheiro, sendo vítima de atentados e pedindo providências.

A 2 de setembro, Donário dá a conhecer o resultado da eleição de Intendente, realizada no dia anterior, onde Lúcio Barbosa Meirelles obteve 875 e Cristóvão 351 votos, tendo os trabalhos eleitorais se realizado em plena ordem. Foi secretário do município Brasílio Prado.

O Subchefe Avelino refere que o alistamento foi de mais 47, sendo 2 Federalistas.

É enviada mensagem à viúva do Senador Pinheiro Machado, pelo Intendente Meirelles, em nome do Município, congratulando-se pela condenação no júri, do assassino de seu marido.

Declara que tem empregado todo o esforço no sentido de alistar eleitores, diante das dificuldades da lei, na eleição federal.

O Juiz Raul Bocanera pleiteia em outubro, sua transferência para Encruzilhada.

Nesse mês, ainda, deseja saber o preço da assinatura do jornal "A Razão".

Em 1918, no mês de janeiro, o Intendente cumprimenta pela escolha para Vice-Presidente o Médico e Estadista Protásio Alves. Em fevereiro, foram incluídos 389 correligionários e 56 adversários; declara que Antoninho Netto e Etelvino atacam a administração e o Partido, dizendo que existem eleitores estranhos ao Município, com exploração política e solicita o envio de 15 praças da Brigada Militar.

O Presidente e os membros do Conselho também aplaudem a escolha de Protásio Alves.

Donário, no mês de março de 1919, noticia que o alistamento encerrou-se com 809 eleitores, sendo 603 Republicanos e 206 Federalistas, dando o resultado final de: Epitácio Pessoa 341 e, para Ruy Barbosa, 154 votos.

Em abril, solicita bons ofícios, no sentido de ser despachado com a maior prontidão, o recurso do Cel. Manoel Crescêncio de Souza, em questão de terras contra Honorácio Carvalho, pois foi enganado pelo advogado anterior.

Donário e Lúcio Meirelles, em março de 1920, aplaudem o nome de João Vespúcio para a vaga no Senado, com a morte de Rivadávia Corrêa e, em abril, proclaram que o resultado da eleição sendo de 268 votos.

Informa Lúcio Meirelles que o resultado final de Carlos Barbosa foi de 381 votos e, em setembro, noticia que o resultado da eleição para Intendente foi de 724 votos e, para conselheiros, de 655 votos.

A qualificação eleitoral federal de dezembro de 1921, pelo que declaram Donário e Francisco Moreira, atingiu 921 eleitores, sendo 718 republicanos e 203 federalistas. Os próceres do partido aplaudem a chapa para deputados à Assembléia dos Representantes, que incluía o nome de Donário Lopes de Almeida.

Em outubro, o Partido Republicano realizou comício por Nilo Seabra, pelo que informam Donário, Netto, Francisco Moreira e Crescêncio Souza.

O Intendente Francisco Celso Moreira conta que, excluídos os mortos, há 50 novos eleitores, em um total de 800.

Em 1922, Donário e Moreira referem que se alistaram 1.230 eleitores, sendo 980 Republicanos e 250 Federalistas e, com novo aditamento, 244 Republicanos e 15 Federalistas.

Donário, em outubro, em nome do Partido, aplaudiu calorosamente a indicação de Getúlio Vargas para Deputado Federal. Encerraram, ainda, o alistamento com mais 526 eleitores, sendo 370 Republicanos e 156 de divergentes coligados.

Relata Donário que o Partido Federalista, coligado a Netto e Andrade, aderiu à candidatura de Assis Brasil. Embora seu empenho pela coesão partidária, responderam alegando unicamente serem contrários à reeleição.

Tendo percorrido pessoalmente casa por casa de todos os Distritos Rurais, Donário declara que, apesar dos esforços em contrário de Cristóvão e Netto, ligados aos Federalistas, aguarda tranqüilamente a vitória.

Dia 26 de novembro apresenta o resultado final da eleição no município, onde Borges obteve 609 e Assis Brasil 584 votos.

O Subchefe de Polícia Valentim Aragon, em março de 1924, envia várias comunicações sobre a atuação de Donário e do Intendente que, por vários dias, percorreram as Colônias à procura de inscrições, avantajando-se aos adversários e usando até telegramas cifrados. Dia 24, dando por encerrada sua missão, visto Donário dispensar uma atuação política, assegura que a situação é de absoluta ordem e, por isso, pede autorização para regresso.

Donário refere que foi encerrada a qualificação e a propaganda, mediante reunião festivas. A presença do Subchefe causou notável levantamento do espírito dos correligionários, as mesas eleitorais estão organizadas, com um oposicionista em cada uma, como determinou o Juiz da Comarca.

A Assembléia Republicana, reunida no salão do cinema Brasil, elegeu a gestão municipal de 1924-28, aclamando, para Intendente, o Dr. José Domingues Carvalho Bastos e, para Vice, Antônio Salustiano Silveira.

O resultado da eleição foi comunicado por Donário, obtendo os Republicanos 446 e os Coligados 445 votos.

Dia 15 de agosto, em telegrama cifrado, Donário e Moreira noticiam: "Ocorre aqui movimento suspeito entre os adversários, parecendo conveniente a presença aqui do Subchefe de Polícia".

João Nunes de Campos em novembro, transmite a Borges de Medeiros o longo telegrama por ele enviado ao Presidente da República.

Lembra que sempre militou nas fileiras do Partido Republicano Rio-grandense, porém, na última campanha da Presidência do Estado, formou na oposição, por entender que a reeleição do Dr. Borges contrariava o espírito constitucional, na doutrina do Egrégio Mestre Júlio de Castilhos. Defendera, altivo, essa posição, até o epílogo da Revolução de 1923, tendo desempenhado árduas missões, até o posto de Coronel, exercendo a função de Chefe do Material Bélico do Estado Maior de Netto. Concluiu, enviando a S. Exa. protestos de solidariedade ao Governo, podendo dispor e aceitar seus préstimos, na defesa das Instituições Republicanas.

Donário pede a Borges recomendar brevidade, no julgamento da Ação Hipotecária entre Carlos Koble Filho e Maria Amélia Soares, merecendo ela nossa proteção pela avançada idade e estado de pobreza, sendo viúva de distinto correligionário.

Em fevereiro de 1925, próceres do Partido Republicano local aplaudem calorosamente a indicação de candidatos à Assembléia dos Representantes, tendo Donário solicitado a substituição de seu nome, assinando Carvalho Bastos, Donário e F.C. Moreira. A mesma comissão, em junho, declara que o Partido Republicano nenhum pronunciamento fará sobre a indicação de nome para Presidente da República. Donário, em março, afirma: "podeis estar tranqüilo neste município nenhuma iniciativa política encontra apoio fora nobre orientação eminente Chefe unipessoal de V.Exa."

O Intendente Carvalho Bastos acusa ter recebido telegrama referente a imponente estudo do Dr. Arraes sobre o glorioso Rio Grande e suas lúcidas e magníssimas instituições governamentais.

Com a posse de Borges, irrompe a Revolução de 1923, em que Netto foi proclamado General, chamando a sua coluna de 4ª Divisão do Exército Libertador, tendo lutado contra os legalistas Ten. Cel. Hipólito Ribeiro, Francelício Meirelles e Lucas Mateus.

Dos combates na região, entre os revolucionários (bandoleiros) e as forças do governo e corpos provisórios, é digno de menção o do Passo do Mendonça, constante de Ordem do Dia de Netto.

Depois de dez meses de luta, assinou-se a pacificação a 14.12.1923, em Pedras Altas.

Avelino Borges, em fevereiro de 1927, remete telegrama a Borges de Medeiros, "Infelizmente minha filha Noca viu-se obrigada defesa honra família, atirar matando Dr. José Antônio Moreira, sedutor uma filha menor Maria. Tem abundantíssima prova escrita do infame procedimento Moreira".

Em maio, foi anunciada, com a presença do Cel. Francelício Meirelles, a constituição da Comissão Executiva, composta por Carvalho Bastos, Intendente; Major Francisco Celso Moreira e João Beckel, Juiz Distrital.

Camaquã indicou o Dr. Renato Costa, para representar o Município, no Congresso do Partido Republicano.

Dia 21 de novembro, João Nunes de Campos dirige-se a Borges que reingressa altivamente nas fileiras do Partido Republicano, de cuja maioria dissentiu, em 1922, por motivo de origem doutrinária. Prometeu defender com ardor e lealdade os princípios constantes da Carta genial do Egrégio Mestre Júlio de Castilhos.

Advogado, com apreciável número de clientes, mais tarde seria eleito deputado estadual na primeira bancada do PTB. Foi muito festejado, no Partido Republicano, o regresso de Campos.

Carvalho Bastos, Celso Moreira e João Beckel, com muita honra, proclamam que, nas eleições de 25 de novembro, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura obtiveram, no Município, 797 votos.

Francelício G. Meirelles, em 4.3.1927, remete a Borges de Medeiros um apanhado da situação política dos municípios de Encruzilhada, Camaquã e Dôres.

Em 10.8.1927, José Rodrigues Sobral, no desempenho de sua Subchefia da 18ª Região Policial, destaca os interesses municipais e a defesa dos altos objetivos políticos em benefício da comunhão republicana, nos municípios de Guaíba, Camaquã, Dôres e São João de Camaquã.

Neste último, refere o Centro Republicano Donário L. Almeida, demonstra os "bons sentimentos de gratidão e prestarem merecida homenagem a esse vero republicano" e vão organizar uma caixa de partido pobre, "ao passo que os adversários dispõem das maiores fortunas do município".

Com o fim da Revolução de 1923, no ano seguinte, organizou-se a Aliança Libertadora e, em 28.3.1928, em Bagé, sob a Presidência de Assis Brasil, foi fundado o Partido Libertador, sendo este na Presidência e Raul Pilla como Vice. Posteriormente, Assis Brasil passou a Presidente de Honra e Raul Pilla a Presidente.

A 6.1.1936, o Diretório Municipal do Partido Libertador e a Comissão Executiva do Partido Republicano de Camaquã, reunidos em sessão conjunta com a Frente Única, examinaram a situação política e tomaram resoluções. Assinaram: Nery Azambuja, João Antônio Pereira, Divino Vieira, João Beckel, Pelágio Proença, A. Silveira, F. Vieira, Ar-

lindo Cardoso da Silva, L. Sayão Lobato, José Aventura, Zeferino Padilha, Francisco Luiz da Silva, Maurício Dias Longaray e Felisberto Martins Centeno.

Donário Lopes de Almeida, nascido a 10.3.1869, faleceu, com 70 anos, em 20.10.1939. Foi Chefe Político desde julho de 1907 e, na condição de Intendente e de Deputado Estadual, representou toda a região, com grande liderança política.

Em 15.11.1973, estivemos presente nas comemorações do cinqüentenário da Revolução de 1923, quando foi homenageado Zeca Netto, em marco erigido em sua memória, em Praça Pública.

Foi orador oficial o confrade Eurico Rodrigues, do IHGRGS, onde o fotografamos falando, como também a um grupo de revolucionários sobreviventes, entre os quais estão Batista Lusardo e João Nunes de Campos.

EM REQUISIÇÃO DE CAVALOS NA REVOLUÇÃO DE 1923.

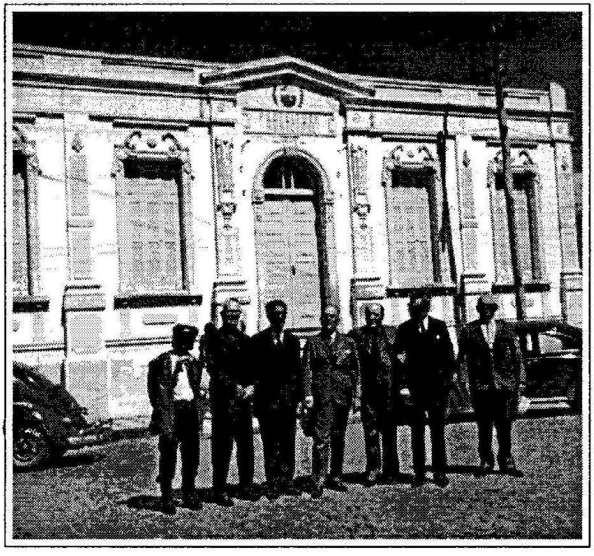
Quinta, 2 de Março de 1923.

Nova remessa de cavallos para as forças Libertadoras.

1	doradilho - pestana	23	tordilho - companheiro do mão torda
2	zaino - touro	24	picaço - charuto
3	tostado - brinquedo	25	tordilho - Alfredo domou
4	tordilho - mangueirinha	26	zaino - do Compadre Delfino
5	malacará - machado (voltou)	27	rozilho - lazão
6	escuro - tigre	28	tostado - catiçal
7	fatiado (voltou)	29	vermelho - cozinheiro (voltou)
8	fatiado (nenê domou)	30	mourinho - rengo
9	vermelho - renguinho		
10	branquinho		
11	picacinho - Marcírio domou		
12	malacará - bragado		
13	escuro - chá-chá		
14	picaço - grachaim		
15	malacará - brinco		
16	escuro - jacu		
17	tordilho - churrasco		
18	zaino - mãosinha		
19	picaço - Octavio domou		
20	gatiadinho - Christino domou		
21	lubuno - grande		
22	pitiço picaço (voltou)		



Líder Político. Dr. Donário Lopes de Almeida
Prefeito Municipal – Deputado Estadual



Cinqüentenário da Revolução de 1923 – Camaquã
15 de novembro de 1973
Da esquerda para direita: 1° Nariz de Folha, 4° Batista Luzardo e
5° João Nunes de Campos (A direita de Batista Luzardo) -
(Fotografia do Autor) - Revolucionários de 1923